

**Legislativas
CDU apresenta
cabeças de listas**

A CDU está já lançada no trabalho preparatório para as eleições legislativas a realizar em Outubro. Foram apresentados publicamente os cabeças das listas dos distritos de Viseu e de Coimbra.

Pág. 32

EM FOCO

**O escândalo
Champalimaud
ou o PS
por ele próprio**

Aqueles que tantas vezes criticam o PCP por afirmarmos que, nas questões essenciais, o PS não se distingue do PSD têm aqui mais uma resposta. Infelizmente. Neste caso, significativamente, na reconstituição e nos negócios do grupo económico Champalimaud e nas relações promíscuas entre o Estado e os grandes interesses privados em prejuízo do País.

■ Lino de Carvalho

Pág. 18

**O Relatório
cor-de-rosa**

Desde 1987 que todos os governos, por imperativo legal, apresentam à Assembleia da República, até 31 de Março de cada ano, um Relatório sobre a situação do País em matéria de Segurança Interna. Até este ano, em que o Governo se limitou a entregar, em finais de Abril, um pseudo-relatório que não passa de um texto propagandístico do MAI.

■ António Filipe

Pág. 20



Reuniu o Comité Central do PCP

**CONFIANÇA
rumo às legislativas**

O Comité Central do PCP apreciou os resultados das eleições para o Parlamento Europeu que confirmam a CDU como grande força indispensável para uma viragem à esquerda na política nacional. (Centrais)

Resultados nacionais e por distrito. (Págs. 5 a 9)



**Emigrantes em França
Aventuras
portuguesas
sonhos de vida**

■ Isabel Araújo Branco

Págs. 22 e 23

Guerra nos Balcãs

**Armas proibidas
usadas
na Jugoslávia**

■ Anabela Fino

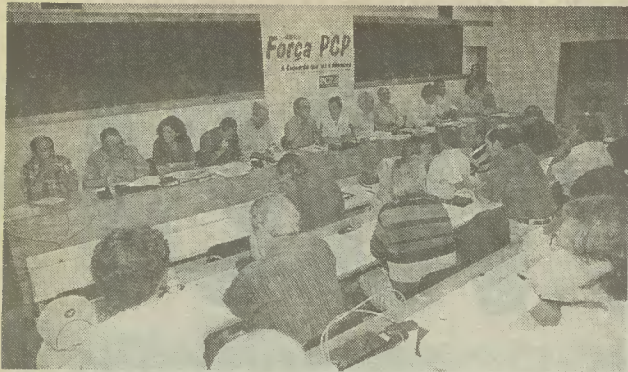


**É preciso
ter esperança**

■ Urbano Tavares Rodrigues

Págs. 24 e 25

Eleições: resultados e perspectivas



Reunião do Comité Central do PCP analisa resultados eleitorais

RESUMO

9 Quarta-feira

Ilda Figueiredo almoça no Barreiro com organizações representativas de trabalhadores ■ Xanana Gusmão defende urgência de uma presença civil e militar credível das Nações Unidas em Timor ■ Os representantes da NATO e de Belgrado assinam em Kumanovo, na Macedónia, um acordo sobre a retirada das forças jugoslavas do Kosovo ■ Jimmy Carter defende vigilância internacional na Indonésia até à realização das eleições presidenciais ■ Aviões de combate indianos atacam posições em poder de activistas muçulmanos nas regiões de Kargil e Dras em Caxemira ■ O Parlamento Turco aprova o Executivo de Bulent Ecevit.

10 Quinta-feira

Carlos Carvalhas participa no comício-festa em Braga ■ Jorge Sampaio apela à participação nas eleições europeias ■ Nino Vieira deixa a Gâmbia e viaja para Portugal ■ Sophia de Mello Breyner Andresen é laureada com o Prémio Camões 1999 ■ Realizam-se as eleições para o Parlamento Europeu no Reino Unido, na Dinamarca e na Holanda ■ Agricultores belgas bloqueiam vários postos fronteiriços com a França, a Holanda e a Alemanha, impedindo a entrada de camiões na Bélgica, como forma de protesto pelos prejuízos causados pela crise da dioxina.

11 Sexta-feira

Comício-festa da CDU no Coliseu dos Recreios em Lisboa com a participação de Ilda Figueiredo e Carlos Carvalhas encerra campanha eleitoral ■ O chefe da Missão de Assistência da ONU em Timor-Leste, Ian Martin, manifesta-se preocupado com o clima de medo e intimidação que se vive no território ■ Um elemento da milícia pró-integracionista indonésia Aitarak é assassinado em Díli ■ O cardeal angolano expressa em Nova Iorque ao secretário-geral da ONU a disponibilidade da Igreja Católica para mediar o conflito em Angola ■ Um dos líderes da oposição sérvia, Zoran Djindjic, exige eleições antecipadas na Jugoslávia até ao Outono ■ O Partido dos Trabalhadores do Curdistão, PKK, adverte que a possível condenação à morte do seu líder, Abdullah Ocalan, mergulhará a Turquia na guerra.

12 Sábado

A Missão de Assistência da ONU para Timor-Leste inicia a sua campanha de informação sobre o referendo de 8 de Agosto ■ Qua-

renta e cinco refugiados curdos, alojados num campo de acolhimento italiano, iniciam uma greve de fome contra o pedido de pena de morte para Abdullah Ocalan ■ A Índia e o Paquistão encetam diálogo, em Nova Deli, sobre o conflito armado em Caxemira, não impedindo, contudo, o prosseguimento dos combates de artilharia no território.

13 Domingo

A CDU elege dois deputados, o PS doze, o PSD nove e o PP dois, nas eleições para o Parlamento Europeu ■ Carlos Carvalhas afirma que a CDU, como terceira força mais votada, confirma a sua «significativa expressão e influência na sociedade portuguesa» ■ A população de 36 freguesias portuguesas boicota as eleições para o Parlamento Europeu ■ O embaixador português na ONU admite em Lisboa um adiamento da consulta popular em Timor caso não esteja garantida pela ONU a liberdade de voto ■ Milhares de sérvios abandonam o Kosovo, receando pela sua segurança depois da partida do exército jugoslavo ■ Um primeiro comboio humanitário chega a Pristina, capital do Kosovo, com ajuda destinada aos cerca de meio milhão de albaneses.

14 Segunda-feira

O dirigente timorense Manuel Carrascalão apela em Jacarta à concessão de ajuda humanitária e condições de segurança a cerca de 45 000 deslocados em Timor ■ O procurador-geral indonésio, Andi Muhammad Ghalib, encarregado de investigar as acusações de corrupção do presidente Suharto, é suspenso de funções e acusado de receber subornos ■ O Exército de Libertação do Kosovo assume o controlo de vários bairros da cidade de Prizren, no sul do Kosovo ■ O primeiro-ministro belga apresenta a sua demissão ■ Combates prosseguem em Caxemira.

15 Terça-feira

O Comité Central do PCP reúne para analisar resultados das eleições europeias ■ Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures, renuncia ao mandato, na sequência da promulgação da lei de instalação de novos municípios ■ Greve dos funcionários judiciais leva ao encerramento de 90 a 95 por cento dos tribunais ■ Julio Anguita demite-se do cargo de coordenador-geral da IU, na sequência do mau resultado obtido nas eleições europeias ■ O secretário de Estado norte-americano, Thomas Pickering, chega a Pequim para explicar o bombardeamento da Embaixada da China em Belgrado.

Como incisivamente acentuou o Comité Central do PCP, as eleições para o Parlamento Europeu de domingo passado confirmaram o PCP e a CDU como grande força nacional indispensável para uma viragem à esquerda em Portugal e indiciaram a possibilidade real de obtenção de um bom resultado nas próximas eleições legislativas.

Os resultados de domingo assumem ainda maior significado e importância se se tiver em conta que eles reforçam consideravelmente o carácter nacional do PCP, a sua condição de partido com implantação visível em todo o continente e regiões autónomas. Exemplo disso é o aumento da expressão eleitoral da CDU nas zonas onde a sua influência é menor e nas quais se verificaram mesmo, nalguns casos, espectaculares subidas de votação. Com esse reforço abrem-se novas e promissoras perspectivas em relação ao desenvolvimento futuro do Partido nessas regiões. Inclusive, na perspectiva das próximas eleições legislativas, ganham maior peso e viabilidade as possibilidades reais de a CDU voltar a eleger deputados em vários distritos. Tal facto coloca-nos novas e maiores responsabilidades e impõe-nos a exigência de, desde já, iniciar a preparação das eleições legislativas numa perspectiva de reforço da expressão eleitoral e do número de deputados não só nas zonas onde tradicionalmente elegemos mas também nesses outros distritos onde tais possibilidades são, hoje, muito maiores.

Para o PE, a CDU perderá, talvez, um deputado – significando este «talvez» que, de facto, o 25.º deputado não está ainda eleito e só o PSD ou a CDU o poderão ganhar. E importa sublinhar que se não for a CDU a ganhar esse deputado (o que, a verificar-se, aconteceria por uma margem de menos de uma décima), estaríamos perante a maior injustiça destas eleições, na medida em que, nessa eventualidade, não seria eleito o 3.º deputado da CDU, neste caso Sérgio Ribeiro – que foi, conforme é generalizadamente reconhecido, um dos melhores e mais activos deputados não só entre os 25 portugueses mas no conjunto de todos os deputados que compõem o Parlamento Europeu. Aguardemos, no entanto. E sublinhemos o facto de a CDU ter desenvolvido uma campanha singular no conjunto das várias campanhas – uma campanha séria, de respeito pela inteligência e pelos direitos dos eleitores, caracterizada por um amplo contacto directo com as populações e os trabalhadores, por uma abordagem responsável e construtiva das questões nacionais e europeias, por um forte dinamismo e espírito de iniciativa – uma campanha construída pelo esforço e a dedicação de milhares de militantes comunistas e outros activistas da CDU e que teve na participação de Ilda Figueiredo um contributo notável.

Nos resultados obtidos pela CDU há que sublinhar, como dados positivos e de indispensável valorização, o aumento do número de votos (mais cerca de 20 000 do que nas eleições de 1994); a subida de quarta para terceira força eleitoral; e o facto de ter voltado a ultrapassar os 10% dos votos. Tudo isto é tanto mais digno de registo quanto, como sabemos, as previsões, sondagens e desejos veiculados pela generalidade da comunicação social dominante apontavam num sentido oposto.

O PS traçou para estas eleições objectivos ambiciosos, nomeadamente o de obter uma votação esmagadora que lhe assegurasse a eleição da maioria absoluta dos deputados e lhe

abrisse caminhos para a obtenção de igual maioria nas próximas legislativas. Para esses objectivos recorreu ao maior trunfo de que dispunha: o ex-Presidente da República. E fê-lo na base de um escandaloso embuste: Soares foi apresentado como candidato a presidente do PE e envolvido em slogans de óbvio conteúdo mistificatório. Ora, conhecida como é a longa e vasta experiência quer do PS quer de Soares neste tipo de práticas, é legítimo admitir que o embuste tenha atraído para o PS bastantes mais votos do que o conseguiria uma campanha séria, limpa e de respeito pelas pessoas – além de que, a acrescentar a tudo isto, há ainda o facto de o PS ter usado e abusado na sua campanha, de forma escandalosa e condenável, do poder político e de meios do Estado.

O PS obteve, em comparação com as anteriores eleições para o PE, um bom resultado. Mas é muito positivo que a operação mais ambiciosa acima referida tenha fracassado no essencial.

O resultado do PSD – que se fartou de cantar vitória na noite das eleições – ficou abaixo dos resultados obtidos por este partido em todas as eleições efectuadas nos últimos catorze anos.

Quanto ao CDS/PP – cujo líder, ridiculamente, se autopromoveu como o grande vencedor das eleições – basta dizer que perdeu um terço dos seus votos, desceu de 12,4% para 8,2%, passou de terceira para quarta força eleitoral e perdeu um deputado.

No que respeita aos pequenos partidos, todos ficaram, como se esperava, muito, muito distantes da possibilidade de eleição. Importará, por isso, reflectir sobre as razões que levaram vários comentadores a anunciar e comentar a possibilidade de eleição de um deputado do Bloco de Esquerda, mesmo quando, contados os primeiros votos, tal hipótese estava absolutamente excluída. Apesar de todas as facilidades de que beneficiou, o BE limitou-se a obter mais duas décimas do que a soma das votações, em 1994, dos três partidos que o geraram – votação que poderá vir a ter, objectivamente, como único efeito assinalável o seu contributo para que o 25.º deputado que falta eleger seja, não um deputado da CDU mas um deputado do PSD. Surpreendente no caso do BE foi apenas a forma como a UDP – sem dúvida o mais organizado e activo dos três partidos que compõem o BE e aquele cujos militantes mais trabalharam na campanha – foi remetida, na mediática exibição de líderes, para uma apagada última fila.

Agora, naturalmente, para o PCP e para a CDU, a luta continua: contra a política de direita, desmascarando-a e ao seu conteúdo de classe, e por uma viragem à esquerda na política nacional; dando continuidade e intensificando a solidariedade internacionalista e a luta pela paz; prosseguindo o esforço com vista ao reforço orgânico e interventivo do Partido; arrancando com entusiasmo para a construção da Festa do Avante; intensificando a campanha de fundos, essencial para fazer face ao financiamento da actividade partidária e da próxima campanha eleitoral; enfim, criando as condições para a concretização de uma grande e forte campanha eleitoral para a Assembleia da República, de modo a reforçar a expressão eleitoral da CDU e a aumentar o número dos seus deputados.

As eleições confirmaram o PCP e a CDU como grande força nacional indispensável para uma viragem à esquerda em Portugal e indiciaram a possibilidade real de obtenção de um bom resultado nas próximas eleições legislativas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa — Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
— 1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC notarial: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A.
— 1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota — Linde — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Razo
2710 — 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 3 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Eduardo em balanço

Mal as trombetas da nova ordem comunicacional anunciaram o «fim da guerra» - sublinhando, pertinentemente, que os bombardeamentos iriam continuar - apressou-se Eduardo Prado Coelho a metralhar-nos com o seu «Primeiro balanço» sobre o processo. E diga-se desde já que Eduardo em balanço é o exemplo acabado de uma vítima da danos colaterais na coluna vertebral. Por recear ter ido longe de mais nas críticas que, antes, fez à NATO?; por saber que os senhores da nova ordem mundial fascizante não são para brincadeiras e podem, um dia destes, entrar-lhe em casa e lá vai disto?; por ter concluído que, afinal e bem vistas as coisas, mais vale viver de joelhos do que morrer de pé?; por hábito e feitio? sabe-se lá que caminhos conduzem a um Eduardo em balanço e capaz de, entre outros notáveis feitos, produzir (infelizmente entre parêntesis) a luminar e originalíssima tese de que («a intervenção da Nato em muitos aspectos foi mais orientada pelo voluntarismo dos dirigentes europeus do que pela vontade política norte-americana»). Curvemo-nos perante este soberbo exercício de inteligência!

Mas o essencial do balanço de Eduardo pode sintetizar-se numa frase: viva a NATO e a sua estratégia de paz - o que, na circunstância, é o mesmo que dizer: viva a morte. Compreensivo em relação aos «acidentes de percurso» ocorridos e aos «cerca de cinco mil mortos», Eduardo em balanço voltou a ser o apoiante aguerrido e entusiástico da matança do Iraque e trouxe-nos à memória os seus textos de então: a coragem e o rigor com que elogiou o massacre e assobiou para o ar face aos cerca de 300 mil mortos, civis na sua maioria, provocados pelas inteligentes e humanitárias bombas do então presidente Bush. Hoje, apenas mudaram os nomes das moscas que esvoaçam sobre o seu texto: agora o fascínio de Eduardo vai para a arrogância fascizante de Clinton, para o servilismo rastejante de Blair, para a impune postura de criminoso de guerra de Solana, para o sadismo doentio de Shea. E estou em crer que Eduardo terá exultado com o ameaçador gesto de paz que foi a «suspensão dos bombardeamentos» - anunciada primeiro por Clinton e, depois, pelo seu criado Solana - que antecedeu a ocupação do Kosovo por milhares de botas cardadas.

Mas é ainda em balanço que Eduardo, corajosamente indiferente ao ruído das bombas explodindo sobre escolas, hospitais, bairros residenciais, se interroga: «Todos aqueles que pretendiam um regresso à paz tinham alguma solução alternativa para que se obtivesse uma paz como aquela que neste momento se está a instalar na região?». Esperto como só ele, este Eduardo em balanço: numa simples frase arma-nos duas ratoeiras fatais - faz nossa a sua concepção de que «uma paz como aquela» é paz, e decreta que quem não propõe uma solução não tem direito a ter opinião. E remata fulminante: «Agora que se chegou a uma 'saída', a pergunta é: haveria outra?».

Não, Eduardo, para «uma paz como aquela» não havia outra «saída». Porque parar os bombardeamentos, pondo termo a um dos mais bárbaros genocídios praticados neste século, e discutir, negociar, dialogar até encontrar uma solução não era, obviamente, a paz de Clinton, nem de Blair, nem de Solana, nem de Shea. Nem de Eduardo, portanto.

■ José Casanova

Amiguismo e preconceito

Não é a primeira vez que acontece nem será certamente a última, mas aí estão, de novo, os critérios à «la carte» na apreciação dos resultados eleitorais, inspirados ora pelo amiguismo do coração ora pelo preconceito empedernido.

Evidenciando, como é costume, na maior parte dos «media», quer uma generosa complacência com os truques mistificatórios que sopram do lado do PS, do PSD e do PP quer uma impiedosa predisposição para desvalorizar ou denegrir o resultado da CDU.

De facto, a alguns tudo é permitido.

O PS faz-se esquecido de que, com a candidatura de Mário Soares queria «arrasar» a concorrência em termos de uma votação de natureza quase plebiscitária, mas agora deixam-no tranquilamente em paz em relação ao fracasso da ambiciosa operação que tinha concebido.

O PSD pode ter a mais baixa percentagem de há catorze anos a esta parte e ficar a 12 pontos do PS, mas é dado generoso acolhimento à sua tese de que, coitado, vinha da fossa de uma crise partidária e de que, para as legislativas, tudo ainda será possível.

O CDS-PP, que em tempos idos já teve votações de 14-15%, pode perder 4 pontos e um deputado, mas a seu respeito ninguém fala de «declínio irreversível», antes encontra larga receptividade ao truque do seu «renascimento» na base da comparação do seu resultado com os catastróficos resultados que algumas sondagens lhe atribuíam.

Mas pode imaginar-se como seriam devastadoramente cruéis os comentários, caso a CDU, no domingo à noite, tivesse vindo proclamar que tinha tido um resultado estrondoso e prenunciador de um fulgurante renascimento eleitoral porque, com 10,3%, tinha ultrapassa-

do exuberantemente os 3,9% e 5,2% que as sondagens do «Expresso» lhe tinham atribuído, respectivamente em 8 de Maio e 5 de Junho.

Mas há mais.

Há cinco anos, quer na noite das eleições quer nas semanas seguintes, a passagem da CDU para quarta força mais votada foi sistematicamente usada para amesquinhar o resultado da CDU e tentar desmoralizar os seus apoiantes. Mas agora que a CDU recuperou a posição de terceira força mais votada, o assunto já parece completamente desinteressante para tantos que tanto com ele se excitaram há cinco anos.

E, para completar o leque, recorde-se que também Miguel Portas pode, depois de fechadas as urnas, vir declarar que «esse (eleger um deputado) não era o objectivo principal» («DN» de 14/6), sem que ninguém, ao que parece, lhe tenha perguntado porque é que não disse isso durante a campanha, e antes andou em diversos comícios a apelar directamente aos eleitores da CDU dizendo-lhes que a CDU já tinha os seus três deputados eleitos (viu-se!) e que, por isso, bem podiam mudar o seu voto para o «Bloco».

E se alguém acha que somos nós que temos a mania da perseguição, imagine-se o que alguns diriam de nós se, invocando números irrefutáveis e com um grau de artificialismo bastante menor do que os artificialismos que por aí circulam, viéssemos dizer que, por comparação com as legislativas de 1995, a CDU é, no quadro das grandes forças, a única a aumentar a sua percentagem.

Mas este teste não será feito. Pela simples razão de que não desistimos de ser sérios.

■ Vítor Dias

PELA PAZ
continuar a luta!

A cerca do acordo assinado para pôr termo à brutal agressão militar da NATO contra a Jugoslávia muito se escreveu e centenas de milhares de páginas se hão-de continuar a escrever. Independentemente do juízo de valor sobre o acordo e todas as consequências previsíveis e imprevisíveis há elementos marcantes da agressão que perdurarão para além do acordo alcançado.

O primeiro é a imposição na prática da NATO, no 50.º aniversário do novo conceito estratégico e consequente violação do direito internacional, ao atacar militarmente a Jugoslávia por decisão unilateral, à revelia da ONU.

Nenhum acordo pode apagar este negro capítulo da história da NATO. A NATO, com os EUA à cabeça, pretende impor ao mundo o seu poderio, não permitindo aos países e povos, que os EUA entendem estar em posições adversas às suas, manter essas posições. No fundo o significado desta guerra e deste novo capítulo é o seguinte: só há uma ordem, a ordem desenhada pelo império e seus acólitos; quem a ela não se submeter sofrerá as consequências.

O segundo é a maquiavélica manipulação à escala planetária para fazer crer que a comunidade internacional se identifica na NATO, armando-se esta em porta-voz de quase duas centenas de Estados cujos interesses são bem diferentes.

A NATO dirigiu-se à opinião pública mundial como se tivesse mandato da comunidade internacional e dos jugoslavos do Kosovo para agir em seu nome, o que nunca lhe foi conferido nem por uns, nem por outros.

Em vez da farda militar o seu porta-voz apresentou-se como uma estrela televisiva que apresentava notícias brutais de guerra como se estivesse a falar do boletim meteorológico. Os estrategos da NATO cuidaram bem da sua imagem, chegando ao requinte do seu porta-voz se apresentar do modo mais informal possível, com menores colaterais como o do cabelo mais ou menos despenteado, fazendo passar uma imagem civil de um homem que anunciava todos os dias a mais cruel destruição assente na superioridade tecnológica dos EUA.

Esta manipulação visou também ganhar as consciências das opiniões públicas. Para desencadear esta brutal guerra era necessário diabolizar o regime sérvio, o qual era responsável por uma terrível campanha de limpeza étnica, a qual só pode ser sentida por via da força da NATO.

Ora falar de nacionalismo sérvio, que existe e é um problema, mas não falar da limpeza sérvia na Croácia e na Bósnia, esquecer o fundamentalismo islâmico imposto na Bósnia a outras crenças, passar por cima da ideologia fascizante do Presidente da Croácia é a mais cínica e perversa manobra ou diversão política para justificar a agressão à Jugoslávia. Não há só anjos, nem só diabos, há interesses diferentes e contraditórios que deviam ser tidos em conta. A diabolização dos sérvios e do seu Presidente foi a forma que a NATO encontrou para se apresentar como defensora dos albaneses jugoslavos do Kosovo. Atente-se no êxodo sérvio do Kosovo para se ver como a NATO joga com dois pesos e duas medidas.

O terceiro elemento é o aviso aos povos e aos cidadãos da verdadeira essência da NATO. Já não se pode alegar que a NATO é uma organização defensiva. Ela é a mais brutal máquina de guerra existente ao serviço dos EUA e principais potências capitalistas para dominar o mundo. De agora em diante por razões estratégicas, a NATO tentará como o fez na Jugoslávia, jogar com todo o seu poderio militar, fora da legalidade internacional, para impor a sua presença ou as suas soluções. Daí a importância de não deixar cair, antes manter vivo e reforçado, o amplo movimento de opinião pública europeia e portuguesa contra a guerra. O próprio Acordo é extremamente frágil e, por isso, em qualquer altura os senhores da guerra podem querer impor de novo a força da sua supremacia militar. Nas circunstâncias actuais Portugal e a Europa precisam mais do que nunca de um poderoso movimento social de paz que se faça ouvir.

■ Domingos Lopes



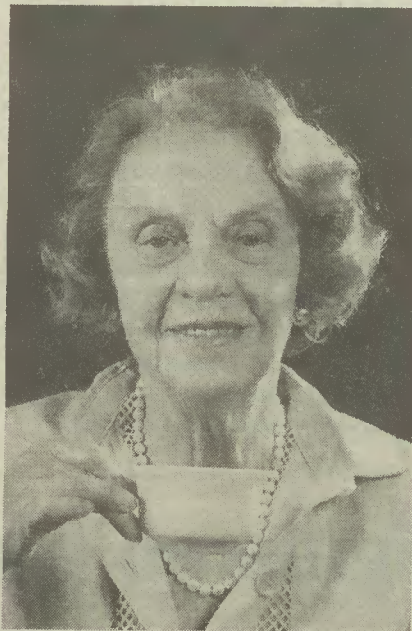
Foto: Jorge Caria

Sophia de Mello Breyner recebe Prémio Camões

A poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen recebe o Prémio Camões 1999, atribuído unanimemente pelo júri reunido em S. Salvador da Baía, no Brasil, no próprio Dia de Camões, a 10 de Junho. A atribuição deste Prémio – o mais importante no espaço cultural da língua portuguesa – foi saudada entusiasticamente pelos mais diversos artistas e personalidades, nomeadamente pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, e numerosos escritores ou poetas do chamado «espaço lusófono», como Agustina Bessav-Luís, Urbano Tavares Rodrigues, Jorge Amado, Pepetela, Eugénio de Andrade, Manuel Alegre, etc. O Prémio Camões, que foi recebido pela escritora com «muita emoção», soma-se a numerosos prémios já atribuídos a Sophia no seu brilhante trajecto poético, de que destacamos o Grande Prémio de Poesia da Sociedade Portuguesa de Autores (1964), o Prémio Teixeira de Pascoaes (1977), o Prémio da Crítica de 1983, atribuído pela

secção portuguesa da Associação Internacional dos Críticos Literários, o Prémio Vida Literária da Associação Portuguesa de Escritores (1994), o Prémio Petrarca (1995) e o Prémio Luís Miguel Nava (1997).

O Prémio Camões tem o valor pecuniário de 10 mil contos, devendo no próximo ano



ser aumentado para 12 mil contos, altura em que a composição do seu júri deixará de ser apenas bilateral (Portugal/Brasil), passando a integrar também representantes dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Coca-cola retirada dos mercados belgas

Na sequência de uma intoxicação registada em dezenas de adolescentes belgas após a ingestão de coca-cola, as autoridades do país retiraram do mercado todos os produtos da multinacional nor-

te-americana, até esclarecimento da situação. Trata-se de mais um caso de intoxicações na Bélgica a somar-se a uma alarmante sucessão de outros, nomeadamente os que foram detectados primeiro nos

aves e nos ovos e, mais tarde, na carne de porco e de vaca, todos contaminados por elevadas taxas de dioxinas provenientes de rações de farinhas animais que entraram em Janeiro passado na cadeia alimentar de inúmeras explorações avícolas e de suinicultura na Bélgica, com origem já identificada em fábricas de rações deste país. O caso das dioxinas abriu uma grave crise na Comunidade Europeia, que continua a debater a interdição total da carne de aves, de suínos e derivados provenientes da Bélgica, enquanto prossegue o abate e incineração de milhões de exemplares destes animais suspeitos de contaminação. Entretanto, a França já tomou a medida unilateral de retirar as rações de origem animal do circuito alimentar das explorações agro-industriais do país.



Porto regista dioxinas a mais

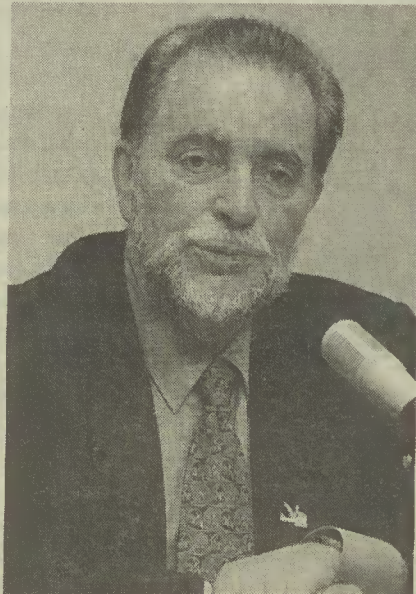
O centro da cidade do Porto, nomeadamente na zona da Rua de 31 de Janeiro, apresenta um teor de dioxinas no ar bastante superior aos máximos recomendados por lei, igualando ou até superando os valores registados em Milão, uma das cidades mais poluídas da União Europeia. A descoberta – que constituiu uma surpresa para toda a gente, incluindo as autoridades sanitárias responsáveis – resultou das primeiras análises do programa de monitorização do ambien-

te feita pela Lipor, a empresa que trata dos resíduos sólidos urbanos de sete concelhos da Região do Porto e colocou as autoridades na contingência da adopção urgente de medidas, que podem passar pela redução do tráfego rodoviário no centro da Invicta, medida já adoptada noutras metrópoles europeias a braços com problemas semelhantes. Recorde-se que as dioxinas, quando em excesso, constituem um perigoso agente cancerígeno.

Demissões na Esquerda Unida

Em Espanha, o líder da Esquerda Unida (IU), Júlio Anguita, e a respectiva Comissão Permanente apresentaram a sua demissão durante uma reunião em que analisaram os resultados das eleições europeias de domingo. Segundo a Lusa, Júlio Anguita afirmou em conferência de imprensa que a sua demissão do cargo tem por objectivo assumir as

responsabilidades do «fracasso» da coligação nas eleições locais, regionais e europeias de domingo passado, onde a Esquerda Unida obteve quatro lugares no Parlamento Europeu, cinco menos que em 1994, enquanto que nas municipais conseguiu somente 6,51 por cento dos votos, contra os 11,68 das eleições realizadas há cinco anos.

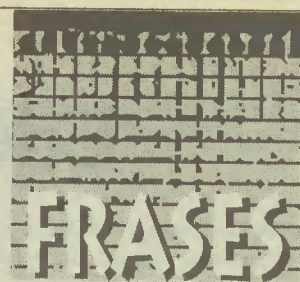


Trabalhadores da Casa da Moeda contra privatização da empresa

Em comunicado, a Comissão de Trabalhadores (CT) da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) acusa o Governo de estar a abrir caminho à privatização desta empresa pública à revelia dos seus trabalhadores e, ainda por cima, afirmando que os ouviu. Diz a CT: «O Governo, sem o parecer da Comissão de Trabalhadores, obrigatório nos termos da lei e sem responder às questões formuladas, avança com o Decreto-Lei N.º 170/99 de 19 de Maio que altera estatutariamente a INCM de EP (Empresa Pública) para AS (Sociedade Anónima). No referido Decreto-Lei, no fim do preâmbulo diz-se “foi ouvida a Comissão de Trabalhadores da INCM EP”. Gostaríamos que esse parecer se tornasse público para se saber quem foi que o deu. Desta Comissão de Trabalhadores não saiu decerto.» E mais adiante acusa: «Entretanto, o Governo aprovou a portaria n.º 295/98 (2ª série) de 23 de Dezembro, a ceder definitivamente os edifícios da Casa da Moeda e Imprensa Nacional à INCM para instalações dos seus serviços. O património passa então a ter outro valor. Valor esse que, enquanto a empresa for exclusivamente do Estado, não vem mal ao

mundo, mas a pensar na privatização o caso já muda de figura. Vale a pena esses atropelos aos trabalhadores, absorvendo-os, e os edifícios, que valem uns milhões, serão absorvidos também. A troco de nada, delapida-se o património.» Após denunciar o silêncio que o Governo mantém sobre

este assunto, a CT pergunta se o que se está a passar «é uma meta ou antes uma etapa com vista a preparar o terreno para posterior privatização dos sectores mais rentáveis da INCM, com todas as consequências para os trabalhadores, os seus direitos e seu vínculo».



“A nova ideologia da “intelligentia” europeia que se identificou com a cruzada cor-de-rosa contra a Sérvia é simples: o “modelo americano” não tem alternativa.”

(Eduardo Lourenço – «Visão», 11.06.99)

“(…) se os mísseis se calaram, é pouco natural que em todo o mundo e nos próprios EUA se calem as vozes, se silenciem as consciências, desapareçam as ideias críticas. O tempo joga a seu favor e a História ensina que, se as vitórias podem conseguir-se militarmente com os primeiros, ganham-se junto dos homens e do futuro com as segundas.”

(Rúben de Carvalho – «Diário de Notícias», 11.06.99)

“As pessoas sentem que as decisões importantes que afectam as suas vidas são tomadas por longínquos decisores que se escondem atrás dos imperativos da globalização, dos interesses obscuros que, de há uma década a esta parte, dominam os destinos da humanidade.”

(Manuel Villaverde Cabral – «Diário de Notícias», 11.06.99)

“Em Portugal há uma democracia política, mas não há uma democracia social e económica.”

(Urbano Tavares Rodrigues – «Diário de Notícias», 14.06.99)

“Hoje o PP renasceu!”

(Paulo Portas, nas televisões, 13.06.99)

“O Paulo Portas foi um dos vencedores da noite.”

(Miguel Sousa Tavares, nas televisões, 13.06.99)

“No Reino Unido, ninguém parece duvidar de que o primeiro-ministro britânico está hoje mais forte do que Margaret Thatcher depois da guerra das Malvinas.”

(Teresa de Sousa – «Público», 13.06.99)

“Foi também a guerra no Kosovo, e a forma inesperadamente eficaz com que Schroeder garantiu a coesão europeia indispensável à própria coesão da Aliança, que permitiu ao chanceler renascer da apagada tristeza com que iniciou o mandato em Bona. Falta-lhe agora vencer a batalha interna para afirmar a sua liderança.”

(idem)

“A programação que a SIC tem hoje é a mesma que a RTP tinha em 92, 93 e 94, quando eu era director.”

(José Eduardo Moniz – «TSF», 12.06.99)



“O Comité Central do PCP saúda os militantes e organizações do Partido, PEV e a ID, todos os candidatos, activistas e apoiantes que, com o seu assinalável esforço e dedicação, ergueram e concretizaram em todo o país uma campanha da CDU caracterizada por um grande dinamismo e espírito de iniciativa, por um amplo contacto directo com os eleitores e por uma abordagem séria das grandes questões nacionais e europeias”

O Comité Central do PCP apreciou os resultados eleitorais PCP e CDU - uma grande força nacional

«O Comité Central considerou que as eleições para o Parlamento Europeu, realizadas num quadro complexo e difícil, confirmam o PCP e a CDU como uma grande força política nacional, que é indispensável para uma viragem à esquerda.» Com estas palavras, Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do Partido, em conferência de imprensa realizada no fim da tarde de anteontem, divulgou as principais linhas de apreciação que o CC, ainda reunido, já havia concluído (ver documento nas páginas centrais).

O dirigente comunista referiu-se aos resultados eleitorais da CDU assinalando o facto positivo de estes revelarem um aumento de cerca de 20 mil votos, de a CDU «ter passado a ser a terceira força política nacio-

nal e ter voltado a ultrapassar os 10 por cento dos votos, obtendo 10,3%, valor que, embora superior aos resultados das eleições legislativas de 1995, se situa a 0,9 pontos percentuais abaixo dos 11,2% obtidos

nas eleições para o Parlamento Europeu em 1994».

Referindo-se, por outro lado, à «provável perda de um deputado», embora por margem tangencial (menos de uma décima), uma perda «desfavorável para a intervenção no Parlamento Europeu», Carvalhas assinalou: «Com efeito, será a perda de um deputado da força política que mais intensamente trabalhou por Portugal, pelos trabalhadores e pelos direitos de todos os que são mais desfavorecidos, das regiões mais atrasadas e das grandes causas do progresso de Portugal e da Europa. O

PCP tudo fará», afirmou, no entanto, «qualquer que seja a situação, para honrar os compromissos com o povo português. Mas o Comité Central não pode deixar de chamar a atenção para a importância que teria a eleição de mais um deputado com provas dadas e um imenso trabalho realizado, em vez de mais um deputado do PSD e da direita».

O Secretário-Geral do PCP revelou ainda o apreço manifestado pelo Comité Central «à camarada Ilda Figueiredo pela campanha realizada» e a saudação que dirigiu aos militantes e organizações do

Partido «pelo seu esforço, dedicação e espírito de iniciativa que demonstraram nesta campanha».

Carlos Carvalhas adiantou ainda as apreciações feitas pelo Comité Central em relação aos resultados obtidos pelas outras forças políticas e ao quadro em que irão desenrolar-se as próximas eleições legislativas. E sublinhou:

«Com a direita eleitoralmente enfraquecida, a questão chave das próximas eleições legislativas não é obviamente o desfecho do confronto eleitoral entre o PS e o PSD, mas sim a significativa

modificação da correlação da influência eleitoral entre o PS e o PCP (em termos favoráveis ao PCP), que é a força de esquerda que, pela sua influência social, presença e intervenção na sociedade e nas instituições democráticas, pelo seu património de propostas, está em condições de fazer repercutir o reforço da sua votação em modificações reais e substantivas na política nacional e impulsionar um processo de construção de uma alternativa de esquerda ao rotativismo entre PS e PSD na execução da política de direita.»



“Nas próximas eleições legislativas, só o reforço eleitoral da CDU é que pode criar os factores de mudança e de novidade que impeçam a cristalização da política de direita do PS, abrir a perspectiva e pesar de forma decisiva para a concretização de uma viragem à esquerda na política nacional, influenciar e condicionar positivamente as opções de política governativa, ao serviço das aspirações”



Eleições para o Parlamento Europeu

Carlos Carvalho sobre europeias Resultado perspectiva reforço eleitoral

Emigração e 36 freguesias Votos ainda por contar

O 25.º deputado só será apurado no próximo dia 23 de Junho, quando já estiverem contados os votos da emigração e repetidas as eleições nas 36 freguesias e secções de voto, onde se verificaram boicotes no passado domingo.

Por contar estão ainda cerca de 63 mil votos (20 mil da emigração e 43 mil em resultado dos boicotes), após o que será atribuído o mandato que falta. Refira-se a propósito que para eleger o seu terceiro deputado a CDU precisaria apenas de cerca de mais 1400 votos.

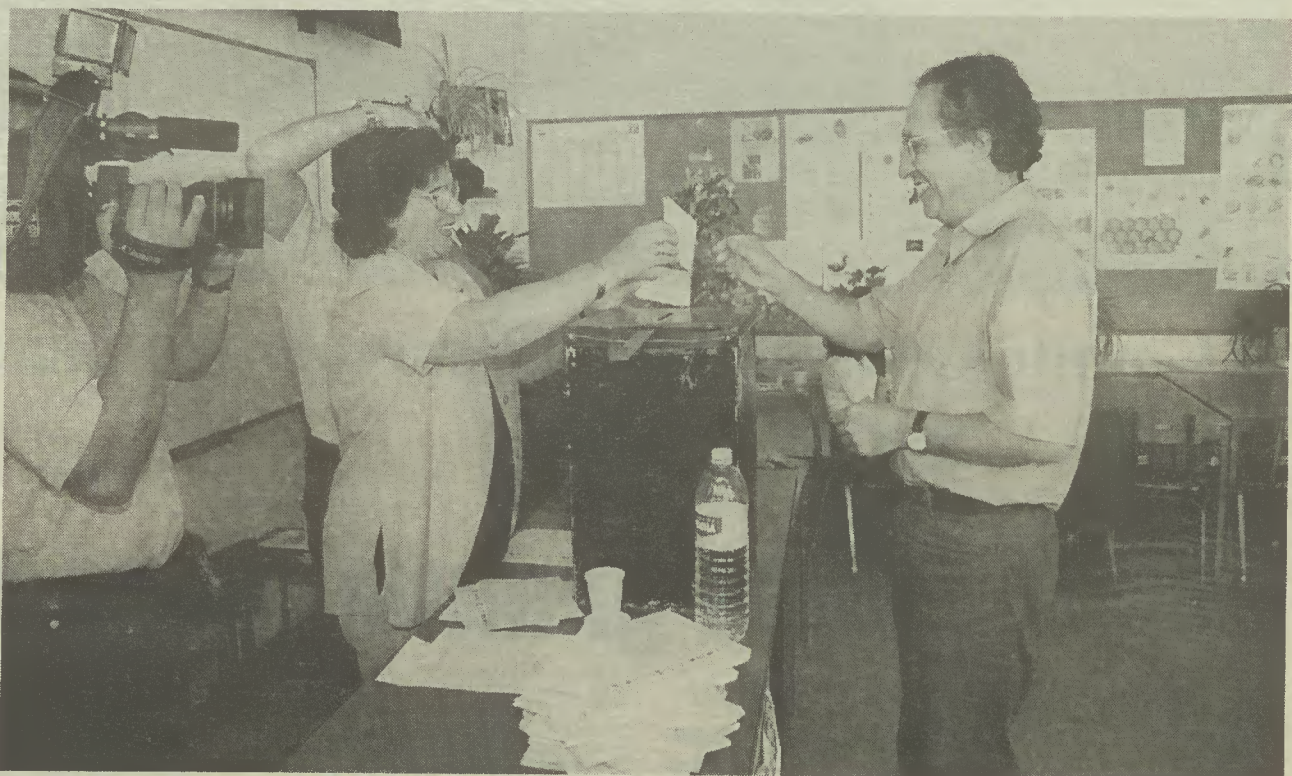
No distrito de Braga, a população não votou nas freguesias de Nine (Vila Nova de Famalicão) e Vermil (Guimarães). No distrito de Bragança, pela primeira vez um concelho inteiro decidiu impedir a realização das eleições. Foi o caso de Miranda do Douro, onde as urnas não abriram nas 16 freguesias (Atenor, Constantim, Genísio, Malhadas, Palaçoulo, Picote, Sendim São Martinho de Angueira, Cicouro, Duas Igrejas, Ifanes, Miranda do Douro, Paradela, Póvoa, Silva e Vila Chã Graciosa).

No distrito de Coimbra, foram afectadas as freguesias de Lavos e Marinha das Ondas, no concelho de Figueira da Foz, enquanto, no distrito da Guarda, houve boicote na freguesia de Torres, concelho de Trancoso.

No distrito do Porto não se votou nas freguesias de Alpendurada e Matos, Ariz, Paços de Gaoilo, Sande e Várzea do Douro, no concelho de Marco de Canavezes; na freguesia de Gandara, concelho de Paredes; na freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel.

No distrito de Vila Real, os boicotes verificaram-se nas freguesias de Dornelas, concelho de Boticas, e de Sediolos, no concelho de Peso da Régua. No distrito de Viseu, foram as freguesias de Nespereira, no concelho de Cinfães; de Bigorne e Lazarim, no concelho de Lamego; Canas de Senhorim, no concelho de Nelas; Vilarouco, concelho de São João de Pesqueira. Por último, nos Açores, o protesto teve lugar na freguesia de Faial da Terra, no concelho de Povoação.

Na noite de domingo, em declaração sobre os resultados obtidos nas eleições europeias (que a seguir se transcreve), o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, atribuiu a perda de um deputado pela CDU - hoje a terceira força mais votada - a «uma mera diferença de algumas décimas na percentagem necessária». A votação obtida «fortalece», contudo, a esperança de um bom resultado nas legislativas de Outubro.



1. O resultado previsivelmente alcançado pela CDU-Coligação Democrática Unitária, nestas eleições para o Parlamento Europeu, com a provável subida do número absoluto de votos comparativamente com as eleições anteriores e com a sua passagem a terceira força mais votada, confirma a CDU como uma força que conta com significativa expressão e influência na sociedade portuguesa e no actual quadro político.

A verificar-se a perda de um deputado, esse facto ficará a dever-se, não a uma relevante perda de influência eleitoral, mas a uma mera diferença de algumas décimas na percentagem necessária para a eleição do terceiro deputado da CDU.

2. Quanto ao resultado alcançado pelo PS, que não pode ser desligado da candidatura de Mário Soares, importa sublinhar, sem prejuízo do reconhecimento da sua subida comparativamente com as eleições para o Parlamento Europeu de há 5 anos, que tem uma expressão semelhante ao obtido nas últimas eleições legislativas, apesar de ter feito uma campanha totalmente apostada em obter uma votação maciça em torno da figura de Mário Soares, com argumentos que mistificavam a real natureza e finalidade das eleições.

3. Quanto aos resultados conseguidos pelo PSD e pelo CDS/PP, demonstram que não é justificável, agora como

nas próximas eleições legislativas, qualquer dramatização bipolarizadora entre PS e PSD, uma vez que é patente que a direita, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista eleitoral, não constitui qualquer alternativa.

4. A votação conseguida pela CDU e a ampla e expressiva campanha eleitoral que realizámos em todo o País mantêm aberta e fortalecem a perspectiva de um reforço eleitoral, em votos e em deputados, da CDU nas próximas eleições legislativas, como grande esperança e factor decisivo para uma viragem à esquerda na política nacional.

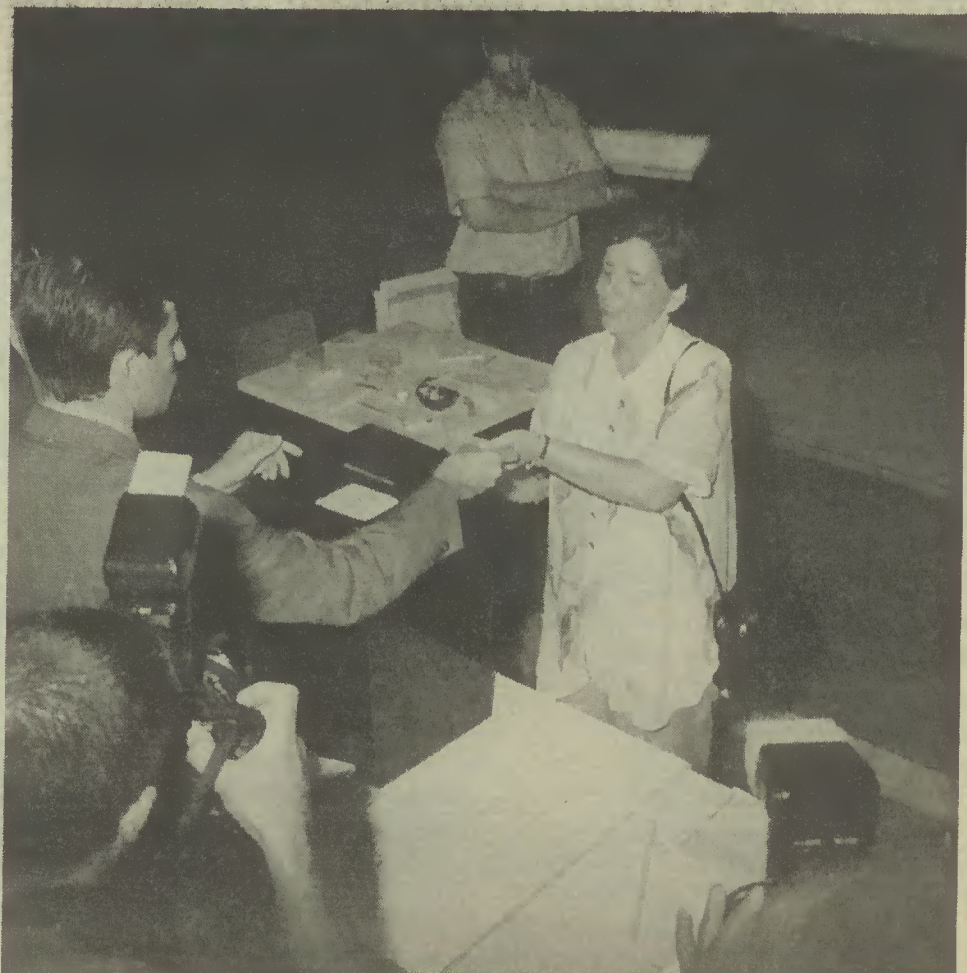
Ilda Figueiredo promete

CDU honra compromissos

Em declaração aos órgãos de comunicação social, Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU às europeias, considerou, por sua vez, que os resultados eleitorais confirmam a Coligação como «uma grande força nacional imprescindível para uma política de esquerda em Portugal e na Europa», representando não uma perda de influência mas a arrumação política dependente do método proporcional de contagem de votos.

Ilda Figueiredo, depois de resumir as perdas e ganhos da CDU, realçou o aumento do número de votantes em relação às eleições de 1994, lamentando a perda de um deputado pela CDU como «uma perda para os interesses de Portugal». Entretanto, garantiu, os dois deputados eleitos pela coligação para o Parlamento Europeu vão «empenhar todos os esforços para defender os interesses nacionais e uma Europa de paz».

Por fim, a eurodeputada comunista prometeu «honrar os compromissos» assumidos durante o período eleitoral e valorizou a campanha de esclarecimento realizada pela CDU como contribuição valiosa para a viragem que se impõe na política nacional.

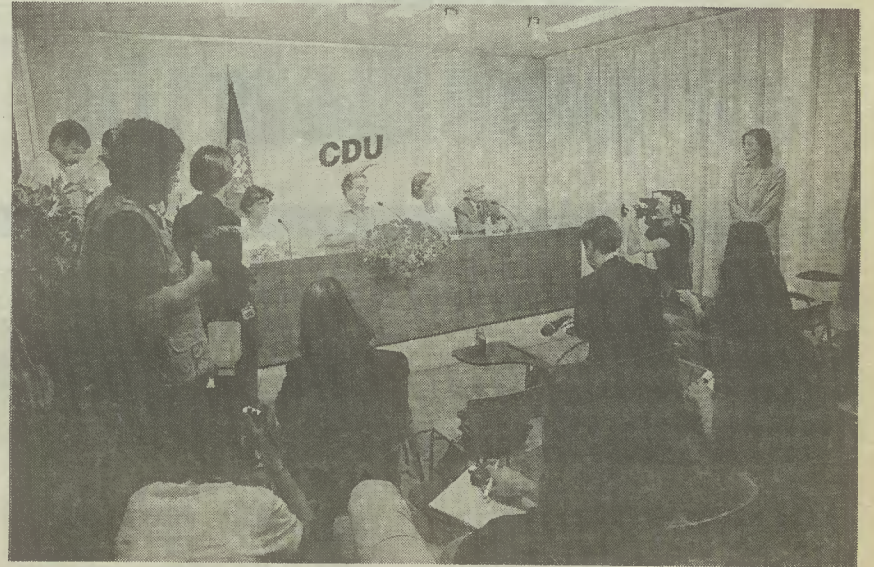


NACIONAL



Eleições para o Parlamento Europeu

Resultados comparados 1999-1994



Totais nacionais 1999

	Votos	%	Mandatos
Branços	63.379	1,83	
Nulos	50.016	1,45	
PS	1.490.139	43,06	12
PPD/PSD	1.075.936	31,09	8
PCP-PEV	357.263	10,32	2
CDS-PP	282.691	8,17	2
BE	61.949	1,79	-
PCTP/MRPP	30.312	0,88	-
PPM	16.144	0,47	-
MPT	13.650	0,39	-
PSN	8.749	0,25	-
POUS	5.499	0,16	-
PDA	5.050	0,15	-
Freguesias apuradas.....	4.205		
Freguesias por apurar	36		
Inscritos	8.572.953		
Votantes	3.460.777	(40,37%)	
Abstenção	5.112.176	(59,63%)	

1994

	Votos	%	Mandatos
Branços	48.645	1,62	
Nulos	47.501	1,58	
PS	1.047.835	34,79	9
PPD/PSD	1.033.663	34,32	9
CDS-PP	376.102	12,49	3
PCP-PEV	339.042	10,33	3
PCTP/MRPP	23.627	0,78	-
UDP	18.759	0,62	-
PSR	17.679	0,59	-
MPT	12.413	0,41	-
PXXI	12.161	0,40	-
PSN	10.998	0,25	-
PPM	8.204	0,27	-
PDA	6.898	0,23	-
PRD	5.777	0,19	-
MUT	2.576	0,09	-
Inscritos	8.450.184		
Votantes	3.011.880	(35,64%)	
Abstenção	5.438.304	(64,36%)	

Totais por distrito

AVEIRO

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	90.106	40,5	60.384	32,7
PPD/PSD	80.808	36,3	75.068	40,7
CDS/PP	29.357	13,2	31.224	16,9
PCP/PEV	9.021	4,0	6.552	3,5
BE	2.593	1,1	-	-
PCTP/MRPP	1.092	0,4	559	0,3
PPM	986	0,4	486	0,2
MPT	637	0,2	534	0,2
PSN	480	0,2	748	0,4
POUS	315	0,1	-	-
PDA	245	0,1	352	0,1
PSR	-	-	797	0,4
UDP	-	-	619	0,3
PXXI	-	-	569	0,3
Insc.	564.609		541.603	
Vot.	222.135	39,3	184.169	34,0
Abst.	342.474	60,6	357.434	66,0
Branços	4.123	1,8	3.362	1,8
Nulos	2.372	1,0	2.541	1,3

BEJA

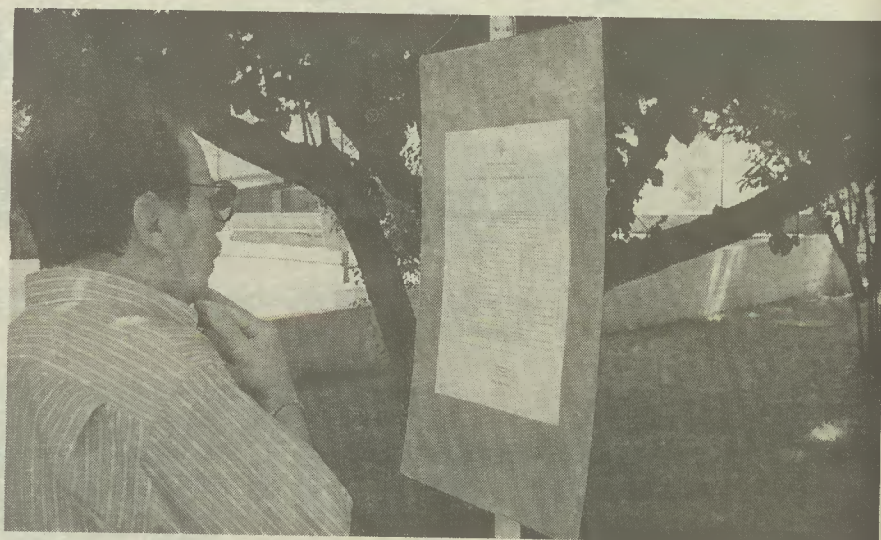
	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	25.774	44,8	17.104	31,3
PCP/PEV	17.782	30,9	21.216	38,8
PSD	6.873	11,9	7.344	13,4
CDS/PP	2.010	3,4	2.876	5,2
PCTP/MRPP	1.684	2,9	2.005	3,6
BE	747	1,3	-	-
PPM	260	0,4	308	0,5
PMT	211	0,3	244	0,4
PSN	169	0,2	237	0,4
POUS	112	0,1	-	-
PDA	98	0,1	204	0,3
UDP	-	-	595	1,0
PXXI	-	-	220	0,4
PSR	-	-	179	0,3
Insc.	144.629		150.675	
Votantes	57.514	39,7	54.650	36,2
Abst.	87.115	60,2	96.025	63,7
Branços	858	1,4	717	1,3
Nulos	936	1,6	1.177	2,1

NACIONAL

Eleições para o Parlamento Europeu



Totais por distrito



BRAGA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	125.438	44,2	93.076	37,6
PPD/PSD	102.463	36,1	93.975	38,0
CDS/PP	26.154	9,2	35.260	14,2
PCP/PEV	14.978	5,2	11.904	4,8
BE	2.668	0,9	-	-
PCTP/MRPP	1.809	0,6	1.083	0,4
PPM	1.104	0,3	581	0,2
MPT	766	0,2	666	0,2
PSN	711	0,2	705	0,2
POUS	480	0,1	-	-
PDA	391	0,1	617	0,2
UDP	-	-	1.122	0,4
PSR	-	-	909	0,3
PXXI	-	-	782	0,3
Insc.	645.083		613.401	
Vot.	283.252	43,9	247.194	40,3
Abst.	361.831	56,1	366.207	59,7
Branços	3.298	1,1	2.638	1,0
Nulos	2.992	1,0	3.242	1,3

COIMBRA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	68.820	47,7	49.258	41,1
PSD	45.392	31,5	42.159	35,1
PCP/PEV	9.640	6,7	7.537	6,3
CDS/PP	9.632	6,7	12.217	10,2
BE	2.730	1,9	-	-
PCTP/MRPP	838	0,6	524	0,5
PPM	570	0,4	282	0,2
MPT	526	0,4	492	0,4
PSN	355	0,3	474	0,4
POUS	238	0,2	-	-
PDA	167	0,1	240	0,2
UDP	-	-	357	0,3
PSR	-	-	815	0,7
PXXI	-	-	675	0,6
Insc.	369.484		368.738	
Vot.	144.134	39,0	119.821	32,5
Abst.	225.350	60,1	248.917	67,5
Branços	3.316	2,3	2.529	2,1
Nulos	1.910	1,3	1.994	1,7

GUARDA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	29.154	42,1	23.465	34,7
PSD	26.070	37,6	27.604	40,8
CDS/PP	6.981	10,0	9.984	14,7
PCP/PEV	2.348	3,3	1.819	2,6
BE	551	0,8	-	-
PCTP/MRPP	426	0,6	277	0,4
PPM	370	0,5	219	0,3
PSN	279	0,4	271	0,4
MPT	242	0,3	206	0,3
POUS	163	0,2	-	-
PDA	147	0,2	208	0,3
PSR	-	-	295	0,4
PXXI	-	-	271	0,4
UDP	-	-	238	0,3
Insc.	170.231		173.555	
Vot.	69.200	40,6	67.599	38,9
Abst.	101.031	59,3	105.956	61,0
Branços	1.155	1,6	1.055	1,5
Nulos	1.314	1,9	1.468	2,7

BRAGANÇA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PPD/PSD	20.707	41,9	22.638	43,4
PS	18.917	38,3	17.079	32,7
CDS-PP	5.110	10,3	7.641	14,6
PCP-PEV	1.602	3,2	1.256	2,4
PCTP/MRPP	326	0,6	220	0,4
BE	297	0,6	-	-
PPM	250	0,5	186	0,3
PSN	218	0,4	198	0,3
MPT	205	0,4	146	0,2
POUS	135	0,2	-	-
PDA	73	0,1	204	0,3
Insc.	140.285		142.135	
Vot.	49.397	35,2	52.086	36,6
Abst.	90.888	64,7	90.049	63,3
Branços	709	1,4	671	1,2
Nulos	848	1,7	1.098	2,1

ÉVORA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	25.754	42,2	15.164	26,4
PCP/PEV	17.186	28,1	21.630	37,6
PSD	10.399	17,0	11.000	19,1
CDS/PP	2.691	4,4	4.023	7,0
PCTP/MRPP	1.381	2,2	1.750	3,0
BE	871	1,4	-	-
PPM	272	0,4	206	0,3
MPT	207	0,3	239	0,4
PSN	124	0,2	236	0,4
POUS	105	0,1	-	-
PDA	79	0,1	101	0,1
UDP	-	-	507	1,0
PSR	-	-	267	0,4
PXXI	-	-	200	0,3
Insc.	147.395		148.945	
Vot.	60.955	41,3	57.449	38,5
Abst.	86.440	58,7	91.696	61,5
Branços	1.039	1,7	908	1,5
Nulos	847	1,3	925	1,6

LEIRIA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PSD	57.406	39,9	48.675	43,5
PS	53.176	37,0	31.621	28,3
CDS/PP	14.852	10,3	16.998	15,2
PCP/PEV	8.075	5,6	6.412	5,7
BE	1.862	1,3	-	-
PCTP/MRPP	840	0,5	473	0,4
PPM	653	0,4	258	0,2
MPT	498	0,3	386	0,3
PSN	406	0,2	408	0,3
POUS	261	0,1	-	-
PDA	194	0,1	272	0,2
PSR	-	-	553	0,5
PXXI	-	-	456	0,4
UDP	-	-	341	0,3
Insc.	372.696		364.423	
Vot.	143.548	38,5	111.716	30,6
Abst.	229.148	61,4	252.707	69,3
Branços	3.194	2,2	2.598	2,3
Nulos	2.131	1,4	1.983	1,7

CASTELO BRANCO

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	39.228	48,4	30.995	41,0
PPD/PSD	26.103	32,2	26.370	34,9
CDS/PP	5.658	6,9	8.374	11,1
PCP/PEV	4.620	5,7	3.828	5,0
BE	774	0,9	-	-
PCTP/MRPP	628	0,7	535	0,7
PPM	379	0,4	252	0,3
MPT	328	0,4	286	0,3
PSN	269	0,3	298	0,3
POUS	173	0,2	-	-
PDA	142	0,1	222	0,2
UDP	-	-	357	0,4
PSR	-	-	300	0,4
PXXI	-	-	333	0,4
Insc.	192.725		199.085	
Vot.	81.006	42,0	75.448	37,9
Abst.	111.719	57,9	123.637	62,1
Branços	1.292	1,5	1.289	1,7
Nulos	1.412	1,7	1.656	2,1

FARO

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	55.360	48,7	32.266	39,4
PPD/PSD	30.456	26,8	28.770	31,3
PCP/PEV	10.381	9,1	9.221	10,0
CDS/PP	7.136	6,2	9.327	10,2
BE	2.053	1,8	-	-
PCTP/MRPP	1.314	1,1	1.001	1,0
PPM	725	0,6	272	0,3
MPT	559	0,4	519	0,5
PSN	378	0,3	379	0,4
POUS	214	0,1	-	-
PDA	209	0,1	220	0,2
UDP	-	-	720	0,7
PSR	-	-	486	0,5
PXXI	-	-	476	0,5
PPM	-	-	272	0,3
Insc.	311.169		298.944	
Vot.	113.543	36,4	91.869	30,7
Abst.	197.626	63,5	207.075	69,2
Branços	2.867	2,5	1.982	2,1
Nulos	1.891	1,6	1.854	2,0

LISBOA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PSD	315.893	42,1	294.447	34,4
PS	200.541	26,7	166.385	28,0
PCP/PEV	105.780	14,1	100.296	16,8
CDS/PP	55.526	7,4	75.610	12,7
BE	24.246	3,2	-	-
PCTP/MRPP	7.331	0,9	5.215	0,8
MPT	4.604	0,6	4.075	0,6
PPM	4.010	0,5	1.710	0,2
PSN	1.728	0,2	2.166	0,3
POUS	1.011	0,1	-	-
PDA	863	0,1	903	0,1
PSR	-	-	6.058	1,0
UDP	-	-	3.990	0,6
PXXI	-	-	2.865	0,4
Insc.	1.814.713		1.825.811	
Vot.	748.903	41,2	593.713	32,5
Abst.	1.065.810	58,7	1.232.098	67,4
Branços	15.950	2,1	9.927	1,6
Nulos	11.420	1,5	8.407	1,4

NACIONAL

Totais
por distrito

PORTALEGRE

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	22.551	48,9	17.139	38,0
PSD	9.567	20,7	10.917	24,2
PCP/PEV	7.831	17,0	8.807	19,5
CDS/PP	2.815	6,1	4.097	9,1
PCTP/MRPP	815	1,7	902	2,0
BE	411	0,8	-	-
PPM	199	0,4	125	0,2
MPT	170	0,3	171	0,3
PSN	96	0,2	199	0,4
POUS	83	0,1	-	-
PDA	54	0,1	114	0,2
UDP	-	-	286	0,6
PXXI	-	-	209	0,4
PSR	-	-	151	0,3
Insc.	111.566		115.472	
Vot.	46.074	41,3	45.005	38,9
Abst.	65.492	58,7	70.467	61,0
Branços	751	1,6	885	1,9
Nulos	731	1,5	860	1,9

PORTO

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	274.577	47,1	210.606	39,9
PSD	185.618	31,9	191.798	36,3
PCP/PEV	45.744	7,8	37.662	7,1
CDS/PP	42.454	7,3	60.490	11,5
BE	8.814	1,5	-	-
PCTP/MRPP	3.811	0,6	2.191	0,4
PPM	2.045	0,4	1.000	0,2
MPT	1.541	0,3	1.420	0,3
PSN	1.086	0,2	1.267	0,2
POUS	619	0,1	-	-
PDA	515	0,1	852	0,2
UDP	-	-	2.297	0,4
PXXI	-	-	1.856	0,4
PSR	-	-	2.556	0,5
PRD	-	-	717	0,1
MUT	-	-	281	0,1
Insc.	1.386.775		1.341.070	
Vot.	582.525	42,0	527.743	39,4
Abst.	804.250	57,9	813.327	60,7
Branços	9.504	1,6	6.820	1,3
Nulos	6.197	1,1	5.930	1,1

SANTARÉM

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	69.570	44,6	48.079	35,5
PPD/PSD	45.224	28,9	42.779	31,6
PCP-PEV	17.415	11,2	17.285	12,8
CDS-PP	11.274	7,2	15.665	11,6
BE	2.279	1,5	-	-
PCTP/MRPP	1.732	1,1	1.582	1,2
PPM	824	0,5	410	0,3
MPT	579	0,4	623	0,5
PSN	395	0,3	560	0,4
POUS	281	0,2	-	-
PDA	248	0,2	348	0,3
Insc.	387.609		388.152	
Vot.	156.103	40,3	135.568	34,9
Abst.	231.506	59,7	252.584	65,1
Branços	3.348	2,1	3.084	2,3
Nulos	2.934	1,9	2.616	1,9

SETÚBAL

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	104.575	41,2	63.123	30,6
PCP/PEV	69.633	27,4	71.722	34,8
PSD	41.620	16,4	36.613	17,7
CDS/PP	13.006	5,1	16.491	8,0
BE	6.894	2,7	-	-
PCTP/MRPP	3.790	1,5	3.557	1,7
MPT	1.247	0,4	903	0,4
PPM	1.220	0,4	540	0,2
PSN	466	0,1	674	0,3
POUS	352	0,1	-	-
PDA	350	0,1	271	0,1
UDP	-	-	2.482	1,2
PSR	-	-	1.599	0,7
PXXI	-	-	825	0,4
Insc.	638.905		621.509	
Vot.	253.432	39,6	205.754	33,1
Abst.	385.473	60,3	415.755	66,8
Branços	5.051	1,9	3.491	1,7
Nulos	5.228	2,0	2.822	1,3

VIANA DO CASTELO

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	35.572	39,2	24.909	30,3
PSD	31.478	34,6	33.218	40,4
CDS/PP	13.156	14,5	14.270	17,4
PCP/PEV	5.084	5,6	4.402	5,3
BE	938	1,0	-	-
PCTP/MRPP	593	0,6	385	0,4
PPM	448	0,4	311	0,3
PSN	347	0,3	279	0,3
MPT	285	0,3	226	0,2
POUS	199	0,2	-	-
PDA	147	0,1	277	0,3
PSR	-	-	399	0,4
PXXI	-	-	348	0,4
UDP	-	-	302	0,3
Insc.	223.828		218.114	
Abst.	133.084	59,4	136.081	62,3
Vot.	90.734	40,5	82.033	37,6
Branços	1.320	1,4	1.144	1,3
Nulos	1.167	1,2	1.304	1,5

VILA REAL

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PSD	36.481	43,5	37.505	45,2
PS	33.691	40,2	27.989	33,7
CDS-PP	6.495	7,8	10.195	12,2
PCP-PEV	2.643	3,2	2.111	2,5
BE	589	0,7	-	-
PCTP/MRPP	463	0,6	344	0,4
PPM	391	0,5	294	0,4
PSN	257	0,3	253	0,3
MPT	228	0,3	246	0,3
Insc.	216.313		215.776	
Votantes	83.802	38,7	82.995	38,5
Abst.	132.511	61,3	132.781	61,5
Nulos	1.193	1,4	1.737	2,1

VISEU

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PSD	51.740	41,2	46.922	42,1
PS	47.693	38,3	35.545	29,2
CDS/PP	14.479	11,6	21.615	19,4
PCP/PEV	3.217	2,6	2.936	2,6
BE	1.206	0,1	-	-
PPM	586	0,5	331	0,3
PCTP/MRPP	573	0,5	459	0,4
PSN	382	0,3	448	0,4
MPT	355	0,3	300	0,3
POUS	244	0,2	-	-
PDA	183	0,2	322	0,3
PSR	-	-	481	0,4
PXXI	-	-	399	0,4
UDP	-	-	353	0,3
Insc.	342.795		340.998	
Vot.	124.642	36,4	111.500	32,7
Abst.	218.153	63,6	229.498	67,3
Branços	2.059	1,7	1.986	1,8
Nulos	1.925	1,6	2.104	1,9

AÇORES

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PS	27.419	47,8	18.876	28,1
PPD/PSD	21.544	37,5	35.575	56,0
CDS/PP	3.906	6,8	5.345	7,9
PCP/PEV	1.305	2,2	1.047	1,5
BE	493	0,8	-	-
PDA	452	0,7	405	0,6
PPM	256	0,4	156	0,2
PCTP/MRPP	221	0,3	214	0,3
MPT	137	0,2	242	0,3
PSN	121	0,2	215	0,3
POUS	77	0,1	-	-
PSR	-	-	323	0,4
PXXI	-	-	250	0,3
UDP	-	-	227	0,3
Insc.	185.444		183.255	
Vot.	57.322	30,9	67.091	36,6
Abst.	128.122	69,0	116.164	63,3
Branços	836	1,4	965	1,4
Nulos	555	0,9	1.072	1,6

MADEIRA

	1999		1994	
	Votos	%	Votos	%
PSD	45.446	49,1	46.348	47,0
PS	26.871	29,0	25.710	26,1
CDS/PP	9.999	10,8	14.500	14,7
CDU	2.978	3,2	1.399	1,4
BE	933	1,1	-	-
PCTP/MRPP	645	0,7	351	0,3
PPM	596	0,6	277	0,2
PSN	482	0,5	983	1,0
MPT	325	0,3	489	0,5
PDA	299	0,3	443	0,4
POUS	241	0,2	-	-
UDP	-	-	2.517	2,5
PXXI	-	-	335	0,3
PSR	-	-	317	0,3
Insc.	206.709		198.523	
Vot.	92.556	44,7	98.477	49,6
Abst.	114.153	55,2	100.046	50,4
Branços	1.728	1,8	1.734	1,7
Nulos	2.013	2,1	2.711	2,7

Saneamento de águas PCP/Algarve defende Empresas Intermunicipais

A Direcção da Organização Regional do Algarve do PCP opõe-se a soluções que visem a total privatização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais (esgotos) e tratamento de lixos.

O PCP considera que uma tal solução, obedecendo a uma lógica de «socializar os prejuízos e privatizar os lucros», não só degradaria a qualidade dos serviços prestados, como acarretaria maiores encargos para a população.

Esta posição do PCP surge na sequência do debate promovido pela Associação de Municípios do Algarve nas Câmaras e Assembleias Municipais, realizado na base de três propostas alternativas à criação de empresas para gestão em Baixa dos sectores.

Aliás, qualquer solução no sentido da privatização passaria obrigatoriamente por um concurso internacional, com o risco de tais empresas «ficarem na mão e nos critérios de gestão ditados pelos leoninos interesses de multinacionais cujos objectivos não serão certamente os de atender a critérios de natureza social».

Os comunistas, para quem sempre foi essencial «preservar a natureza pública destes serviços, consideram, assim, como melhor solução a constituição de Empresas Intermunicipais de maioria de capitais

públicos que garantiria a participação maioritária das autarquias e uma melhor defesa do interesse público, a possibilidade de beneficiar do contributo de empresas públicas, como a EPAL e o IPE, e de crédito facilitado e acesso ao III Quadro Comunitário de Apoio, proporcionando ainda a articulação entre os sistemas em Alta e em Baixa.

Contudo, diz o PCP, importa fazer «uma análise cuidada aos custos e encargos» de cada Câmara com a gestão dos sistemas em Baixa, designadamente em pessoal, manutenção e renovação de redes, e «avaliar as consequências socio-laborais» resultantes da mudança de sistema de gestão, para o que «é necessário ouvir o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local».

Alqueva Atraso motiva requerimento

O Grupo Parlamentar do PCP requereu com carácter de urgência uma audição sobre o Alqueva onde sejam ouvidas a empresa responsável pela concretização do empreendimento (EDIA) e os ministros do Equipamento e da Agricultura.

De facto, a Direcção Regional do Alentejo do PCP considera que a responsabilidade pela indefinição e atrasos detectados pela auditoria do Tribunal de Contas relativamente ao Empreendimento de Fins Múltiplos de

Alqueva cabe inteiramente ao Governo PS. Quer pela multiplicidade de orientações provenientes de diferentes áreas da tutela ministerial, que prejudicam o desempenho funcional do EDIA, quer pela criação de instrumentos que - como o PROALLENTEJO e PEDIZA - condicionam o desenvolvimento regional do EFMA e deterioram a sua gestão.

Para o PCP, é particularmente preocupante que apenas tenham sido adquiridos 2585 hectares dos

cerca de 25000 estimados para ocupação da albufeira e os baixos índices de realização na componente agrícola do empreendimento e nos trabalhos de betonagem, cofragens e armaduras na Barragem central.

Tendo, porém, em conta que a matéria em causa diz respeito à Comissão de Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, o PCP sugeriu que ela fosse convidada a associar-se à audição, caso o requerimento seja aprovado.

Campanha Nacional de Fundos Dar força à imaginação

A dinamização da Campanha Nacional de Fundos é uma das tarefas que, a par da realização, em 3, 4 e 5 de Setembro, da Festa do «Avante!» e da campanha para as eleições legislativas de Outubro, merecem a maior atenção das organizações do Partido.

Apesar da recolha de fundos que, um pouco por todo o país, os comunistas têm vindo a realizar no âmbito das tarefas em curso - fosse das comemorações do 78.º aniversário do PCP e dos 25 anos do 25 de Abril ou da própria campanha eleitoral para o Parlamento Europeu - hoje, coloca-se com mais acuidade a dinamização da Campanha Nacional de Fundos com que o PCP está a fazer face às despesas acrescidas resultantes da realização de dois actos eleitorais, que muito dificilmente podem ser cobertas pelas receitas normais do Partido.

Excursões, piqueniques, rifas, leilões, sessões de fado, abordagens pessoais ou a simples recolha de fundos com uma bandeira ou através de um envelope distribuído nas várias iniciativas, todas as formas servem às organizações para cumprir as metas por si estabelecidas.

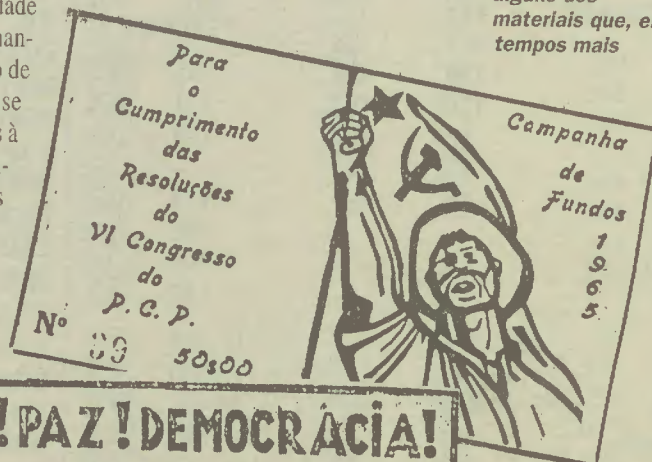
Aliás, «a criatividade é um factor determinante» para a angariação de fundos, pelo que não se deve «colocar limites à vontade e à imaginação», disse há tempos ao «Avante!» um dirigente regional do Partido, então apresentando

exemplos de acções coroadas de êxito levadas a cabo por vários organismos ou mesmo camaradas isoladamente.

A necessidade da responsabilização individual e colocação de metas próprias por cada membro do Partido é outro aspecto que os responsáveis da campanha apontam como factor decisivo para o bom termo da campanha. Sem descurar, naturalmente, a importância da discussão colectiva.

Ou seja, até ao fim da Campanha de Fundos em curso, é necessário, dizem, que todos os militantes, independentemente das tarefas ou funções que desempenhem, estejam envolvidos na campanha e assumam os seus próprios compromissos.

Desde a sua fundação, em 1921, foi sempre com os trabalhadores que o PCP contou para fazer face às despesas inerentes a uma actividade que também ela se pautava pela defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora. As fotos em baixo representam alguns dos materiais que, em tempos mais



difíceis, os comunistas e democratas portugueses usavam, quando vender uma rifa ou vender um cupão de angariação de fundos para o PCP podia significar a prisão e a tortura.

CAMARADAS FALECIDOS

Deolinda Roldão Oliveira

Faleceu no Hospital da Universidade de Coimbra, no passado dia 27 de Maio, com 47 anos de idade, a camarada Deolinda Roldão Oliveira, natural do Sardoal. Engenheira agrónoma e militante do PCP desde 1974, pertencia à Organização da Função Pública da ORL.

José Domingues Júnior

Faleceu no dia 12 de Junho o camarada José Domingues Júnior, destacado resistente antifascista que integrou o Movimento Operário do 18 de Janeiro de 1934. Filho de pai vidreiro, começou a trabalhar aos sete anos de idade na fábrica de vidros «A Central», hoje J. Ferreira Custódio. Cedo despertou, pois, para a luta, inscrevendo-se no Sindicato dos Vidreiros antes da idade então prevista. Aos 17 anos adere ao PCP e aos 18 já dirige várias células de jovens do Partido em diversas empresas vidreiras, chegando posteriormente a seu responsável concelhio. Um dos mais destacados elementos do Movimento Operário do «18 de Janeiro de 1934», resistiu até ao fim da refrega, mesmo depois de as tropas terem ocupado a Marinha Grande. Preso e enviado para o presídio da Trafaria, é julgado sete meses depois e condenado a seis anos de desterro em Angra do Heroísmo. Mantive-se fiel aos ideais de liberdade e justiça social até ao último minuto de vida. No seu funeral, que constituiu uma grande manifestação de pesar, Sérgio Moiteiro, dirigente do Sindicato Vidreiro, sublinhou «a estatura moral, a grandeza de carácter, a luta na defesa dos mais nobres valores da sociedade», que fazem com que José Domingues Junior «continue para sempre vivo nas nossas memórias e ligado às páginas douradas da História da Marinha Grande».

Maria Ofélia Teixeira Branquinho Piquete

Vítima de doença súbita, faleceu no dia 14 de Junho a camarada Maria Ofélia Teixeira Branquinho Piquete. Membro do Partido desde 1977, pertencia à Comissão Local da Vinha das Pedras. Participava activamente nas iniciativas do Partido e na venda do «Avante!».

Nuno Miguel Duarte Gregório

Após prolongada doença, faleceu no dia 14 de Junho o camarada Nuno Miguel Duarte Gregório. Membro do Partido desde Fevereiro de 1995, Nuno Gregório contava 22 anos de idade. Estudante do Ensino Superior, era eleito no Executivo da Junta de Freguesia de St.º André, onde era responsável pela área cultural. Pertencia ao Executivo da Comissão de Freguesia de St.º André do PCP.

Rosa Pereira Bento

Faleceu no dia 7 de Junho, com 62 anos de idade, a camarada Rosa Pereira Bento. Militante na freguesia de Benavila, pertencia à Comissão de Freguesia do PCP, onde sempre se encontrava disponível para ajudar na recolha de fundos e na venda da EP. No seu funeral incorporaram-se muitos camaradas e membros da Comissão Concelhia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Viana do Castelo Urbanização exige debate

Em reunião recentemente realizada, a Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP solidarizou-se com a greve dos trabalhadores da Portucel pela manutenção dos seus direitos e analisou a resposta pública do presidente da Câmara sobre os projectos de reconversão urbana da zona ribeirinha.

Em nome do respeito pelos vianenses e pelos seus representantes autárquicos, o PCP entende que é uma «reivindicação

legítima» a da realização de um debate público, nomeadamente na Assembleia Municipal, de todos os Planos de Pormenor ou de Intervenção Prioritária previstos no Plano de Urbanização.

Entretanto, os comunistas reiteram a sua discordância relativamente à construção do Parque de Estacionamento da Av. dos Combatentes, uma vez que os parques de estacionamento previstos do Plano de Urbanização da Cidade para o subsolo do

interface de transportes no topo norte dessa Avenida e para a periferia, «são mais do que suficientes».

Aliás, o PUC aprovado, «quer queiram ou não», define como «filosofia da cidade, o privilegiar das periferias, retirando do centro o tráfego citadino e protegendo assim o seu núcleo medieval». O que, na opinião do PCP, tem ainda a vantagem de «revitalizar e dinamizar o comércio».

Covilhã

Trabalhadores de limpeza em greve

Os trabalhadores dos serviços de limpeza da Câmara Municipal da Covilhã iniciaram na segunda-feira uma greve que se prolongará durante uma semana, contra a entrega pela Câmara da exploração dos serviços a uma empresa privada.

Solidária com a luta dos trabalhadores, a Comissão Concelhia da Covilhã do PCP afirma que

esta medida, tomada à margem da Assembleia Municipal e sem qualquer debate, «iria prejudicar seriamente os trabalhadores da autarquia e penalizaria a população do concelho que, assim, ficaria sobrecarregada com o pagamento de mais uma taxa».

Afinal, «a Covilhã, com a recolha de lixo efectuada pela Câmara e com os trabalhadores

de limpeza motivados, tem sido considerada uma das cidades mais limpas do País».

Dá que o PCP se proponha, lutar por todos os meios ao seu alcance, designadamente nos órgãos autárquicos - Câmara e Assembleia Municipal -, contra a privatização dos serviços de limpeza, exigindo a modernização destes serviços públicos.

Para ajudar a resolver problemas que afectam sistema judiciário

PCP propõe criação do Observatório da Justiça

Assegurar a recolha e a sistematização de dados objectivos sobre a situação e o funcionamento do sistema judiciário, promovendo simultaneamente a reflexão sobre as medidas adequadas à resolução dos problemas da administração da Justiça, tais são, em síntese, as atribuições do Observatório da Justiça, previsto em projecto de lei do PCP.

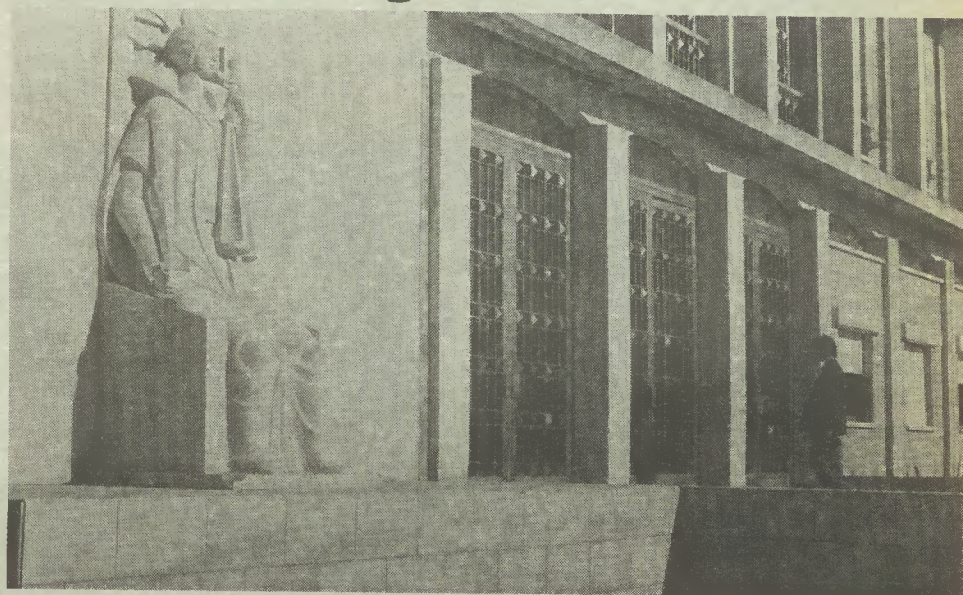
Recentemente entregue na Mesa do Parlamento, este diploma do Grupo comunista insere-se num conjunto de medidas

urgentes por si reclamadas com vista à resolução dos problemas da Justiça, medidas essas já elencadas na interpelação ao

Governo que sobre o tema teve lugar há relativamente pouco tempo na Assembleia da República.

Com uma composição alargada às mais variadas entidades, que de alguma maneira têm uma palavra a dizer no funcionamento da Justiça, o Observatório estará em condições de assegurar, com base em elementos objectivos, como é salientado na nota preambular do diploma, «não apenas a reflexão que é necessário encetar com vista à resolução dos problemas fundamentais que afectam a administração da Justiça, mas também a apresentação das propostas e recomendações que se mostrem necessárias para atingir essa finalidade».

Na base desta iniciativa legislativa, recorde-se, está a preocupação crescentemente sentida pela generalidade dos cidadãos quanto à forma como tem evoluído a situação da Justiça no nosso País. Quem não ouviu falar ou sentiu já directamente alguns dos problemas de fundo que afectam este importante pilar do sistema político? Como observam os deputados do PCP, aos olhos dos cidadãos, o sistema judiciário é caro, moroso e sinónimo de menor qualidade para as pessoas de menores



Aos olhos dos portugueses a Justiça é cara, morosa e de menor qualidade para as pessoas de menores recursos

recursos. Daí que, consequentemente, o sistema vigente «favoreça objectivamente as classes dominantes, os poderosos, o que afecta a sua credibilidade».

Recordado pelo Grupo comunista é ainda o facto de a Justiça em Portugal continuar a ser caracterizada pela desigualdade dos cidadãos no acesso à informação judiciária, ao direito e aos tribunais e na concretização efectiva de direitos e utilização das garantias processuais.

Marcante, noutra plano, é igualmente o «crescente volume

de processos e a morosidade das investigações e das decisões dos tribunais», a par das disfunções de «um sistema prisional que reproduz o crime e as injustiças, em vez de assegurar ou contribuir para uma efectiva reinserção social».

No preâmbulo do seu projecto de lei, os deputados do PCP lembram ainda que com a conquista da democracia em 25 de Abril de 1974 aumentou muito o recurso dos cidadãos aos tribunais, tal como aumentou muito o elenco dos direitos

que é possível valer por meios judiciais. Isto enquanto, sublinham, se mantiveram ou agravaram os fenómenos de exclusão social e pobreza e outras fontes de conflitualidade social, cresceu a sofisticação do crime e também a mediação da Justiça. «Tudo factores de conflitualidade jurisdicional acrescida», salientam, sem que tenha havido a «atenção devida à Justiça, nem as medidas correspondentes a este aumento do recurso aos meios judiciais».



O Alqueva assume uma importância decisiva para o desenvolvimento do Alentejo

Audição urgente sobre o Alqueva

Continuam a verificar-se atrasos e indefinições no projecto de Alqueva, situação que está a provocar legítimas preocupações em vários sectores sociais e económicos. Já há mesmo quem se interrogue se um tal quadro não poderá vir a comprometer a realização do empreendimento como projecto global indutor do desenvolvimento do Alentejo. Muito preocupado com estes desenvolvimentos está também o Grupo Parlamentar do PCP que, inclusive, requereu já com carácter de urgência a realização de uma audição sobre o Alqueva destinada a apurar as circunstâncias que explicam o actual estado de coisas.

Na carta em que solicita a audição, dirigida ao presidente da Comissão de Agricultura, o deputado comunista Lino de Carvalho faz notar a necessidade de ser ouvida não apenas a empresa responsável pela concretização do empreendimento (EDIA, AS), como também os membros do Governo mais directamente responsáveis pelo projecto, ou seja, os ministros da Agricultura e do Equipamento.

Na base desta iniciativa do Grupo comunista está ainda, registe-se, o relatório do Tribunal de Contas referente à auditoria de gestão à empresa que lidera o Alqueva, no qual são tecidas severas críticas e levantadas preocupações quanto à referida situação de atraso e indefinição em que se encontra o projecto.

Tais atrasos, como assinala no texto Lino de Carvalho reportando-se a algumas das críticas sublinhadas no relatório do Tribunal de Contas, ocorrem no plano da execução financeira e física do empreendimento, particularmente imputáveis à componente agrícola, como «uma realização global média da ordem dos 39 por cento» em relação ao programado, em contraste com o facto de ter sido excedido o orçamentado em «publicidade e comunicação social».

Notas acentuadamente críticas são ainda feitas, por outro lado, às interferências do Governo na criação de instrumentos paralelos de gestão que «podem fragilizar o desenvolvimento integrado» do empreendimento, avultando, simultaneamente, as referências aos atrasos consideráveis na aquisição dos prédios que vão ser inundados pela albufeira.

Se a todos estes aspectos forem somados «outros atrasos e indefinições na concretização global do projecto, não abrangidos pela auditoria do Tribunal de Contas», então, há acrescidas «razões para que a Assembleia da República procure conhecer o que se está a passar», conclui Lino de Carvalho, assim justificando o seu pedido de audição urgente sobre Alqueva.

Fundo de compensação salarial para os profissionais de pesca

O Grupo Parlamentar do PCP quer criar um fundo financeiro que garanta aos trabalhadores da pesca, enquanto decorrer o período de paragem das embarcações, um rendimento que substitua a ausência de salário. Em projecto de lei recentemente entregue no Parlamento, os deputados comunistas materializam aquele objectivo prevendo, concretamente, a criação de um Fundo de Compensação Salarial capaz de assegurar a atribuição de compensações pecuniárias

aos pescadores, em caso de imobilização total das embarcações e da impossibilidade do profissional de pesca exercer a sua actividade com a subsequente perda de retribuição.

Importa lembrar que os pescadores continuam a não ter qualquer apoio ou subsídio de instituições nacionais ou comunitárias que substituam a inexistência de salário durante o período ou períodos de paragens obrigatórias. Isto não obstante o compromisso do Governo em

constituir o referido Fundo de Compensação salarial, por aquele assumido aquando da autorização legislativa que lhe foi concedida pela Assembleia da República a propósito da legislação sobre as coimas a aplicar no sector das pescas.

Daí o enorme alcance social da iniciativa legislativa do PCP, visando pôr fim a essa injusta situação que reside no facto de os profissionais da pesca não terem qualquer garantia de que os seus rendimentos sejam asse-

gurados enquanto os barcos ficam em terra.

Estas paragens forçadas, recorde-se, ocorrem em resultado das condições do mar, mas também por razões que se prendem com efeitos biológicos na defesa dos recursos marinhos, avultando ainda motivos que não dependem directamente dos pescadores, como é o caso dos acordos de pescas com países terceiros.

Entre as principais fontes de receita própria do Fundo, de acordo com o previsto no articulado do projecto comunista, encontram-se a receita bruta de cada embarcação, apurada em lota (um por cento), o produto das coimas aplicadas a infracções cometidas no âmbito do sector (60 por cento) e ainda um montante a afectar através do Orçamento do Estado.

O montante da compensação pecuniária diária a que os profissionais de pesca têm direito, ainda segundo o estipulado no diploma, não deve ultrapassar uma trigésima parte da remuneração média mensal auferida, em concreto, nos três meses imediatamente anteriores, nem ser inferior a uma trigésima parte do valor do salário mínimo mensal aplicado à indústria.



Quando os barcos ficam em terra os pescadores não têm qualquer garantia de remuneração

Porto É tempo de iniciar um novo ciclo

O Plano de Médio Prazo (PDM) para a cidade do Porto foi tema de uma conferência de imprensa promovida pela CDU. Em causa está, nomeadamente, o desequilíbrio entre opções e meios correspondentes, num PDM sem «opções estratégicas inovadoras», fragilizado, à partida, por «uma excessiva dependência de expectativas financeiras».

Na sua declaração à imprensa, os eleitos municipais da CDU começam por sublinhar, como facto positivo, a possibilidade de os órgãos municipais poderem apreciar o PDM, «instrumento modelador de uma estratégia de desenvolvimento da cidade», pondo entretanto o acento, «no melhor espírito construtivo», nos erros de concepção de que o documento enferma.

De entre as contradições apontadas, ressalta, no quadro do texto genérico sobre «Os novos desafios à cidade», o contraste entre vectores estratégicos e respostas adequadas.

Assim, o texto recomenda a «diversificação da base produtiva», sem apontar quaisquer acções nesse sentido, não disponi-

biliza meios adequados ao necessário combate a diferentes formas de exclusão social. Faltam medidas incentivadoras e investimentos para «desenvolver vantagens competitivas nos centros urbanos». A qualidade de vida, que depende de múltiplos factores, não é suficientemente defendida.

A CDU critica ainda a importância atribuída aos «esquemas de parcerias» e a abertura ao sector privado, considerando que «a Câmara tem privilegiado a constituição de certas associações e fundações, com estatuto de objecto difuso e que dificultam o controlo democrático por parte da Assembleia Municipal».

Num quadro marcado pela ausência de obras novas, abandono de outras anteriormente previstas e

repescar de promessas de há vários mandatos, «o PDM pode ser encarado como uma espécie de caderno reivindicativo para obter e vincular investimentos públicos e financiamentos comunitários», afirmam os eleitos da CDU.

Por último, a Declaração à imprensa relembra as prioridades da CDU, de que se destacam: «mais investimento na coesão social e na área da habitação, a diversificação do tecido económico, o repovoamento e rejuvenescimento da população das freguesias centrais, maior investimento nos transportes colectivos, apesar do tempo perdido, redefinição do plano estratégico para o trânsito, uma produção cultural pujante e aberta, uma cidade menos poluída, mais harmoniosa, sem consentimento de mais agressões urbanísticas, dando tempo a que o corpo cidadão absorva as muitas que foram cometidas, uma cidade em crescimento e permanente renovação, valorizando o seu património e defendendo a sua identidade».

Na perspectiva de que «é tempo de iniciar um novo ciclo».

JCP promove Festival de Bandas

A Juventude Comunista Portuguesa de Viana do Castelo vai realizar na noite do próximo sábado, dia 19, na zona exterior do ex-Pavilhão da Portucel, o 4º *Avante Viana*, Festival de Bandas de jovens do distrito de Viana do Castelo.

O *Avante Viana* tem contado, ao longo destes anos, com a participação de dezenas de bandas e centenas de jovens de todo o distrito.

Este ano estão a concurso os Slave Soul, Red Floor, E-Quality, Desert, BD, Utopia e Dilemma, entre outras. O prémio para a banda vencedora é a actuação na Festa do «Avante!», no espaço Novos Valores/Palco da Liberdade.

Manhattan de Cacilhas

A Associação Nacional de Municípios (ANMP) considera que o projecto imobiliário projectado para os terrenos da Lisnave, na Margueira, viola a legalidade democrática, por não estar sujeito à ratificação da Câmara.

Numa deliberação tomada no dia 26 de Maio em Coimbra, e agora divulgada pela Câmara municipal de Almada, a ANMP defende que «o ordenamento do território e a definição do uso do solo são competências municipais».

A associação considera que a resolução do Conselho de Ministros sobre o PDM de Almada, de 1997, retirando à autarquia a jurisdição sobre os terrenos da Lisnave, é «atentatória da autonomia e da dignidade do poder local». «Ao concretizar-se, o projecto da zona da Margueira viola o princípio da legalidade democrática», considera a ANMP, que está solidária com a autarquia e pôs à sua disposição os seus serviços jurídicos para o que «entenda por conveniente».

Calamidade humana

Uma inspecção feita pela Segurança Social no distrito de Santarém detectou situações de «efectiva calamidade humana» em uma dúzia de lares lucrativos clandestinos, sendo urgente a retirada de cerca de 200 idosos para outros locais. A inspecção, que envolveu 60 fiscais e assistentes sociais, numa operação intitulada «tolerância zero» para com os clandestinos, só foi possível graças à colaboração das autarquias e dos centros de saúde do distrito, que identificaram os cerca de 100 lares lucrativos clandestinos agora visitados.

A esses acrescem as duas dezenas de lares nessas circunstâncias já anteriormente referenciados pelos serviços.

Esta inspecção segue-se a uma outra realizada em Março no concelho de Tomar e que levou à detecção de três lares clandestinos. Entretanto, desde que se iniciou a campanha de combate aos clandestinos, há dois anos, apenas um lar foi fechado no distrito de Santarém.

Azeite português em Salão Internacional

Portugal vai estar presente nas primeiras jornadas internacionais do azeite que têm lugar, em Paris, entre os dias 17 e 20 deste mês. Além de Portugal, estarão representados, entre outros, a Espanha, Itália, Grécia, França, Turquia, Marrocos, Tunísia, Palestina e a Síria. O Salão Internacional visa descobrir e provar os melhores azeites dos países produtores da bacia do Mediterrâneo.

Durante as Jornadas Internacionais do Azeite realizam-se várias conferências à volta do tema «sabor-saúde-cozinha no quotidiano, os benefícios nutricionais e as qualidades gastronómicas do azeite».

Marchas Populares Alfama tetravencedora

Sob fundo de polémica, as Marchas Populares de Lisboa, realizadas sábado à noite e cuja vencedora foi Alfama, pela quarta vez, tiveram três situações de *ex-aequo*, devido ao elevado nível da sua apresentação.

Alto de Pina e Olivais (9º lugar), Bica e Graça (10º lugar) e Alcântara e Bairro Alto (15º lugar) são os bairros classificados *ex-aequo*.

Além dos primeiros lugares globais para Alfama, a tetravencedora, Marvila, segundo, e Castelo, terceiro, as marchas foram ainda premiadas nas especialidades em diversas modalidades: coreografia, arcos, música, letra, figurinos, e desfile. Assim, as premiadas ao nível da coreografia ficaram distribuídas da seguinte forma: Alfama e Castelo. Nos arcos, foi distinguida Mouraria, seguida de Marvila. A música coube a Alfama, a letra à Penha de França e os figurinos calharam a Marvila e Carnide. Além das 18 Marchas Populares de Lisboa, dedicadas ao padroeiro Santo António, as festas contaram ainda com a marcha infantil da Associação Voz do Operário.

US Porto contesta números do desemprego

A partir de Julho, as já deformadas estatísticas poderão reduzir ainda mais o número de desempregados, com a entrada em vigor do novo regime legal de protecção no desemprego, alerta a estrutura distrital da CGTP-IN.

Em conferência de imprensa dada na semana passada, a União dos Sindicatos do Porto contestou a taxa de desemprego do INE, preferida pelo Governo. Segundo a USP, são mais correctos os números do IIEFP, que contabilizam os desempregados inscritos nos Centros de Emprego. Nas contas dos sindicalistas portuenses, a taxa real de desemprego situa-se 3 pontos acima da oficialmente anunciada.

As estatísticas do Ministério do Trabalho registam uma população activa de 4779 mil pessoas, no *Continente*, no último trimestre de 1998; em Dezembro, estavam registados nos Centros de Emprego 370 674 desempregados; logo, a taxa nacional de desemprego será de 7,7 por cento e não de 4,9 por cento (valor referido pelo INE, a partir dos Inquiridos ao Emprego).

Na Região Norte, para uma população activa de 1814 mil pessoas, os Centros de Emprego registavam, em Dezembro de 1998, um total de 135 152 desempregados, a que corresponde uma taxa de desemprego de 7,4 por cento (enquanto o INE refere 4,8).

A USP estudou ainda o Plano Regional de Emprego para a Área Metropolitana do Porto, onde, no terceiro trimestre do

ano passado, é apontada uma população activa de 600 mil pessoas, número que a União admite estar «um pouco acima da realidade»; mesmo assim, os 57 104 desempregados inscritos em Dezembro nos Centros de Emprego da AMP representam uma taxa de desemprego de 9,5 por cento, mais elevada do que os 6,3 por cento referidos no PREAMP (documento que, para a USP, «prioritariamente tem objectivos políticos e, numa segunda fase, objectivos meramente estatísticos»).

Outros números permitem também concluir que «o desemprego pode não estar a diminuir»: registaram-se mais novos requerimentos de subsídio de desemprego em 1998 do que em 1997, enquanto os subsídios de desemprego atribuídos abrangiam, em Fevereiro passado, 170 200 pessoas (deixando de fora mais de metade dos desempregados), quando a média verificada em 1998 fora de 165 mil.

Aos dados estatísticos, a USP soma ainda a acusação de que «a apregoada redução do número de desempregados tem sido feita, essencialmente, à custa dos chamados Programas Ocupacionais e de Formação, e não resulta da criação de emprego estável e de qualidade, mas sim

emprego precário e de curta duração».

Novo regime

Na ocasião, a USP comentou também o novo regime de protecção no desemprego, que entra em vigor a 1 de Julho, baseado no Decreto-Lei 119/99, de 14 de Abril, e no DL 186-B/99, de 31 de Maio). Ao passar a considerar também os anos de contribuições do beneficiário no cálculo da duração do subsídio de desemprego, o diploma vai ao encontro de algumas reivindicações da CGTP. «No entanto, este diploma insere-se na política do Governo de aumento da precarização do emprego», ressalva a União dos Sindicatos do Porto, apontando dois motivos: a criação do subsídio de desemprego parcial, como incentivo ao trabalho a tempo parcial, e vai «permitir ao patronato ver-se livre de mão-de-obra efectiva e substituí-la por emprego com custos menores e, em muitos casos, subsidiado».

O Governo vai, com este novo regime, «estimular as entidades patronais a empurrarem trabalhadores mais velhos para fora das empresas», adoptando uma filosofia que «contraria todas as recomendações sobre o emprego», protesta a USP, citando documentos da OCDE e da União Europeia, que chamam a atenção para os custos sociais e económicos (designadamente, para a Segurança Social) dos esquemas de saída precoce do mercado de trabalho.

Feira Nova do Lavradio obrigado a pagar

A Inspecção de Trabalho detectou dezenas de irregularidades na prestação de trabalho extraordinário no Feira Nova, no Lavradio, tanto por parte do hipermercado, como das 54 empresas prestadoras de serviços naquele estabelecimento, revelou o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, que solicitou a intervenção dos inspectores.

Raúl Pica Sinos, dirigente do CESP/CGTP, disse à Agência Lusa que, num único dia, o não pagamento do trabalho suplementar «rendeu» à empresa do grupo Jerónimo Martins mais de 1300 contos, respeitantes a remunerações que deveriam ter sido pagas aos trabalhadores e a participações para a Segurança Social. Após a intervenção da Inspecção do Trabalho, o hipermercado saldou a dívida voluntariamente, informa o CESP, em comunicado à imprensa. Quanto às prestadoras de serviços, que empregam centena e meia de pessoas, apenas doze pagaram o que deviam, num total de 300 contos.

Ao todo, foram levantados 63 autos pela Inspecção, por estas e outras ilegalidades, podendo as coimas ultrapassar os 4 mil contos, refere o sindicato, notando que «é prática corrente, nesta como em outras cadeias de super e hipermercados, a prestação generalizada de trabalho suplementar sem registo nem pagamento, o que se traduz numa redução ilegítima dos rendimentos dos trabalhadores e no desvio de quantias muito avultadas da Segurança Social».

O sindicato aguarda nova acção da Inspecção do Trabalho no Feira Nova do Lavradio, «para acabar com a obrigação dos trabalhadores subirem ou descerem cerca de oitenta degraus de uma escada, cada vez que entram ou saem do serviço».

APED radical

Em comunicado conjunto, o CESP e o CESNorte acusam a Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição de

manter uma «postura radical» face às tabelas salariais nas grandes superfícies comerciais. A APED, que representa super e hipermercados e outras grandes empresas de distribuição, continua a defender que a tabela mais favorável se aplique apenas nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, aplicando-se a Tabela B em Braga, Évora, Santarém e Faro, e a Tabela C aos cerca de 7500 trabalhadores de Aveiro, Coimbra, Leiria, Viana do Castelo, Beja, Viseu, Guarda, Bragança, Castelo Branco, Vila Real, Portalegre e regiões autónomas.

A associação patronal, acusando os sindicatos, não tem querido negociar a regulamentação do trabalho a tempo parcial, que afecta mais de 10 mil trabalhadores directos e cerca de 12 mil de empresas prestadoras de serviços e de aluguer de mão-de-obra. No Ministério do Trabalho (que «pouco está a fazer» para corrigir as injustiças) deverá realizar-se segunda-feira à tarde mais uma reunião tripartida.

TRABALHADORES

Auto Sueco

Durante 15 minutos esteve interrompido, segunda-feira, o trânsito na Via Rápida, no Porto, em resultado de uma acção de protesto dos trabalhadores da Auto Sueco, que desencadearam uma greve que se vai prolongar até final do mês, com quatro paralisações de meia hora. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos do Norte, a greve começou com uma adesão de 96 por cento e foi ainda acompanhada da distribuição de um comunicado à população. Em causa está a negociação do caderno reivindicativo, apresentado à administração em Novembro mas que só mereceu resposta em Abril, mostrando a empresa uma «posição irredutível», agravada com a instauração de processo disciplinar para despedir alguns trabalhadores mais destacados na luta.

Museus

No dia 10 de Junho voltaram a fazer greve os trabalhadores dos museus e palácios dependentes do IPM e do IPPAR, provocando o encerramento dos museus de Arte Antiga, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto, repetindo o cenário do anterior feriado, dia 3, disse Vítor Ricardo, do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, à Agência Lusa. Em causa está a revalorização de carreiras e o regime de horários e folgas semanais, matérias sobre as quais, ao longo do mandato, o ministro da Cultura «alternou a ausência prolongadíssima de diálogo com arremedos de negociação», refere uma nota da Federação de Sindicatos da Função Pública, notando que Carrilho, «agora, em vésperas de eleições, limita-se a facultar, tarde e a más horas, um anteprojecto de diploma sobre as carreiras de museologia e conservação e restauro, em versão que pretende que seja final e sem negociação».

Bingos

A luta nacional dos trabalhadores das salas de bingo dos clubes de futebol, pela actualização de salários, contra a discriminação de funcionários e pela negociação do prémio de produtividade e outras matérias, prosseguiu no dia 12, sábado, com uma concentração à entrada do bingo do Benfica - informou o Sindicato da Hotelaria do Sul.

Jovens

Hoje à tarde, no Porto, a Interjovem leva a cabo um debate sobre o sindicalismo e o futuro, com a participação de Carvalho da Silva. Com início marcado para as 14.30 horas, o encontro decorre na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso.

Para parar o pacote laboral e a destruição da Segurança Social «Stop» nacional no dia 22

A CGTP-IN convocou para a próxima terça-feira um «dia de acção nacional» contra a destruição da Segurança Social e contra o pacote de alterações a leis laborais que o Governo e o Grupo Parlamentar do PS querem ver passar na Assembleia da República.

Em Lisboa, os trabalhadores e sindicalistas concentram-se no Largo do Município, a partir das 15 horas. Em Braga, decorre durante a tarde uma vigília junto ao Governo Civil.

A decisão de realizar este «stop» foi aprovada no plenário nacional de sindicatos, a 28 de Maio, e está a ser concretizada pelas organizações sindicais de cada sector e região. Foi o caso, por exemplo, do plenário distrital que teve lugar em Setúbal, no dia 9, com a participação de Maria do Carmo Tavares. A responsável pelo pelouro da Segurança Social na Comissão Executiva da CGTP esteve ontem no Porto, numa reunião de sindicatos do distrito, convocada com objectivo semelhante.

Velho no essencial

Face à forte contestação levantada contra o projecto de Lei de Bases da Segurança Social da autoria do Governo, o Grupo Parlamentar da maioria procurou substituí-lo por outro, que introduz algumas alterações. Mas «o mais grave é que esta nova versão não altera a essência da anterior», alerta a CGTP, no folheto em que apela à participação na jornada da próxima semana. Os deputados do PS mantêm, no seu projecto, «aquilo que os trabalhadores desde há muito contestam e se recusam a aceitar»:

- «a consagração de um tecto contributivo, que se traduziria numa grande quebra nas receitas da Segurança Social»;
- «a limitação no valor das pensões e medidas selectivas que visam empurrar os trabalhadores de rendimentos médios ou acima destes para esquemas privados de seguros e planos de pensões»;
- «a transformação da Segurança Social em sistema assistencialista ou caritativo, isto é, para pobres e excluídos».

Avançar com esta proposta, a poucas semanas do encerramento da AR, justifica-se por «uma dupla razão», denuncia a central: «satisfazer a gula das seguradoras e dos bancos, que querem apoderar-se de parte da Segurança Social» e «evitar a discussão e a tomada de medidas necessárias e urgentes, sobre matérias como a descapitalização da Segurança Social e o seu financiamento, as dívidas do patronato e do Estado à Segurança Social, a política de emprego e os sub-

sídios às empresas, a participação dos trabalhadores na definição das políticas e na gestão do sistema».

Relativamente ao pacote laboral, a CGTP acusa o Governo e o Grupo Parlamentar que o sustenta de terem «pressa em ver aprovados pela AR os mais polémicos e contestados projectos de leis laborais» sobre trabalho a tempo parcial, alteração do conceito de retribuição, férias e lay-off.



Os trabalhadores defendem a Segurança Social que vive, sobretudo, das suas contribuições (foto de arquivo)

Entendendo ambas as matérias como «partes da mesma política», a CGTP apela a que os trabalhadores se mantenham «mobilizados e atentos» e que prossigam a luta, que já «impôs alterações significativas» nos projectos iniciais e que é a via a seguir para derrotar esta ofensiva.

Lay-off

A União dos Sindicatos de Lisboa convocou para ontem uma acção pública de protesto contra o projecto de lei sobre o regime de suspensão de contratos de trabalho (lay-off) apresentado pelo Governo e cuja discussão ia ter lugar de manhã, no plenário parlamentar. Dirigentes e activistas sindicais do distrito, concentrados inicialmente no cruzamento das ruas Castilho e Barata Salgueiro, seguiriam depois em fila até à AR, passando pelo Ministério de Ferro Rodrigues.

«Fazendo recair sobre a Segurança Social a maior parte dos encargos que deveriam ser suportados pelas entidades patronais, essa proposta de lei constitui uma clara cedência do Governo ao patronato», denuncia a USL/CGTP, na nota em que anunciou a acção de ontem.

Duas semanas de luta na Administração Local

Sob a palavra de ordem «Fartos de promessas, exigimos mudanças», os sindicatos dos trabalhadores das autarquias locais iniciaram segunda-feira, na residência oficial do Primeiro-Ministro, uma série de acções descentralizadas. A quinzena de luta termina dia 25.

Com esta iniciativa, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa pretendem sublinhar junto de António Guterres, do Governo e da opinião pública «a necessidade de uma inversão de política, no sentido de serem tomadas medidas concretas para a melhoria das condições de vida» dos funcionários autárquicos. Entre as reivindicações dos trabalhadores, a nota conjunta, divulgada sexta-feira pelo STAL e o STML, refere a exigência de um aumento salarial intercalar, a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e a

adopção de medidas correctivas para os problemas criados com a revisão do regime de carreiras.

Depois dos bombeiros profissionais, segunda-feira, foi anteontem entregue no Palácio de S. Bento um abaixo-assinado dos quadros técnicos: na próxima semana (dias 23 e 24) o Primeiro-Ministro há-de receber abaixo-assinados dos trabalhadores de transportes urbanos colectivos e da área de informática.

Outras acções têm lugar hoje, em Lisboa (sector operário), amanhã, no Porto (envolvendo também pessoal das regiões de Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real), segunda-feira, em Coimbra (também com Aveiro, Guarda, Leiria e Viseu), terça-feira, em Évora (também com Beja e Portalegre) e no dia 25, sexta-feira, em Lisboa (com trabalhadores da CML e de outras autarquias das regiões de Lisboa, Setúbal e Santarém).

Covilhã

Contra a tentativa da Câmara Municipal da Covilhã de entregar a privados os serviços de recolha de lixo e limpeza urbana, entraram em greve segunda-feira os trabalhadores da Higiene e Limpeza daquele município. Segundo a direcção regional de Castelo Branco do STAL, no primeiro dia de greve apenas dois trabalhadores não aderiram à luta, que paralisou a limpeza do concelho e está convocada até sábado, dia 19.

Na conferência de imprensa de dia 14, o STAL acusou ainda o vereador responsável pelo pelouro, Joaquim Matias, de ter tentado agredir um dirigente sindical, quando o autarca se deslocou aos estaleiros municipais e viu frustrada a sua tentativa de intimidação dos trabalhadores.

Para o sindicato, está em causa a segurança de emprego e os direitos dos trabalhadores, mas também se encontra ameaçada a qualidade e quantidade

do serviço prestado à população, caso se concretize a intenção privatizadora, conhecida desde meados do ano passado, a propósito da nova central de tratamento de lixo. Ao apontar para a privatização, «o que a CM da Covilhã se prepara para fazer é abdicar das suas responsabilidades e da sua capacidade negociadora, que pode e deve exercer». «Invariavelmente, as experiências de privatização (destes e outros serviços) noutras autarquias têm demonstrado que as populações nada têm a ganhar, a autarquia acaba por gastar mais dinheiro e os trabalhadores são seriamente afectados», recorda o sindicato, que reafirma a sua disposição para evitar o agravamento da luta, uma vez que, «se esta greve causará enormes transtornos na população, cuja inteira responsabilidade deve ser imputada à autarquia, também os prejuízos financeiros para os trabalhadores serão grandes, tendo em conta os já magros salários que auferem».

Pescadores

Apoio e solidariedade à greve dos trabalhadores da pesca do arrasto costeiro, que dura desde 4 de Abril, foi manifestado na semana passada pela Federação dos Sindicatos da Hotelaria e pelo Sindicato da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás do Centro, Sul e Ilhas. Para além da Feshot e do Sinqifa, solidarizaram-se com a luta dos pescadores outras estruturas da CGTP. O apoio tem sido expresso também através da entrega de donativos aos sindicatos e à federação das Pescas.

Correios de Lisboa

Atingiu os 73 por cento o nível de adesão à greve de sexta-feira, na Central de Tratamento de Correio de Lisboa, informou o SNTCT/CGTP, imputando ao conselho de administração dos CTT a «única e exclusiva responsabilidade» pela paralisação em Cabo Ruivo e contestando vivamente os índices de participação na luta apontados pelo CA, fazendo lembrar «anteriores administrações que, no desespero da evidência dos factos, alucinados, contratavam "fantasmas" nos dias de greve». A nota distribuída no final do dia pelo sindicato sublinha a necessidade de uma resposta efectiva a problemas como as escalas de serviço, o recurso a tarefeiros e empresas de aluguer de mão-de-obra, a prepotência de responsáveis, deslocações «selvagens» do pessoal e discriminações de trabalhadores.

Ferroviários

Por melhores salários, em defesa de direitos conquistados e pela alteração das posições das administrações da CP, Refer e EMEF nas negociações com os representantes dos trabalhadores, estiveram em greve no dia 11 os ferroviários, com uma adesão que se cifrou entre os 70 e 90 por cento nas diferentes empresas do Grupo CP. A FSTFP/CGTP, num plenário de sindicatos realizado dia 8, reafirmou o empenho em alcançar um acordo, mas exigiu igual empenhamento do Governo e dos gestores. A federação anunciou ainda que, no seguimento das decisões sobre reestruturação sindical tomadas no seu 5.º Congresso, foram convocadas assembleias gerais dos sindicatos para, no dia 9 de Julho, deliberar sobre a constituição do Sindicato Nacional do sector, a partir da fusão das estruturas actualmente existentes.

Manifestação em Londres

Uma cadeia humana composta por milhares de pessoas desfilou no centro de Londres, num apelo à anulação da dívida dos países mais pobres, poucos dias antes da cimeira do G8, que se realiza entre os dias 18 e 20 de Junho em Colónia, na Alemanha.

A manifestação foi convocada pela Coligação Jubileu 2000, um movimento de inspiração cristã criado em 1996 na Grã-Bretanha e que actualmente está espalhado pelo mundo inteiro, defendendo a causa das nações mais endividadas.

A cadeia humana, com cerca de cinco quilómetros, formou-se num ambiente de festa, ao som de samba e ritmos africanos, ao longo do rio Tamisa, em pleno centro da capital britânica, até perto do bairro de Westminster, onde se situa a sede do governo.

Natalidade em França

Os franceses em idade reprodutiva gostariam de ter, em média, 2,6 filhos por família, refere uma nota publicada pelo Instituto Nacional de Estatística francês. Este número desejado pelos franceses, com idades compreendidas entre os 15 e os 45 anos (idade reprodutiva), não corresponde à realidade, sendo a taxa de fecundidade actual de 1,7 filhos por mulher. A informação que acompanha o inquérito do Instituto de Estatística francês, realizado em Outubro de 1998, assinala que nos últimos anos se têm registado algumas mudanças nas estratégias da natalidade francesa.

Assim, a idade média em que as francesas são mães é de 29,2 anos, quando há duas décadas era de 26,5 anos, ao mesmo tempo que o número de mães solteiras mais que duplicava, situando-se esta em 40 por cento em 1997.

Exército turco mata guerrilheiros

As tropas turcas mataram 11 guerrilheiros curdos em operações no sudeste da Turquia.

Os confrontos entre os guerrilheiros, que lutam pela independência, e o exército turco intensificaram-se desde que o líder curdo Abdullah Ocalan começou a ser julgado por separatismo.

Desde que o julgamento começou a 31 de Maio, foram assassinados 55 guerrilheiros, segundo fontes militares.

Os guerrilheiros do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK, separatista) lutam pela independência do sudeste turco desde 1984. Os confrontos vitimaram já cerca de 37 000 pessoas.

Parlamento Europeu Queda socialista não arrasta esquerda

A subida eleitoral dos partidos que integram a família democrata-cristã europeia, a sintomática quebra dos socialistas, a subida substancial dos Verdes/Ecologistas e a grande descida das forças da extrema-direita, são alguns dos factos que ressaltam da quinta eleição directa do Parlamento Europeu desde 1979.

Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, concluídas no passado fim-de-semana, alteraram as posições relativas das duas famílias políticas maioritárias. Os democratas cristãos (PPE) obtiveram mais votos que os socialistas (PSE), mantendo-se embora o

equilíbrio entre a direita e a esquerda na assembleia parlamentar da União Europeia.

O grupo do PPE, de que fazem parte os eurodeputados portugueses eleitos pelo PSD, passa a ser a principal força política da assembleia de Estrasburgo, tendo assegurados cerca de 230 lugares no hemisfério (num total de 626) contra 201 na anterior legislatura.

Os socialistas europeus sofreram uma quebra de 214 para 180 parlamentares, passando à condição do segundo maior grupo da euro-assembleia, embora a grande distância da terceira força, os liberais europeus, que aumentaram de 42 para 44 o número de representantes em Estrasburgo.

Uma alteração de posições particularmente significativa numa UE governada, em 13 dos 15 países, por governos socialistas. Por acréscimo, a forte queda do PSE deve-se sobretudo à descida dos partidos socialistas alemão (SP) e britânico (trabalhista), principais defensores de uma política de liberalização de mercados de bens, capitais e trabalho.

Não menos significativas são as razões da não alteração do equilíbrio global existente no PE. Tal se deve, por um lado, à manutenção do peso, com mais um lugar, do Grupo Confederal da

da ala direita do hemisfério de Estrasburgo, a UPE, dos eleitos do CDS/PP, e o NI, que reúne eleitos da extrema-direita, perderam mais de metade dos eurodeputados, ficando reduzidos a, respectivamente, 16 (contra 34) e 18 (contra 38) representantes no PE.

Outro dado importante nestas eleições é o muito elevado índice de abstenção em muitos dos 15 países da União Europeia - 57 por cento no geral. O Reino Unido bateu o recorde com 76 por cento.

Em simultâneo com as eleições para o Parlamento Europeu, única instituição internacional eleita por sufrágio universal, alguns países realizaram outro tipo de sufrágios: a Espanha, municipais e regionais, e a Bélgica, legislativas e regionais. Os suíços votaram em cinco referendos federais sobre seguros de maternidade e invalidez, política governamental sobre drogas, revisão da lei de asilo e medidas de urgência nesta área.

Perpassando os processos eleitorais desenvolvidos nos vários países europeus, estiveram questões como o desemprego e trabalho precário, a guerra na Jugoslávia.

Na Bélgica, a descoberta de que numerosos produtos alimentares estão contaminados com dioxinas cancerígenas condicionou todo o quadro político-eleito-



Uma imagem da campanha eleitoral em França

África do Sul

Novo presidente investido em ambiente de festa

Foi em festa que os sul-africanos assinalaram, ontem, a investidura do novo presidente, Thabo Mbeki, confirmado, segunda-feira, pelo Parlamento, na sequência da esmagadora vitória eleitoral do ANC nas eleições de dia 2 de Junho.

A confirmação de Mbeki como presidente foi a primeira tarefa do novo Parlamento, no próprio dia em que tomou posse. Quarta-feira o novo presidente prestou juramento, seguindo-se o anúncio, hoje, da formação do seu gabinete.

O Congresso Nacional Africano ganhou 266 lugares nas eleições gerais, as segundas abertas a toda a população desde o fim do regime de *apartheid* na África do Sul. Umas eleições em que o ANC não só venceu, como venceu por maioria mais lata que a que tinha e, de uma forma inequívoca, na esmagadora maioria do território sul-africano.

Mbeki, que completa 57 anos amanhã, tem governado o país nos últimos anos ao lado de Mandela, como seu vice-presidente. Foi exilado, representou o ANC em inúmeros países, esteve presente na maioria das grandes reuniões (antes e depois da legalização do ANC), em que se discutiu o futuro do país e as vias para a transição. Como coordenador do ANC, destacou-se como negociador com o antigo governo do regime de *apartheid*.

A cerimónia de posse do novo presidente foi também o momento de despedida de Nelson Mandela. Realizada nos edifícios da União, sede do governo, reuniu, num grande pódio montado no topo da escadaria principal, governantes de todo o mundo, nomeadamente o Presidente português, Jorge Sampaio.

Na grande praça situada frente ao complexo de edifícios, teve lugar o *concerto do povo*, de homenagem a Mandela e ao novo presidente. No local foram instalados um ecrã gigante e um palco onde actuaram dezenas de artistas. Foi também nesse relvado, bem perto do povo anónimo que uma vez mais manifestou, pelo voto, a sua confiança no ANC, que Nelson Mandela e Mbeki se dirigiram aos seus eleitores, ou seja, à esmagadora maioria da população. Uma grande festa em que também houve referência aos problemas bem concretos com que o país se debate, da criminalidade à ausência de investimento estrangeiro e, em particular, o desemprego, uma miséria e um imenso fosso social que vêm detrás e que urge colmatar.

Confrontos no Mar Amarelo

Confrontos, no Mar Amarelo, entre as marinhas das duas Coreias, levaram a um recrudescer da tensão, numa zona particularmente sensível, em que de há muito se mantêm problemas irresolvidos. Um povo dividido, uma guerra terminada com um armistício e não com um tratado de paz.

Terça-feira passada a Coreia do Sul anunciou ter afundado um torpedeiro norte-coreano, num confronto que teve lugar numa zona tampão do Mar Amarelo.

O incidente ocorreu meia hora antes da reunião entre generais do Norte e do Sul, na zona desmilitarizada de Panmunjon, pro-

movida pelo comando da ONU e em que estava previsto discutir as incursões marítimas destes últimos dias. Todo o exército sul-coreano foi entretanto colocado em estado de alerta máximo.

Face a esta situação, tanto a China como o Japão manifestaram a sua preocupação com os confrontos e pediram para que fosse encontrada uma solução pacífica do diferendo. A China sugeriu que Pyongyang e Seul «procurem o mais rapidamente possível uma solução para a crise através do diálogo e consultas».

Durante a manhã de terça-feira patrulhas norte-coreanas

Esquerda Unitária (GUE/NGL) em que se integram os eleitos na CDU portuguesa, por outro, ao relevante aumento dos representantes dos Verdes, que passam de 27 para 36 eurodeputados.

Simultaneamente, dois grupos

ral. Um escândalo internacional que constituiu um novo golpe na credibilidade das forças políticas no poder, já anteriormente muito abalada com os casos de pedofilia que há três anos chocaram o mundo.

PCP saúda PDS

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, enviou a Lothar Bisky, presidente do PDS alemão, a seguinte mensagem:

«Em nome dos comunistas portugueses, quero exprimir-lhe a satisfação que sentimos pelo sucesso eleitoral alcançado pelo PDS. Felicitando calorosamente todos os militantes do vosso Partido por esta grande vitória política que leva ao PE deputados do PDS, confirmo-lhe a vontade do PCP em fortalecer a cooperação entre os nossos dois Partidos, seja no quadro do Grupo Unitário de Esquerda / EVN e outras formas de cooperação multilateral das forças de esquerda, seja no plano bilateral.»

Acordo de paz para o Kosovo

Com a abstenção da China e os votos favoráveis dos restantes 14 membros permanentes, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a 10 de Junho o plano de paz para o Kosovo. A votação teve lugar no edifício das Nações Unidas em Nova Iorque logo após o secretário-geral da NATO, Javier Solana, ter anunciado a suspensão dos bombardeamentos contra a Jugoslávia, condição indispensável para que Moscovo e Pequim dessem luz verde à resolução.

O texto, previamente negociado pelo G-8 em Colónia, com a concordância de Belgrado, devolve a condução do processo às Nações

Unidas - Kofi Annan, com contrário do sucedido na Bósnia, nomeia um representante pessoal para dirigir a administração civil - e reitera

o respeito pela soberania e integridade territorial da Jugoslávia.

A aprovação da resolução - que assenta nos pontos que a seguir se transcrevem - não impediu os representantes da Rússia e da China de condenarem a NATO pela «violação da Carta das Nações Unidas» e por ter «minado a autoridade do Conselho de Segurança, abrindo um grave precedente nas relações internacionais».

Também o embaixador jugoslavo, Vladislav Jovanovic, a quem foi concedido o direito de intervir

no Conselho de Segurança, recordou que a NATO «violou as leis da guerra e designou como objectivos prioritários os alvos civis, incluindo hospitais, meios de comunicação, prisões, escolas, centros comerciais, transportes públicos e embaixadas estrangeiras».

O acordo finalmente alcançado demonstrou, segundo o representante russo, que a NATO acabou por descobrir «a futilidade e as trágicas consequências do bombardeamento da Jugoslávia».

Os pontos do consenso

• 1. Decide que uma solução política da crise do Kosovo deverá fundamentar-se nos princípios gerais do acordo do G-8 e no de Belgrado.

• 2. Saúda a aceitação pela RFY dos princípios e outras condições referidas no parágrafo anterior, e pede a total cooperação da RFY na sua rápida aplicação.

• 3. Solicita em particular à RFY que ponha fim de forma imediata e verificável à violência e repressão no Kosovo, e que comece e complete a retirada verificável do Kosovo das forças militares, policiais e paramilitares num prazo rápido, sincronizado com a instalação da força internacional de segurança.

• 4. Confirma que, depois da retirada, será permitido que um número acordado de soldados e polícias sérvios e jugoslavos regressem ao Kosovo.

• 5. Decide a instalação no Kosovo, sob o auspício das Nações Unidas, de contingentes civis e de segurança com material e equipa-

mentas, a conservação do património sérvio e a presença nas fronteiras.

b. Desmilitarizar o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) e os restantes grupos armados albaneses.

c. Estabelecer um espaço seguro em que os refugiados possam regressar as suas casas; a força internacional possa operar; se forme uma administração transitória; e a ajuda humanitária seja repartida.

d. Assegurar a ordem pública até que a presidência internacional civil se possa responsabilizar por esta tarefa.

e. Supervisionar a retirada de minas até que a força civil possa assegurar este trabalho.

f. Apoiar e trabalhar estreitamente com a força civil internacional.

g. Vigiar as fronteiras.

h. Assegurar a protecção e liberdade de movimentos da força civil internacional e das organizações internacionais.

• 10. Autoriza o Secretário-Geral, com a

Kosovo e outras actividades de manutenção da paz.

e. Facilitar um processo político destinado a determinar o futuro estatuto do Kosovo, tendo em conta os acordos de Rambouillet.

f. Supervisionar a transferência de autoridade das instituições provisórias do Kosovo para as instituições estabelecidas segundo os acordos políticos.

g. Apoiar a reconstrução da economia e infra-estruturas básicas.

h. Oferecer, em coordenação com organizações humanitárias, ajuda de emergência.

i. Manter a lei e a ordem civil, incluindo o estabelecimento de forças policiais locais no momento em que se registre a instalação de polícias internacionais no Kosovo.

j. Proteger e promover os direitos humanos.

k. Assegurar o regresso seguro e sem restrições dos refugiados às suas terras no Kosovo.

• 12. Salienta-se a necessidade de operações humanitárias coordenadas, e que a RFY permita o acesso ao Kosovo das ONG e que coopere com elas para assegurar a divisão rápida e efectiva da ajuda internacional.

• 13. Incentiva os Estados membros e as organizações humanitárias a contribuírem na reconstrução económica e social, assim como o regresso seguro dos deportados, e salienta a importância de concertar uma conferência de dadores internacionais quanto antes, para reconstruir a região.

• 14. Solicita uma total cooperação, também à força internacional, com o Tribunal Internacional para crimes na antiga Jugoslávia.

• 15. Intima o ELK e as restantes organizações armadas albanos-kosovares a que cessem imediatamente todas as acções de ataque, e expressa as exigências de desmilitarização como condição da força internacional de segurança coordenada com o enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas.

• 16. Decide que as proibições da resolução 1169 (1998) não se aplicam às armas e material bélico das forças internacionais civis e de segurança.

• 17. Saúda o trabalho da União Europeia e de outras organizações internacionais para desenvolver e estabilizar a economia da região afectada pela crise do Kosovo, incluindo o Pacto para a Estabilidade no sudeste da Europa, com o fim de promover a democracia, a prosperidade económica, a estabilidade e a cooperação regional.

• 18. Solicita a todos os Estados da região que cooperem na aplicação desta resolução.

• 19. Decide que as forças civis e de segurança se estabeleçam por um período inicial de 12 meses, e que permaneçam depois a menos que o Conselho de Segurança decida o contrário.

• 20. Solicita ao Secretário-Geral que informe o Conselho de forma regular acerca das aplicações desta resolução, incluindo relatórios dos dirigentes e representantes das forças civis e de segurança. Os primeiros relatórios devem ser apresentados após 30 dias da adopção desta resolução.

• 21. Decide acompanhar o estudo deste assunto.



Acordo descobre «futilidades» dos bombardeamentos na Jugoslávia

mento apropriado, e saúda a aceitação desta força pela RFY.

• 6. Solicita ao Secretário-Geral que defina, de acordo com o Conselho de Segurança, um representante especial para acompanhar a instalação da força internacional, e pede ao Secretário-Geral que este enviado coordene a sua acção com a força internacional para que ambos se ajudem e trabalhem com os mesmos objectivos.

• 7. Autoriza aos Estados membros e às principais organizações internacionais que a força internacional tenha um comando e controlo unificados para criar um espaço de paz, com todos os meios necessários, a que possam regressar os refugiados.

• 8. Afirma a necessidade da instalação rápida e efectiva das forças internacionais civis e de segurança, e pede às partes que cooperem na sua instalação.

• 9. Decide que as responsabilidades do contingente internacional de segurança incluirão:

a. Evitar que se reacendam as hostilidades; manter e reforçar o cessar-fogo; assegurar a retirada; e evitar o regresso ao Kosovo das forças militares, policiais e paramilitares, com excepção das que regressem para trabalhar com a força internacional na recolha de

ajuda das organizações internacionais mais importantes, a estabelecer uma presença civil no Kosovo para criar uma administração temporária sob a qual o povo do Kosovo possa desfrutar de uma autonomia substancial dentro da RFY. Este Governo interino facilitará uma administração transitória enquanto estabelece e supervisiona o desenvolvimento de instituições provisórias e democráticas de autogoverno para assegurar uma vida pacífica no Kosovo.

• 11. Decide que as principais responsabilidades da presença civil incluirão:

a. Promover o estabelecimento, dependente de um acerto final, de uma autonomia e autogoverno substancial no Kosovo, tendo em conta os acordos do G-8 de Rambouillet.

b. Desenvolver funções administrativas civis básicas.

c. Organizar e supervisionar o desenvolvimento de instituições provisórias para o governo autónomo e democrático, dependente de um acerto político, incluindo a convocação de eleições.

d. Transferir, quando estas instituições estejam estabelecidas, as suas responsabilidades administrativas, e supervisionar e apoiar a consolidação das instituições provisórias do

UCK na esteira da NATO

As armas da NATO calaram-se e os russos foram os primeiros a chegar a Pristina, mas o fim da guerra não é ainda sinónimo de paz. Enquanto as forças internacionais, maioritariamente da NATO, tomam lugar no Kosovo, e a ONU procura ressuscitar das cinzas tomando conta do processo de administração civil do território, da sombra saem os homens das fardas negras dispostos a tomar o lugar a que se julgam com direito. Sem olhar a meios e com o beneplácito dos aliados.

A implementação do acordo de paz para o Kosovo prevê, entre outras coisas, o desarmamento do UCK e de outros grupos armados de albanos-kosovares, bem como a segurança de toda a população, independentemente da sua etnia, mas a primeira semana sem bombardeamentos já demonstrou como se está longe de tal realidade.

Avançando na esteira da NATO, que não tomou nenhuma medida para os desarmar, os homens do UCK estão a tomar posições no terreno e não hesitam em recorrer à força. No sábado atacaram uma mina de carvão em Belacevac, perto de Pristina, apenas uma hora depois da retirada das forças sérvias. Segundo notícias veiculadas pela Lusa, centena e meia de operários foram forçados a fugir do local. No mesmo dia, mais de 2500 sérvios e montenegrinos, civis, a maior parte proveniente da zona de Pec (oeste), bem como um conjunto significativo de muçulmanos não-albaneses, começaram a abandonar as suas casas.

Milhares de outros jugoslavos que se encontravam na região optaram igualmente por acompanhar a retirada das suas forças de segurança, procurando refúgio no Norte da Sérvia.

Entretanto, no domingo, um polícia e dois soldados sérvios foram mortos por disparos de albanos-kosovares num subúrbio de Pristina, capital do Kosovo. Segundo um centro de informações sérvio, o ataque foi levado a cabo por «um grupo de 150 pessoas, envergando uniformes do exército jugoslavo e bóinas do UCK». A polícia sérvia confirmou as mortes, acrescentando que os seus agentes não puderam entrar em Vranjevac para remover os cadáveres das vítimas. Os jornalistas também não estão autorizados a entrar na zona.

Dois jornalistas alemães foram também mortos no Kosovo, em condições ainda não esclarecidas.

Insegurança

O secretário-geral da NATO, Javier Solana, garantiu entretanto que a KFOR (força internacional para a região) assegura a segurança de todos. «Quero fazer um apelo a todos os cidadãos para que não se vão embora, para que fiquem, porque vão estar protegidos pela KFOR, pelos soldados da NATO e de outros países que participam nela», disse Solana em Bruxelas, mas os problemas que surgem um pouco por todo o lado não contribuem para a confiança das populações.

A par do avanço do UCK, também a actuação de algumas forças da KFOR faz recuar o pior. Foi o que aconteceu em Morina, com as tropas alemãs a ordenarem a retirada da polícia de fronteira sérvia, segundo o relato da Lusa:

«Quanto tempo precisam para sair?», perguntou o general alemão Helmut Harff.

«Seis horas», respondeu calmamente o coronel Fehir.

«Têm 30 minutos».

«Mas somos 70 e não temos camiões».

«Trinta minutos. Vinte e oito minutos agora. Fim da discussão. Devem executar esta ordem». E os sérvios partiram a pé, em grupos de 10.

Recentes declarações de Hashim Thaci, dirigente do UCK, apontam igualmente para o extremar de posições nada consonantes com o acordo de paz.

Em declarações à rádio austríaca, Thaci autoproclamou-se «primeiro-ministro» e não deu garantias de o movimento proceder à entrega das suas armas.

A arrogância das declarações foi ao ponto de Thaci advertir que o seu exército não se compromete a garantir a segurança das tropas russas no Kosovo.

«Não damos quaisquer garantias às tropas russas» que entraram na província «sem o acordo da comunidade internacional», disse Thaci, que no entanto não parece nada preocupado com o restante articulado do acordo. «Trata-se de um processo em aberto. O acordo alcançado constitui uma solução provisória. O que interessa é o processo político, que é também uma grande arma», disse, reafirmando que o objectivo do UCK é a independência e que o povo kosovar tem o direito a pronunciar-se em referendo.

Sem discutir a legitimidade do seu «governo», Thaci mostrou-se disposto a aceitar uma participação da Liga Democrática do Kosovo, de Ibrahim Rugova, num governo provisório para o Kosovo. Também o próprio Rugova sonha com «um país independente», um pequeno país que «será simpático para a Europa», ou, em alternativa, ligado «com um outro país da região», como afirmou há dias a um jornal francês.

Com tais perspectivas, a «força internacional de paz» corre o risco de ficar a braços com um novo êxodo, e de ser ela própria a chocar o ovo de novas convulsões nos Balcãs.

Comunicado da reunião do Comité Central

PCP e CDU – uma grande força nacional

O Comité Central do PCP, reunido no dia 15 de Junho de 1999, procedeu à análise dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, apreciou questões relevantes da actualidade nacional e internacional, apontou medidas para a dinamização da acção com vista ao êxito eleitoral da CDU nas próximas eleições legislativas e definiu as tarefas imediatas do Partido.



1 Os resultados das eleições para o Parlamento Europeu

As eleições para o Parlamento Europeu realizadas no passado dia 13 de Junho confirmam o PCP e a CDU como grande força nacional, que é indispensável para uma viragem à esquerda em Portugal.

Os resultados eleitorais da CDU apresentam como positivo o facto de a CDU ter aumentado cerca de 20 mil votos, ter passado nestas eleições a ser a terceira força política nacional e ter voltado a ultrapassar 10% de votos, obtendo 10,3%, valor que embora superior aos resultados das eleições legislativas de 1995, se situa 0,9 pontos percentuais abaixo dos 11,2% obtidos nas eleições para o PE em 1994.

Por outro lado, além das quebras da CDU em alguns distritos, a provável perda de um deputado que a confirmar-se será por uma margem tangencial (menos de uma décima) é desfavorável para a intervenção no Parlamento Europeu. Com efeito, será a perda de um deputado da força política que mais intensamente trabalhou por Portugal, pelos trabalhadores e pelos direitos de todos os que são mais desfavorecidos, das regiões mais atrasadas e das grandes causas da paz e do progresso de Portugal e da Europa.

O PCP tudo fará, qualquer que seja a situação, para honrar os compromissos com o povo português. Mas o Comité Central não pode deixar de chamar a atenção para a importância que teria a eleição de mais um deputado com provas dadas e um imenso trabalho realizado, em vez de mais um deputado do PSD.

Quanto ao PS, sem se contestar que comparativamente com as anteriores eleições para o Parlamento Europeu de 1994, alcança um bom resultado, embora ligeiramente inferior ao das legislativas de 1995, é indispensável salientar que, com a candidatura de Mário Soares, com uma campanha escandalosamente resumida ao apelo a uma «votação maciça» na figura do ex-Presidente da República, com a sua apresentação como «a voz» que iria «dar mais força a Portugal na Europa e à Europa no mundo», o PS pretendia manifestamente com a progressiva deturpação da finalidade destas eleições obter um resultado esmagador e retumbante que, antecipadamente, prefigurasse a inevitabilidade de uma sua maioria absoluta nas próximas eleições legislativas.

Por legítimas razões de ordem política e eleitoral, mas também por imperativos de verdade e

transparência das eleições e da justa condenação desta tentativa de transformar a eleição de deputados ao PE numa eleição unipessoal, é um acontecimento muito positivo que esta operação mais ambiciosa tenha fracassado no essencial.

Mas, ao mesmo tempo, é legítimo admitir que o resultado do PS não é separável da candidatura de Mário Soares e que essa candidatura e a forma mistificadora como foi apresentada tenham favorecido a mobilização de votos no PS, a agregação de votos vindos de outros quadrantes partidários e ajudado a que muitos eleitores tivessem mais dificuldade em aproveitar estas eleições para expressar o seu descontentamento com a política do Governo PS.

É ainda de salientar que para atingir os seus objectivos o PS não hesitou em fazer uma escandalosa e condenável utilização do poder político e dos meios do Estado.

O resultado do PSD fica abaixo dos resultados obtidos em todas as eleições dos últimos catorze anos. É absurdo atribuí-lo à crise do PSD quando esta foi apresentada como sendo destinada a resolver os problemas anteriores e a obter excelentes resultados para o Partido.

Quanto ao CDS/PP, ao perder cerca de 100 mil votos (um terço do total), ao passar de 12,4% para 8,2%, ao perder o terceiro lugar entre as forças políticas e um deputado, registou um resultado claramente negativo. Só a inaceitável comparação, não entre votações, mas de votações com resultados de sondagens permite alegar o contrário.

É de sublinhar finalmente o facto de o PSD e o PP não atingirem juntos mais de 39% de votos.

No conjunto dos **pequenos partidos** é de registar que o Bloco de Esquerda constituído pela UDP, PSR e Política XXI, apesar de ter beneficiado de um ostensivo favorecimento por grande parte da comunicação social apenas superou ligeiramente — duas décimas — a soma das votações dos três partidos fundadores em 1994 (1,6%), não elegendo, como era previsível, nenhum deputado. Mas assim favorecendo, objectivamente, nas circunstâncias que se verificaram de aplicação do método de Hondt, que o 25.º deputado venha a ser atribuído ao PSD e não à CDU.

O Comité Central do PCP saúda os militantes e organizações do Partido, o PEV e a ID, todos os candidatos, activistas e apoiantes que, com o seu assinalável esforço e dedicação ergueram e concretizaram em todo o país uma campanha da CDU caracterizada por um grande dinamismo e espírito de iniciativa, por um amplo contacto directo com os eleitores e por uma abordagem séria das grandes questões nacionais e europeias.

Com efeito, desmentindo uma vez mais as generalizações abusivas e infundadas, é indiscutível que, numa disputa eleitoral em que por responsabilidade de outras forças políticas, voltaram a prevalecer a demagogia, o artificialismo e a patente fuga à discussão dos problemas reais, a intervenção eleitoral da CDU e dos seus candidatos fica como mais uma confirmação de uma distintiva forma de conceber a acção política e de estar na vida política e como uma nova contribuição para o exercício de uma cidadania activa e para a dignificação do debate político e eleitoral.

2 Com confiança, rumo às legislativas

Apesar de todos os esforços de mistificação que já estão em curso para os ocultar ou negar, a verdade é que dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu resultam dois elementos marcantes na perspectiva das próximas eleições legislativas:

- o primeiro é o de que é inteiramente possível impedir o PS de alcançar uma maioria absoluta, resultado que teria o desastroso efeito de lhe permitir prosseguir e agravar fortemente os eixos mais negativos da sua política e acentuar ainda mais o seu enfeudamento global à política de direita;

- o segundo é o de uma nova confirmação de que o PSD, além de não constituir qualquer alternativa em termos de política, também não constitui alternativa em termos eleitorais ao PS, o que retira qualquer aparência de credibilidade à encenação de uma dramatização bipolarizadora entre PS e PSD e dificulta seriamente as possíveis manobras e apelos do PS ao voto dos eleitores de esquerda com o falso argumento de impedir o fantasioso perigo de regresso da direita ao governo.

Estes dois elementos, conjugados com a confirmação da manutenção pela CDU de uma relevante influência eleitoral, constituem um factor favorável que cumpre potenciar, para que um número consideravelmente maior de portugueses compreendam que nas próximas eleições legislativas, só o reforço eleitoral da CDU é que pode criar os factores de mudança e de novidade que impeçam a cristalização da política de direita do PS, abrir a perspectiva e pesar de forma decisiva para a concretização de uma viragem à esquerda na política nacional, influenciar e condicionar positivamente as opções de política governativa, ao serviço das aspirações populares.

Com a direita eleitoralmente enfraquecida e, por força da adopção pelo PS do essencial da sua política, desprovida de propostas programáticas e de um projecto político efectivamente diferenciados, a questão chave das próximas eleições legislativas não é obviamente o desfecho do confronto eleitoral entre o PS e o PSD, mas sim a significativa modificação da correlação da influência eleitoral entre o PS e o PCP (em termos favoráveis ao PCP) que é a força de esquerda que, pela sua influência social, presença e intervenção na sociedade e nas instituições democráticas, pelo seu trabalho e património de propostas, está em condições de fazer repercutir o reforço da sua votação em modificações reais e substantivas na política nacional e impulsionar um processo de construção de uma alternativa de esquerda ao rotativismo entre PS e PSD na execução da política de direita.

Sublinhando que, passadas as eleições para o Parlamento Europeu, as eleições legislativas devem constituir agora uma imediata e urgente prioridade na actividade do Partido, o Comité Central salienta que a realização do objectivo do reforço eleitoral da CDU depende, em parte essencial, da acção e do trabalho a realizar a partir de agora pelos militantes e organizações do Partido, pelos activistas da CDU.

E depende sobretudo da sua capacidade de assegurarem um vasto esclarecimento dos eleitores em torno da crítica à política do Governo PS e da valorização e afirmação das propostas alternativas da CDU, de colocarem no centro do debate eleitoral os problemas reais que mais preocupam os portugueses e mais afectam a vida do país, de planejar e programar iniciativas e formas de intervenção que estruturam uma campanha marcada pela clareza, iniciativa e dinamismo, de ampliar um grande movimento de apoio à CDU e às causas, valores e projecto de esquerda que, de forma destacada, protagoniza no quadro partidário nacional.

3 Questões da actualidade nacional

O Comité Central debruçou-se ainda sobre relevantes questões da actualidade nacional. Verificou-se, no plano interno, a continuidade dos principais traços da política de direita do Governo PS já caracterizados pelo PCP. Avultam, pelo seu significado e actualidade, os **negócios de Champalimaud com a banca espanhola**, aliás precedido do escandaloso comportamento do PS e do próprio Primeiro-Ministro na votação do relatório parlamentar que condenava os favores do Governo de Cavaco Silva àquele banqueiro.

A venda do império Champalimaud ao Banco Santander Central Hispano significando a transferência para Espanha do controlo de uma parte importante do sistema financeiro português merece duas críticas severas: à reiterada política de privatizações, prosseguida pelo PSD e pelo PS que líquida e transfere para grandes grupos económicos e para centros de decisão estrangeiros parcelas decisivas da economia portuguesa; ao comportamento do Partido Socialista em todo este processo.

O PS, escandalosamente, juntou os seus votos ao PSD e PP para rejeitar o relatório da Comissão de Inquérito Parlamentar, proposta pelo PCP, onde se condenava o Governo do PSD por ter favorecido António Champalimaud pondo à sua disposição meios financeiros do Estado para este tomar conta de empresas públicas em privatização.

Por declarações de membros do Governo e do PS sabe-se agora que o Governo fez um acordo com Champalimaud para que a verdade sobre o escândalo e as ilegalidades cometidas na reconstrução do seu império fossem abafadas.

O PS é, assim, tão responsável como o PSD no tratamento de favor dado a António Champalimaud e a muitos outros grupos económicos privados com prejuízo da economia nacional e do país.

No plano da luta social destaque a prolongada greve dos pescadores de arrasto, que há mais de 60 dias lutam por salários mais justos. O bloqueio das negociações imposto pela associação patronal e a desresponsabilização do Governo no conflito é tanto mais inaceitável tendo em conta as condições de vida e de trabalho dos pescadores de arrasto.

O PCP, reafirmando a sua solidariedade, apela ao empenhamento dos comunistas para que no movimento sindical prossigam a campanha de solidariedade material para com os pescadores em greve.

São de destacar, ainda, a luta dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local pela dignificação dos salários e das carreiras e contra o ressurgimento de um projecto de diploma do Governo sobre o Quadro de Excedentes; a luta dos trabalhadores têxteis e do vestuário, exigindo o reconhecimento das pequenas pausas como tempo efectivo de trabalho; dos trabalhadores ferroviários em torno da negociação da contratação e contra o desmantelamento e privatização dos caminhos-de-ferro; dos militares pela sua dignificação social, material e profissional, bem como pelo reconhecimento do associativismo socioprofissional.

Perante a persistente e determinada luta dos trabalhadores e da CGTP-IN contra o pacote laboral, o Governo PS viu-se obrigado a adiar as propostas de alteração ao conceito de retribuição e à lei das férias e dos contratos a prazo.

Mas mesmo nesta fase final da legislatura, persiste em fazer aprovar algumas propostas do pacote laboral, designadamente sobre trabalho a tempo parcial, *lay-off* e trabalho temporário, e não está excluído que tente levar por diante uma discussão e aprovação apressadas de uma nova lei de bases da segurança social, privatizadora de parte do sistema público e redutora dos direitos que ele consagra.

4 A agressão da NATO à Jugoslávia e a situação em Timor

Desde o primeiro momento o PCP condenou firmemente a guerra desencadeada pelos EUA/NATO contra a Jugoslávia e o envolvimento de Portugal e de forças armadas portuguesas nesta agressão ilegal e ilegítima contra um Estado soberano, que não agredira nem ameaçara agredir qualquer outro país, e com o qual Portugal mantém relações diplomáticas normais. Pela sua acção própria e pela sua intervenção nas estruturas do movimento popular, os comunistas estiveram na primeira linha do amplo movimento de indignação e protesto contra a guerra, pelo fim imediato dos bombardeamentos, por uma solução política negociada da crise que salvaguardasse os direitos legítimos dos kosovares albaneses e de todas as etnias do Kosovo, assim como a soberania e integridade territorial da RF da Jugoslávia.

Com a resolução do Conselho de Segurança da ONU de 10 de Junho, adoptada na sequência de complexas negociações abriu-se uma nova fase na problemática do Kosovo e dos Balcãs. Após 78 dias de morte e destruição cessaram finalmente os criminosos bombardeamentos da NATO na Jugoslávia. Mas uma paz justa e duradoura não está de modo nenhum assegurada. Os termos dos próprios acordos, envolvendo um país submetido a mais de dois meses de bombardeamentos e a mais poderosa coligação militar do mundo, encerram sérios motivos de preocupação como se está já a verificar com o não desarmamento do UCK e o êxodo da população sérvia do Kosovo. São evidentes as pretensões de manter uma prolongada presença militar no Kosovo e impor à Jugoslávia e a outros países da região, pela força das armas e do garrote económico, governos e políticas conformes com os desígnios estratégicos dos EUA e da NATO.

5 Tarefas imediatas do Partido

O Comité Central do PCP define como tarefas imediatas a desenvolver de forma integrada com a mobilização de todo o Partido para assegurar o reforço da votação na CDU nas próximas eleições legislativas, o desenvolvimento da luta e dos movimentos sociais, a intensificação da acção política do Partido, o prosseguimento e aprofundamento das medidas de reforço do Partido, o contributo para o sucesso da Festa do *Avante!*.

O Comité Central aponta às organizações e membros do Partido a necessidade de promover no decorrer do mês de Junho um vasto conjunto de reuniões, plenários e Assembleias de todas as organizações do Partido que apreciando a actual situação política e social e os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, contribuam para dinamizar a intervenção do Partido e apurar as medidas para responder à preparação das eleições legislativas e ao conjunto das direcções de trabalho propostas.

O Comité Central do PCP considera que a luta pelo emprego com direitos, pela dignificação dos salários e dos horários de trabalho, a defesa e melhoria do sistema público da Segurança Social, a luta contra o pacote laboral, contra as privatizações em defesa e valorização do sector e dos serviços públicos e o desenvolvimento da solidariedade para com os sectores mais atingidos pela política do Governo, constituem tarefas prioritárias dos militantes comunistas e do movimento de massas.

O Comité Central do PCP destaca a necessidade de prosseguir a acção política do Partido em torno dos problemas mais importantes e mais sentidos pelos trabalhadores e pelas populações.

O Comité Central do PCP considera o reforço do Partido, da sua intervenção, organização e influência como elemento decisivo para o sucesso da luta contra a política de direita e para concretizar a viragem para uma política de esquerda.

As batalhas políticas que temos pela frente exigem um Partido mais forte e ao mesmo tempo constituem uma oportunidade real para reforçar a sua organização.

A evolução da situação dependerá, entre outros factores, do fortalecimento do movimento popular pela paz, contra o militarismo e a guerra, por uma Europa de segurança e cooperação entre povos e países soberanos e iguais em direitos. O que implica o prosseguimento da luta contra o novo conceito estratégico da NATO e pela dissolução desta aliança agressiva. E o combate às **tendências militaristas da União Europeia**, relançadas no Conselho de Colónia, que - como é patente com a designação de Javier Solana para «Sr.PESC» - longe de significarem maior «autonomia da Europa face aos EUA», significam o fortalecimento do «pilar europeu» de uma NATO tutelada pelos EUA.

Por tudo isto, o prosseguimento e o fortalecimento do movimento pela paz e de solidariedade internacionalista constitui uma direcção de trabalho que é necessário valorizar.

Da maior importância é o desenvolvimento da solidariedade para com o povo de Timor-Leste e a sua luta heroica pela autodeterminação e independência. É real o perigo, a não ser rápida e radicalmente alterada a situação existente, de que a consulta prevista para Agosto venha a transformar-se numa farsa, dado o clima de repressão, intimidação e terror que persiste. O Governo português tem de assumir as suas responsabilidades exigindo a aplicação de sanções internacionais, políticas e militares ao regime indonésio. A retirada de forças militares indonésias, o desarmamento e dissolução das milícias «integracionistas», a libertação de todos os presos políticos e o regresso dos exilados, são exigências básicas, sem as quais não será consagrada a expressão livre da vontade do povo timorense.

Assume particular importância o prosseguimento e intensificação no segundo semestre da realização de Assembleias, do reforço da acção e organização do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral, da criação de novos organismos, do envolvimento e responsabilização de mais quadros na vida partidária, do trabalho para ampliar a difusão da imprensa do Partido (*Avante!* e *Militante*), do estímulo à tomada de posição sobre os problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações, da adesão de novos membros ao partido.

A preparação da Festa do *Avante!*, marcada para os dias 3, 4 e 5 de Setembro, é uma direcção indispensável na mobilização das energias dos comunistas e de todos aqueles que se dispõem a contribuir para o êxito desta ímpar realização político-cultural de massas, grande festa da juventude e do povo que assume uma importância de primeiro plano na actividade do Partido nos próximos meses.

O Comité Central destaca igualmente a necessidade da intensificação da recolha de fundos no âmbito da Campanha Nacional de Fundos, essencial para o financiamento da actividade partidária no ano em curso e em especial de uma forte campanha eleitoral para as legislativas.

O Comité Central apela aos membros do Partido para uma intervenção confiante e combativa para o reforço e ampliação da influência do PCP. Um partido diferente, com que a classe operária, os trabalhadores e todas as camadas e sectores sociais vítimas da política de direita podem sempre contar, partido indispensável para uma política de esquerda, partido de luta por uma sociedade e um mundo mais justos, que é, na actual situação nacional e internacional marcada pelo agravamento da exploração e das injustiças sociais, pelos perigos da agressão e da guerra, um partido ainda mais necessário, um partido indispensável e insubstituível para os trabalhadores, o povo e o país.



O escândalo Champalimaud ou o PS por ele próprio

■ Lino de Carvalho

Quando, há poucos dias, foi tornado público o negócio pelo qual Champalimaud vendeu o seu império aos espanhóis do Banco Santander Central Hispano transferindo para Espanha o controlo de uma parte importante do sistema financeiro português, o secretário de Estado do Tesouro e das Finanças do Governo PS, Teixeira dos Santos, num momento de espontânea sinceridade, veio dizer que “este negócio é uma negação do tratamento de favor que foi dado ao grupo de António Champalimaud pelo Governo anterior para se criar um centro de decisão nacional no sector financeiro”.

O céu parecia ter desabado em cima das nossas cabeças, ou melhor, das cabeças do PS. É que o descuidado membro do Governo socialista, rapidamente mandado calar, veio dizer aquilo que o PS, três semanas antes, tinha negado para justificar o facto de se ter aliado ao PSD e ao PP na rejeição do relatório da “Comissão de Inquérito Parlamentar para Apreciação de Actos dos Governos do PS e do PSD envolvendo o Estado e Grupos Económicos”, constituída por proposta do PCP, e onde exactamente se concluiu que “o Governo PSD, prejudicando os interesses patrimoniais do Estado e de terceiros, favoreceu António Champalimaud, pondo à sua disposição os meios necessários para adquirir empresas do Estado em processo de privatização”.

Como afirmaram os deputados do PCP na declaração de voto final “o processo de privatização da Mundial Confiança e do Banco Totta & Açores que conduziu ao controlo destas duas

uma actuação deliberada do Governo, em concertação com António Champalimaud, no sentido de ser reconstituído o império económico e financeiro deste sem que tivesse de despende quaisquer recursos próprios significativos”.

Tudo isto foi largamente comprovado e transposto para a proposta de relatório final da Comissão de Inquérito. Pela forma como tinham decorrido as múltiplas reuniões e audições da Comissão tudo indicava que o relatório seria aprovado e que, finalmente, a Assembleia da República, pela primeira vez, faria luz sobre “esta gigantesca operação de engenharia financeira e política, conduzida ao mais alto nível do Estado português”, como sublinharam os deputados do PCP. De facto, ao contrário de idêntico inquérito também proposto pelo PCP na legislatura anterior cujas conclusões branqueadoras foram impostas pela maioria absoluta do PSD, neste já não parecia haver essa possibilidade e os deputados do PS, juntamente com os

Catroga ou o então secretário de Estado Elias da Costa.

Recorde-se finalmente que em Novembro de 1996, já com o Governo PS, foi entregue a Champalimaud o resto do capital do Totta (13%) que ainda estava na posse do Estado.

Como afirmaram os deputados do PCP “houve

abstenção dos socialistas. Champalimaud ter-se-ia, em contrapartida, comprometido a não vender aos espanhóis. Espantoso. O PS pôs, aqui também, a raposa a guardar as galinhas.

O que se prova agora é que o PS sabia do negócio e a única coisa que se lembrou de fazer foi um acordo com Champalimaud para que a verdade sobre o escândalo e as ilegalidades cometidas na reconstituição do seu império fossem abafadas. A verdade é que o PS mentiu na Comissão de Inquérito para favorecer Champalimaud e os seus deputados prestaram-se a um triste papel. O PS juntou-se, assim, ao PSD no tratamento de favor dado a Champalimaud.

Em resumo: Champalimaud, com o favor de António Guterres, vai receber 120 milhões de contos pela venda ao Santander de 40% da sua *holding* pessoal que controla 51% da Mundial Confiança, 51% do Pinto & Sotto Mayor, 94% do Totta & Açores e 70,5 % do Crédito Predial Português e que, com Cavaco Silva, tinha tomado conta sem gastar um tostão de seu. Grande negócio, à custa dos dinheiros públicos!

A história das factos fala por si. Mas agora é preciso ir até ao fim. O Grupo Parlamentar do PCP já propôs a convocação de Teixeira dos Santos. E não venha agora o PS e o Governo fazerem discursos hipócritas em defesa do interesse nacional e dos pequenos accionistas. Se tivessem aprovado o relatório, porventura, este negócio não teria condições para ir para a frente. Ao comportar-se como se comportou o PS é responsável pelo negócio se ter concretizado.



empresas por António Champalimaud é, porventura, o caso mais paradigmático de como os interesses e os meios do Estado foram postos ao serviço da reconstituição de um grupo económico privado”.

Vale, aliás, a pena recuperar, agora, alguns dos factos fundamentais que foram então apurados: que o Governo do PSD celebrou um acordo global com António Champalimaud pelo qual o Estado não só desistiu de todos os processos contra o velho senhor do capital como colocou à sua disposição, através das então empresas públicas CIMPOR e Banco Pinto & Sotto Mayor, 18,6 milhões de contos, com os quais aquele adquiriu 51% da Mundial Confiança que lhe serviu de alavanca para tomar conta, posteriormente, do próprio Sotto Mayor e do Totta & Açores; que lhe foi dada autorização para controlar o BTA sem necessidade de lançar uma OPA (Operação Pública de Aquisição) como era exigido pela legislação portuguesa prejudicando o Estado e os demais accionistas; que esta autorização, que o então Governo do PSD concedeu, legitimou e branqueou um negócio ilegal de 28/12/94 celebrado entre o BANESTO, os seus testas de ferro portugueses e António Champalimaud pelo qual se provava que, contra a lei portuguesa, o conhecido financeiro espanhol Mário Conde tinha adquirido o controlo do Totta & Açores. Recorde-se também que um dos processos do Estado contra Champalimaud resultava do facto deste, em finais de 1974, procurando sabotar a jovem revolução de Abril, ter desviado fundos do Banco Pinto & Sotto Mayor para a abertura de contas pessoais e secretas em Londres.

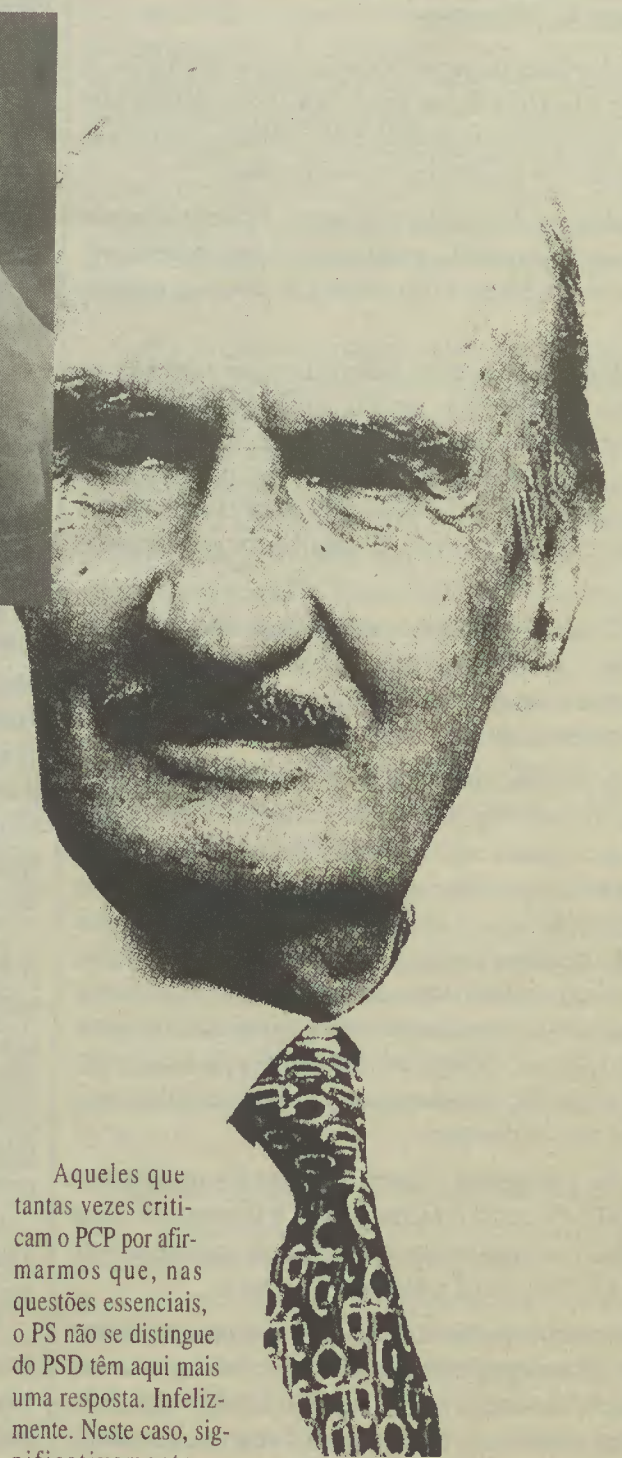
E tudo isto foi combinado em reuniões e encontros que envolveram altos responsáveis ministeriais dos Governos cavaquistas como os ex-ministros Braga de Macedo e Eduardo

deputados do PCP e o relator, estavam em condições de aprovar o relatório.

Só que à medida que se foi caminhando para as sessões finais de debate e votação do inquérito e se começou a vislumbrar a hipótese do relatório ser mesmo aprovado, pressões de toda a ordem começaram a abater-se sobre a Comissão de Inquérito. O ex-ministro Catroga foi, nesse plano, o mais visível. Até apresentou, a seu favor, pareceres de tão ilustres constitucionalistas como Vital Moreira e Miguel Galvão Teles para além de múltipla correspondência e pedidos de reuniões aos deputados e à Comissão. Foram, inclusivamente, publicados editoriais de imprensa em defesa de Champalimaud e contra o projecto de relatório.

Eis que então se dá o volte face do PS. De uma reunião para a outra os deputados do PS dão o dito por não dito e modificam a sua posição em toda a linha. Começam por propor que o ex-ministro Catroga fosse ouvido de novo para se poder defender das conclusões da proposta de relatório. Coisa nunca vista em anteriores Comissões. Até que, finalmente, se absteve na votação final do relatório – com a honrosa excepção do deputado Henrique Neto – o que, somado aos votos contra do PSD e do PP (este votou contra o relatório de um deputado da sua própria bancada) inviabilizou e chumbou o relatório. Argumento oficial do PS: que as conclusões do relatório proposto não estavam provadas.

Sabe-se, agora, pelas declarações do secretário de Estado Teixeira dos Santos e de deputados do PS que, na altura, contra o apuramento da verdade, foi feito um acordo entre o Governo do Engº Guterres e António Champalimaud para garantir a



Aqueles que tantas vezes criticam o PCP por afirmarmos que, nas questões essenciais, o PS não se distingue do PSD têm aqui mais uma resposta. Infelizmente. Neste caso, significativamente, na reconstituição e nos negócios do grupo económico de Champalimaud e nas relações promíscuas entre o Estado e os grandes interesses privados em prejuízo do País.

Agora é a Festa!

Festa 1999 Avante!

3,4 e 5 Setembro
Atalaia * Amora * Seixal

ajuda a construí-la!

**Participa
nas jornadas
de trabalho
todos os
fins-de-semana
a partir
de
26 de Junho**



Sê solidário!

Compra já a tua EP e obtém um importante desconto



Entrada permanente para os três dias
por apenas 2100 escudos,
na compra antecipada. Nos dias da Festa
o preço é de 2800 escudos.



O Relatório *cor-de-rosa*

Desde 1987 que todos os Governos, por imperativo legal, apresentam à Assembleia da República até 31 de Março de cada ano, um Relatório sobre a situação do país em matéria de Segurança Interna. Até este ano, em que o Governo se limitou a entregar em finais de Abril um pseudo-relatório que não passa de um texto propagandístico do MAI.



■ António Filipe

A Lei de Segurança Interna aprovada em 1987 incumbiu o Governo de apresentar todos os anos à Assembleia da República um Relatório de Segurança Interna. Desde que em 1991 foi estabelecido que esse Relatório deveria ser entregue até ao dia 31 de Março de cada ano, para permitir incorporar os relatórios das várias forças de segurança e elaborar a respectiva síntese relativamente ao ano civil anterior, todos os Governos, quer os do PSD quer o do PS, respeitaram essa incumbência com pontualidade.

Estes Relatórios passaram a ser instrumentos indispensáveis para a avali-

ciações destituídas de qualquer base objectiva e por vezes despropositadas; o mesmo sucedeu a respeito de conclusões extraídas pelos Governos acerca da evolução da situação da Segurança Interna que não tinham correspondência com os dados objectivos constantes dos relatórios das forças de segurança. Em todo o caso, na medida em que, para além das apreciações dos Governos, os Relatórios de Segurança Interna incluíam sempre os relatórios parciais apresentados por cada uma das forças de segurança, com os respectivos quadros, era sempre possível avaliar até que ponto as apreciações governamentais coincidiam ou divergiam com a realidade relatada. Foi assim que, ao longo de vários anos, particularmente durante os Governos PSD, se tornou possível afirmar com segurança, na base dos Relatórios de Segurança Interna, que a política de super-esquadras estava a produzir resultados nefastos e a contribuir para aumentar a insegurança e a intranquilidade dos cidadãos residentes nos meios urbanos.

É também inegável que os Relatórios apresentados já pelo actual Governo, relativamente aos anos de 1995 a 1997, melhoraram de qualidade em relação aos anteriores, particularmente quanto

à contribuição dada por cada uma das forças de segurança, acentuando-se porém a tendência do Governo para extrair ilações quanto a hipotéticos resultados da sua política que não só não eram comprovadas, como por vezes eram desmentidas pelos próprios números apresentados. O que só reforçava a importância do Relatório anual. Descontada a propaganda governamental, era possível formular conclusões quanto a reais progressos, mas era também possível detectar os reais problemas existentes.

Pois bem: relativamente ao ano de 1998, o Governo PS decidiu contrariar de forma escandalosa a evolução positiva que

se vinha a desenvolver quanto à qualidade dos Relatórios apresentados. E assim, não só não cumpriu o prazo legalmente estabelecido (o que aconteceu pela primeira vez desde há quase uma década) como decidiu pura e simplesmente não apresentar à Assembleia da República os relatórios das diversas forças de segurança. Na verdade, o Relatório de Segurança Interna foi

substituído por uma simples apreciação feita exclusivamente sob a responsabilidade do Governo e que não faz mais do que repetir insistentemente alguns chavões de auto-elogio da actuação do Ministério da Administração Interna.

Enquanto todos os Relatórios, até ao de 1997, continham uma síntese da responsabilidade directa do Governo, seguida de relatórios próprios da GNR, da PSP, da PJ, do SEF, do SIS e do SAM (Sistema de Autoridade Marítima), o Relatório relativo a 1998 contém apenas a apreciação governamental acerca de dados que não são tornados públicos. Em vez das 222 páginas do Relatório de 1997, temos 45 páginas sobre 1998 cuja conformidade com quaisquer dados objectivos não é possível comprovar.

Claro está que a apreciação do Governo em relação à sua própria política é francamente positiva e assenta em verdadeiros ovos-de-Colombo: se diminui o número de participações às forças de segurança é porque, graças à política do Governo, a criminalidade diminuiu. Se, pelo contrário, aumenta o número de participações é porque, graças ainda à política do Governo, aumentou a operacionalidade das forças de segurança. Nunca falha. Mas há mais: se algum tipo de crime diminui, está tudo dito, mas se algum aumenta, ainda assim, ou aumentou menos do que em alguns anos anteriores ou contrariou a tendência de diminuição que se vinha a verificar, e em todo o caso fica aquém do que se verifica noutros países e está a merecer a maior atenção da parte do Governo. Ainda assim, se outra explicação faltar, resta alterar os critérios estatísticos anteriormente usados.

Casos concretos

Para não poder ser acusado do mesmo vício de que acuso o Governo, seguem alguns exemplos concretos retirados do chamado Relatório de Segurança Interna relativo a 1998.

O Governo começa por decretar que as chamadas "cifras negras", isto é, a criminalidade não participada, diminuiu significativamente nos últimos anos, segundo estudos da Universidade Nova e da DECO, comprovados "empiricamente" pelas forças policiais. Eis como, fazendo fé em estudos cuja fiabilidade consegue ficar aquém da de muitas sondagens eleitorais, o Governo decreta uma diminuição geral da criminalidade que pode oscilar entre os 7% e os 12%. Diferença de somenos.

Depois, "eliminou-se a imputação das participações transferidas da GNR e da PSP para a PJ, passando a registar-se em cada um destes serviços as participações recebidas em primeira mão". Nada teria contra a alteração do critério, não fosse o caso de serem feitas comparações entre realidades diferentes, fazendo passar limpeza de ficheiros por diminuição da criminalidade.

Seguem-se os truques já referidos: a PSP e a GNR registaram um aumento de 27% nas detenções efectuadas. Aumento de criminalidade? Nada disso. Puro "acréscimo de operacionalidade". Aumentaram as participações de cidadãos às forças policiais (não se

sabe em quanto). Razões invocadas: "o aumento da capacidade de recebimento de queixas" e da "taxa de informatização" de postos e esquadras.

Afirma o Governo que "prosseguiu a alteração, em sentido positivo, das condições de relacionamento das forças policiais com o cidadão". Nenhuma referência ao facto de, sobre o mesmo período, um Relatório da Amnistia Internacional mencionar a ocorrência de "situações arbitrárias e repressivas" em estabelecimentos prisionais e postos policiais portugueses.

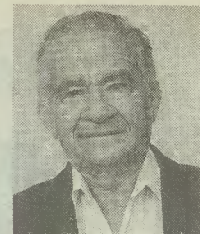
E por todo o Relatório abundam as situações em que a criminalidade desceu para cima. Exemplos: O número de crimes praticados com armas de fogo aumentou (28 casos), pelo que "estabilizou, contrariando o crescimento verificado nos anos anteriores", apesar do acréscimo na utilização deste tipo de arma nos roubos na via pública. O crescimento da delinquência juvenil "desacelerou", e "cresceu menos" nas grandes cidades, mas a desaceleração não foi acompanhada nos meios suburbanos. Aumentou em 68% a heroína apreendida, o que se explica não pelo aumento do tráfico de droga, mas tão só pelo "incremento das acções policiais". Os roubos a motoristas de transportes públicos calcula-se que tenham aumentado, na medida em que o Governo se limita a dizer que o fenómeno "foi suscitado no último trimestre do ano". Aumentou o furto de viaturas e em viaturas, mas ainda assim por boas razões, na medida em que tal se deveu ao aumento do parque automóvel e ao afluxo de viaturas para a EXPO 98, realização que também é responsabilizada pelo aumento de casos de falsificação de moeda. Manteve-se a tendência para o acréscimo da conflituosidade interpessoal e intrafamiliar, o que "deverá ser entendido como um indicador de maior confiança nas forças policiais". O acréscimo de furtos por carteiristas "foge anormalmente à linha de tendência observada nos últimos anos" e o de furtos em viaturas "também contraditou a tendência de diminuição que se regista desde 1995". O total de roubos ou furtos diminuiu 3,9% e "apenas os furtos simples a pessoas sofreram aumento de 22%, acompanhado de um aumento de detenções em flagrante delito". Os processos por crime de corrupção foram mais 264 que em 1998, mas isso deveu-se "à melhoria da eficácia do relacionamento entre os órgãos fiscalizadores e os departamentos da Administração Pública onde foram praticados". Mas, enfim, "a expressão percentual da criminalidade violenta e grave mantém-se abaixo dos valores conhecidos sobre outros países europeus".

De tudo isto se conclui que pela primeira vez na última década não foi apresentado à Assembleia da República um Relatório de Segurança Interna contendo dados objectivos e que, em vez disso, o Governo preferiu entregar um documento que torna evidente que está mais preocupado em ocultar e justificar os problemas do que propriamente em resolvê-los. E conclui-se, por outro lado, que com esta atitude o Governo revela que afinal a situação da Segurança Interna não é tão cor-de-rosa como o dito Relatório a pretende pintar.



ação da situação do país em matéria de Segurança Interna, apesar de terem sido por diversas vezes alvo de justas críticas quanto ao seu conteúdo. Assim aconteceu relativamente a considerações constantes dos relatórios de forças de segurança que reflectiam concepções xenófobas ou mesmo racistas do fenómeno criminal; assim aconteceu também em relação a apre-

Volódia Teitelboim e o convívio entre a política e a literatura



■ Miguel Urbano Rodrigues

A obra de Volódia Teitelboim contraria a opinião segundo a qual todo o escritor, por mais criador e fecundo que seja, repete sempre o mesmo tema. Escrevo com atraso sobre um livro que andou aos tombos entre Santiago e Havana, antes de me chegar às mãos. O título intriga sem explicar muita coisa: «Antes del olvido — Un muchacho del siglo XX» (1).

O moço é ele e o século aquele que está prestes a findar. O livro difere de tudo o que antes publicou.

Novelista, ensaísta, poeta na juventude, Volódia tornou-se mundialmente conhecido, como escritor, pelas suas biografias. Ninguém escreveu como ele sobre os grandes da poesia chilena - Gabriela Mistral, Pablo Neruda e Vicente Huidobro.

A crítica, sobretudo no seu país, embora reconhecendo-lhe o talento e o valor da obra, falou o menos possível dos seus livros durante décadas. Volódia Teitelboim era uma figura destacada do movimento comunista internacional e isso incomodava. Senador, membro da Comissão Política do Partido Comunista do Chile e mais tarde seu secretário-geral e presidente, projectava no mundo uma imagem que a direita chilena não queria engrandecer, emoldurando-a com a glória literária.

Volódia caminhou sempre dividido entre dois amores dificilmente conciliáveis: a política e a literatura. Somente no Inverno da vida a burguesia chilena reconheceu a evidência: aquele comunista tão exorcizado era, afinal, um dos maiores escritores do Chile e da América Latina.

A crítica identificou neste último livro as memórias de Volódia. Mas a obra não cabe no molde. Ele rejeita também o qualificativo. Escreve na primeira pessoa. Mas sobretudo como espectador. A grande personagem é o Chile do seu tempo e, para além dele, o mundo do século XX, a época e o espaço em que o homem Volódia viveu e lutou. A opção chilena fecha, de alguma maneira, o leque dos leitores. A riqueza da reflexão sobre factos e pessoas exige um conhecimento mínimo da realidade para que o movimento e a transformação da vida sejam plenamente apreendidos. O constante vaivém entre o particular e o universal confere à obra uma dimensão de grandeza, mas não facilita a transmissão de muitas das mensagens.

Essa ambição despojada de vaidade fragiliza, mas Volódia deixa transparecer que escreve mais para as gerações futuras do que propriamente para os chilenos de hoje, modelados por uma ditadura que fez do Chile actual uma nação invertebrada e sem memória.

Um dos segredos da atmosfera encantatória do livro é precisamente a harmonia da arquitectura de pontes que o autor estabelece entre o presente e o passado. O Volódia que contempla e recorda o Volódia dos 15 ou dos 20 é simultaneamente a continuação e o resultado de ambos, mas não sente o mundo envolvente como eles. «A continuidade - escreve - é a viagem. A viagem da infância à velhice. A viagem do mundo, a viagem do tempo, a viagem que nos percorre por dentro e também nos muda por fora (...) Nesse menino está o velho, e no velho está o menino, mas quem é, quem são?

Uma identidade a caminhar. Um ser humano em rodagem». Para quem como eu se tornou amigo do Volódia da maturidade, nos seus anos de exílio, não é fácil ver o Volódia que sentia deslumbramento ante as rupturas cósmicas da poesia de Huidobro, acompanhá-lo quando, frenético, des-

cobria o prazer da luta, a política, a aventura da criação literária no Chile do início dos 30, dividindo-se entre a Universidade, a Sociedade dos Poetas, a redacção do jornal onde trabalhava e as veladas na sede da Juventude Comunista, buscando ainda horas livres para estudar nas bibliotecas.

Há neste livro ímpar capítulos que lidos na Europa por quem não conhece a América Latina (a quase totalidade) vão deixar não apenas o sabor de novidade absoluta, mas uma sensação de estórias de contornos extraterrestres. É o caso das páginas dedicadas à prodigiosa aventura que teve por personagem o comodoro Marmaduke Grove. Esse cometa político tomou o poder em Santiago a 4 de Junho de 1932. Com a ajuda das Forças Armadas depôs o presidente Estevan Montero, substituiu-o na chefia do Estado e proclamou a República Socialista do Chile.

Empolgada, a juventude concluiu que uma revolução a sério não podia ser feita por militares burgueses. Faltava-lhe algo fundamental. Os estudantes tomaram a Universidade e convocaram o povo a formar nada menos que «soviets de operários, camponeses, mineiros, soldados e marinheiros».

Constituíram-se milícias populares. Foram dias de um louco entusiasmo revolucionário. Mas durou pouco a euforia. A primeira república socialista das Américas acabou a 17 de Junho, 13 dias depois de nascer, derrubada pelo Exército.

Revi Volódia faz um ano, em Santiago. Em longas conversas, na sua acolhedora casa, confidenciou-me que este *Muchacho del Siglo XX* é uma introdução a outros tomos da mesma obra. Dobrados os 82 anos, o autor de «Hijo del Salitre» conserva um vigor intelectual que impressiona. O seu estilo depurou-se com os anos. Nunca escreveu tão bem e os desafios da viragem do milénio funcionam como estímulo à reflexão sobre acontecimentos, situações, pessoas que se fizeram parte da história contemporânea. O seu olhar sobre um mundo que é hoje memória cada vez mais brumosa ajuda a compreender, no Chile e no planeta Terra, a crise global da civilização em que a humanidade está mergulhando. A admiração e o respeito que o escritor hoje

suscita evoluíram para uma tal unanimidade que até «El Mercurio» - o grande diário que foi e continua a ser o templo da direita chilena - lhe dedica páginas inteiras no seu suplemento cultural.

Precisamente pelo distanciamento e a serenidade que o fazem trazer a política para a vida, Volódia intercala a cada passo, na história, humanizando-a, episódios de que foi testemunha em que a poesia, o amor, a ambição ou a desambição condicionam o que fazer da aventura humana. Por si só, os retratos de algumas mulheres que o Chile, por motivos diferentes, não esquece compõem uma deslumbrante galeria de figuras femininas atípicas. Neste livro sempre inesperado, o combatente que Volódia foi desde a adolescência é uma presença inalterada, a marcar o rumo do intelectual, eterno namorado da ideia de revolução.

Volódia continua a ser - como Álvaro Cunhal - um optimista. Aos que negam a possibilidade de revoluções futuras e falam do fim da história, responde: «É como dizer que o homem terminou, que no cosmos cessarão para sempre as tempestades, que os ventos ficarão mudos e as nuvens fixas. Há tempos de fluxo e tempos de refluxo. É certo. Mas a Revolução é uma ideia infinita, porque a mudança é a lei da vida. A sua prática conhecerá fracassos. E dir-se-á: está sepultada para sempre. Mas ela é como a semente que se enterra, germina por baixo e um dia brota de novo à flor da terra.

Aqueles que procuram a mudança profunda terão de armar-se de paciência, converter-se em corredores de fundo, especializar-se em travessias do deserto».

Em Volódia, o poeta, apesar das dificuldades de uma convivência complexa, manteve um dialogo permanente e íntimo com o comunista.

«(...) para mim o comunismo - revela - era realizar os sonhos do ser humano e entre eles estava o direito a ser ele próprio, a procurar a beleza na mulher, na palavra, em todas as gradações e titubeios da luz que nasce e da que se decompõe no ocaso do sol».

Recordar aos 80 anos a descoberta do amor é um enorme desafio. Volódia assume-o. Não se pode ser autenticamente revolucionário sem amar o amor. As páginas finais do livro são dedicadas à irrepetível e mágica experiência que é para todo o homem sensível o primeiro encontro com o amor, na fusão do que é espiritual e do que é físico, na busca do absoluto, da ilusão breve de que um mais um pode ser igual a um. Ao escrever sobre a sua descoberta do amor Volódia atinge um nível comparável ao que de melhor, mais profundo e belo nos deixou Hemingway sobre o mesmo tema.

Numa entrevista a «El Mercurio», Volódia declarou há tempos que a política foi para ele a sua mulher legítima e a literatura uma amante fidelíssima.

Não me falou de datas para a continuação de «Un Muchacho del Siglo XX». Mas quando nos reencontramos ofereceu-me três livros de recente publicação: uma biografia de Jorge Luís Borges, uma colectânea de ensaios sobre escritores europeus e um trabalho em que regressa a Neruda. A literatura está no autor de «La Semilla en la Arena» a tirar a desforra de épocas de convivência difícil com a política.

(1) Volódia Teitelboim, «Antes del Olvido — Un Muchacho del Siglo XX», Edi. Sudamericana, Santiago, 1997.



Emigrantes em França

■ Texto Isabel Araújo Branco ■ Fotos Sérgio Moraes

Aventuras portuguesas sonhos de vida

Uns falam correctamente a língua de origem, outros conjugam verbos portugueses com substantivos franceses. Uns cumprimentam com dois beijos, outros com os quatro típicos de França. Uns casam-se na cidade onde vivem, outros fazem questão de passar pela igreja em Portugal. Muitos emigraram por necessidade económica, outros para fugir à guerra colonial. São os portugueses que vivem em França. Um retrato de gente que se sente integrada no país de acolhimento e que não desiste de ver todos os seus sonhos concretizados.

Os emigrantes portugueses vão muito para além do estereótipo convencional que todos conhecemos: pouca educação, trabalhadores da construção civil ou da limpeza, colecionadores de cassetes de música «pimba», gente com o sonho de regressar a Portugal sempre debaixo do braço.

Naturalmente, os estereótipos são sempre limitados e há muita gente que não se encaixa neles. Nem todos ficam fechados na terra natal durante o mês de Agosto. Nem todos constroem uma vivenda na aldeia com os luxos possíveis, descurando a casa que habitam a maior parte do ano. Nem todos sentem uma nostalgia arrebatadora do Portugal que se viram obrigados a abandonar há 30 anos atrás.

Saudades, essas, sentem todos. Tantas que às vezes não sabem o que fazer com elas. Procuram escapar-lhes a trabalhar ou a projectar o futuro.

Há quem já tenha chegado à idade da reforma e se divida entre Portugal e o país de acolhimento, onde lançaram profundas raízes, que se traduziram em filhos, netos e amigos. O Verão é passado cá e o Inverno lá, até porque existe um certo receio dos serviços de saúde portugueses. As histórias são muitas, contadas na primeira ou na terceira pessoa, e as comparações com o sistema francês, alemão ou suíço são inevitáveis.

Muitos emigrantes integraram-se de uma forma mais completa no país onde residem. Viajando pela região de Paris, o *Avante!* encontrou um grupo de portugueses em Colombes, na Associação de Cultura Popular Portugal Novo (ACPPN), que representa esse outro lado da emigração, aquele que foge às caricaturas e às ideias feitas.

À nossa espera tínhamos dez pessoas, entre os 15 e os 53 anos. A conversa, animada desde o início, prolongou-se por várias horas, até as cassetes se esgotarem. As suas histórias, as dificuldades dos primeiros tempos, a ligação a Portugal e a segunda geração (ver texto nestas páginas) constituíram os temas da entrevista.

Ter de apontar para as coisas

Quase todos os portugueses emigraram por razões económicas, muitos já com contactos em França, outros completamente à sorte. A maioria falava apenas português, tinha pouco dinheiro e esperava poder trazer a família.

Fernando Lima veio em 1969 com 22 anos. Actualmente trabalha numa seguradora. «Consegui adaptar-me ao sistema francês e fiquei por aqui. Quando se chega, sem falar a língua, é difícil compreender e fazer-se entender. Para fazer as compras tinha de apontar para as coisas», conta.

«No princípio, nos anos 70, os franceses viam-nos como se fôssemos só trabalhadores de pá e picareta. Mas depois demonstrámos que sabemos fazer outras coisas e a opinião deles agora é muito diferente. A maior parte dos portugueses está bem integrada. Mesmo os franceses dizem que é uma população que eles gostam, tanto para trabalhar como para conviver», afirma.

António Topa decidiu emigrar em 1969. «O fascismo oprimia

todo o povo português. Acima de tudo eu não queria participar numa guerra sangrenta como era a guerra colonial», sublinha. Funcionário na Embaixada de Portugal em Paris durante 10 anos no sector de emigração e no apoio cultural, é desde 1984 professor de francês numa prisão e tradutor.

«A fase dramática da emigração - com os bairros de lata, quando éramos olhados de lado, na altura em que ser português era igual a ser pedreiro - passou. Em termos económicos a emigração está perfeitamente integrada», considera.



Poucos são os que acompanham a vida social portuguesa, por se sentirem longe ou acharem que não lhes diz respeito

Segunda geração

Susana, Celine, Vítor e Marco nasceram em França, mas sentem-se portugueses. São filhos de emigrantes, visitam todos os anos Portugal e têm vontade de conhecer melhor o país. À semelhança de todos os jovens, receiam o desemprego e temem pelo seu futuro. Contam as dificuldades que têm em casa com os pais e queixam-se da forma como são vistos em Portugal.

Celine Barbosa tem 19 anos, estuda Direito e é membro do racho folclórico da associação. Susana Rodrigues, de 20 anos, é secretária e pertence ao grupo de dança moderna.

Ambas estão desde pequenas ligadas ao mundo associativo e hoje integram a direcção da ACPPN. Ambas têm opiniões marcadas pela sua dupla identidade, de que tanto se orgulham: Ambas se afirmam portuguesas acima de tudo, apesar de terem nascido em França.

Tanto Celine como Susana frequentaram o curso de portugueses durante vários anos, sempre com boas notas. Para Susana, aprender a língua dos pais serve para comunicar com a família que está em Portugal e para conhecer melhor a cultura portuguesa. Além disso, «é bom para arranjar trabalho».

«Os nossos primeiros professores foram os nossos pais. Foram eles que nos transmitiram o amor por Portugal, a vontade de aprender a língua. Para nós, emigrantes, é muito bom, porque temos duas culturas. Sou portuguesa, sou francesa e sinto-me bem como sou. Quando tiver filhos quero que eles aprendam português», afirma Celine, que lembra que a geração que a precedeu, aquela que tem hoje 30 anos, raramente fala em português.

Tal como qualquer outro jovem, os seus medos passam pela incerteza no futuro. «Pergunto-me muitas vezes como é que vai ser a minha vida daqui para a frente, se vou arranjar um emprego. Agora há uma grande percentagem de desempregados, muitos jovens não conseguem arranjar trabalho depois de muitos anos de estudo», diz Celine.

Susana fala na droga e na necessidade de prevenir a toxicod dependência. «Cada vez há mais droga, mesmo na aldeia, lá em Portugal.»

Marco Barbosa, 15 anos, irmão de Celine, refere o nível de vida: «Está tudo cada vez mais caro e os salários cada vez mais baixos. Isto está mau.»

«Não há dúvida que era preciso muita coragem, sobretudo para as pessoas que não tinham estudos e saíam com filhos! Se esse povo tivesse sido ajudado, quer em Portugal quer aqui... Se agora estamos numa de música "pimba", é porque não nos propõem outra coisa. Se lhes dessem outro tipo de música... As pessoas não são burras», defende António Topa.

«Somos conceituados aos olhos dos franceses, mas isso devia dar origem a um debate sobre o que é a integração. Agora há uma diluição muito grande. Será que os filhos da primeira emigração são portugueses ou são franceses?», interroga.

Só no fim da década de 60 é que passou a haver mais portugueses em França. «Quando começou a aparecer mais gente tornou-se mais fácil para os que já cá estavam», salienta José dos Santos, que emigrou em 1970 com 25 anos para poder pagar o empréstimo que tinha feito a um banco para construir a sua casa. É trabalhador da construção civil, à semelhança de muitos portugueses.

Distâncias que se encurtam

Nessa altura a sociedade francesa era muito diferente da portuguesa. Fernando diz que o que mais o impressionou quando chegou foi ver namorados a beijarem-se na rua. Para Topa foi assistir à indiferença das pessoas ao passarem por um homem caído no chão. Eduarda Lemos - que veio para França em 1968 para fazer companhia a uma tia - conta que a imagem que mais a marcou nos primeiros dias foi o hábito dos franceses transportarem o pão nas mãos, sem qualquer saco ou embrulho.

Para muitos, os primeiros anos foram feitos de desilusão. «Havia a ideia que se vinha para aqui, se abanava a árvore e as notas começavam a cair», explica Fernando. Multiplicavam-se os casos de emigrantes que se viam obrigados a ir para os «bidonvilles», bairros de lata que inicialmente eram compostos por velhas carruagens de comboios alugadas a trabalhadores portugueses. «Uma pessoa vinha de Portugal e tinha de arranjar um sítio qual-

«É muito

Pais e filhos

Admiram os pais pela coragem que os levou a procurar uma vida melhor no estrangeiro. «Não sei se conseguia deixar a França, porque é aqui que tenho as minhas raízes. Não tinha medo nenhum de ir para Portugal, mas ir para outro país, sem nenhuma família, ter de começar a minha vida do zero, sem nada, sem pessoas ao meu lado... não sei se conseguia», afirma Celine.

Contudo, as relações entre pais e filhos nem sempre correm bem. Isso acontece não só devido à diferença de gerações, mas também à mentalidade conservadora e essencialmente rural dos primeiros e as concepções urbanas dos segundos.

Celine explica: «Há choques, porque eles estão mais apegados às tradições. Eles vêm de uma aldeia. Em relação às saídas à noite, aos namorados, ao casamento às vezes temos dificuldades em falar com eles. Com o meu pai falo de tudo, mas... mas...»

«A princípio foi duro conseguir sair à noite, mas acho que é preciso falar com os pais. É importante nós termos confiança neles e eles em nós», defende Susana.

Todos estão de acordo que são os pais que levantam mais problemas, e não as mães. «O que os pais dizem é que as moças podem chegar grávidas a casa e os moços não», diz Celine, acrescentando: «Nós até compreendemos porque eles têm medo por nós.»

Vítor Castro, de 19 anos, considera que a maioria dos rapazes da sua idade não tem preconceitos em relação às raparigas. «Para mim, deve haver liberdade para todos. Homens e mulheres são iguais.»

Marco tem uma opinião muito diferente. «Rapazes e raparigas não são a mesma coisa. Os rapazes podem fazer tudo e as raparigas não. É assim que deve ser. Os homens têm mais direitos que as mulheres. As mulheres são iguais, mas... nas saídas não são. Têm de ficar em casa.» A irmã ri-se e diz: «É tal qual o pai.»

As palavras de Marco geram discussão e ele tenta argumentar. Dizem-lhe que assim nunca se vai casar, que as suas ideias já estão ultrapassadas. Ele protege-se com a velha ideia de que «um homem pode defender-se e uma mulher não».

EM FOCO



«No princípio, nos anos 70, os franceses viam-nos como se fôssemos só trabalhadores de pão e picareta. Mas depois demonstrámos que sabemos fazer outras coisas e a opinião deles agora é muito diferente», afirma Fernando Lima



Dez portugueses em França, cada um com a sua história, todos a olhar com optimismo o futuro

quer onde se meter. Bom ou mau, tinha de aceitar», lembra Fernando.

António Topa considera que as coisas hoje estão muito mais fáceis. «Há um percurso de 30 anos. Abandonar a família e os amigos foi um acto de coragem. Agora está mais esbatido, porque o nosso nível de vida evoluiu. Portugal hoje em dia está ali ao lado. Há contactos pela rádio, televisão, telefone. Hoje não se sente, mas já se sentiu muito.»

Contudo, apesar dos meios de comunicação, poucos são os que acompanham a vida social e política portuguesa. «Há um grande desinteresse pela política, porque estão longe ou acham que não lhes diz respeito», afirma Fernando.

«Há uma pequena percentagem de pessoas que se preocupa, talvez 10 por cento. A maior parte compra só *A Bola*, lêem os títulos e atiram fora o resto. Quanto ao que se passa em França, acompanham mais, mas pouco. Uns 20 por cento», refere António Salgado, empregado numa empresa de limpezas. Veio para França em 1983, quando se casou com uma emigrante.

O futuro passa por Portugal

As saudades levam homens e mulheres a gostar de folclore ou de sardinha assada, mesmo se antes não apreciavam. Levam-nos a construir associações, a organizar grupos de teatro, ranchos, equipas de futebol, bailes, jantares e viagens. Levam-nos a iniciar aulas de português para os filhos, de maneira que estes não perciam pita-da das conversas, dos hábitos e da cultura dos pais.

Trinta anos depois da partida, as saudades não estão esbatidas. Cada vez mais perto da reforma, José, Fernando e Eduarda pensam no regresso.

«Eu ia já amanhã», confessa José, acrescentando que não tem medo de não conseguir voltar a integrar-se na sociedade portuguesa. «Sinto-me bem aqui, sinto-me bem quando vou lá abaixo. Se regressar definitivamente acho que me vou sentir bem também.» Se os seus planos se concretizarem, volta em Fevereiro do próximo ano. «O único problema é a minha mulher que não quer deixar o neto.»

Fernando só tem medo dos serviços de saúde públicos. «Pode ser que até à reforma melhore, porque isto está mais para melhorar do que para piorar.» Eduarda conta que «não é possível ir já, porque eu não sou de poupar, gozei a vida cá. Se saí do meu país foi para viver melhor do que se lá estivesse. Para viver pior ou igual deixava-me estar lá.»

Passa ou não por Portugal, o futuro é encarado com optimismo por todos. António Topa tem o sonho mais bonito: «Que de Monção à Ponta de Sagres, Portugal seja um espaço de paz e liberdade para todos e não só para meia dúzia.» Esperemos que se concretize.

bom, porque temos duas culturas» —

À descoberta de Portugal

Susana, Celine, Vítor e Marco conhecem pouco Portugal. Todos os anos vêm aqui passar as férias de Verão, mas raramente saem da zona da aldeia dos pais.

«O dinheiro que os meus pais ganharam aqui foi para construir uma casa em Portugal, por isso, quando lá vão, é para ver a família. O meu pai prefere ficar em casa, no terreno. Este ano já tenho carta de condução, por isso já posso ir a outros lados. Nunca fui ao Algarve, por exemplo. Só fui a Braga, a Fátima e ao Sameiro», afirma Susana.

Mas o que conhecem de facto do país que consideram o seu?

Não sabem o nome do Presidente da República, porque «não acompanhamos muito o que se passa em Portugal. Não é que não nos interessemos, mas como é que quer que a gente saiba?», pergunta Susana.

Se o campo da política não lhes diz muito, o mesmo não acontece com a música. Além dos cantores mais populares, conhecem os Delfins, os Xutos e Pontapés, o Pedro Abrunhosa. «Quando vou lá, não passo por ignorante em relação à música deles. Todos nós conhecemos, porque ouvimos rádio, vemos a RTP1 e temos parabólica», explica Celine, entrando em contradição com a amiga, que dizia não terem meios para se informarem.

Para Marco, Portugal «é bom para descansar, para as férias. Pode-se dizer boa tarde a toda a gente, enquanto que aqui, se dissermos, reagem mal. O ar também é bom.»

Susana considera que houve uma grande evolução, reconhecendo em Portugal mudanças que considera como sinais de desenvolvimento. Ou pelo menos identifica-se com eles.

«Quando eu era pequena, a minha mãe tinha de levar os iogurtes na geleira, porque não tinham *Petit Filous*. Há dez anos não havia tanta coisa, pelo menos nas aldeias. Quem viu Braga há 15 anos e quem vê agora... Agora há o *McDonalds*, muitas lojas. No ano passado fui lá e fiquei tola de ver tantas pessoas na rua.»

Emigrantes discriminados

Uma queixa comum a pais e filhos é a forma como os emigrantes são olhados em Portugal. «Não somos maltratados, mas somos malvistas. Acusam-nos de causar acidentes de viação e que a vida é mais cara por causa de nós. «Lá vêm os emigran-



Susana, Vítor, Celine e Marco: quatro luso-descendentes que contam como as relações com os pais nem sempre correm bem. «Há choques, porque eles estão mais apegados às tradições. Em relação às saídas à noite, aos namorados, ao casamento às vezes temos dificuldades em falar com eles», diz Celine.



tes, lá vêm os *avecs*», dizem eles.» Susana confessa-se magoada.

«Aqui somos emigrantes e lá somos franceses. Mas eu não me importa, assim tenho duas culturas. Quando vou a Portugal é para ver a minha família e, se me quiserem chamar emigrante, chamem», exclama Celine.

«É preciso que os portugueses de lá compreendam que, se as

peças estão aqui, não é por terem querido abandonar o país, mas sim porque tiveram necessidade de o fazer. Não acho que o meu pai seja emigrante, o meu pai é português. É um cidadão português a trabalhar no estrangeiro», acrescenta.

Apesar deste sentimento, admitem a hipótese de ir viver definitivamente para Portugal. Mas alimentam alguns receios em relação ao sistema de saúde e ao desemprego.

«Gostava de ir para Portugal viver, mas é preciso pensar bem. Sempre vivi aqui, só lá vou de férias. Não sei como é Portugal no Inverno. Vejo o meu futuro como o de toda a gente, casar, ter filhos... Ir para lá não é para apanhar moscas, é preciso trabalhar e lá, para isso, é preciso ter cunhas», sustenta Susana.

Celine também pensa nessa possibilidade, mas de uma forma mais remota. «Quereria ser advogada, casar, ter filhos, continuar nesta associação ou noutra, fazer conhecer a nossa cultura. Os meus filhos podiam ir a Portugal visitar os avós durante meses. Ir para Portugal de vez? Talvez, mas para uma cidade.»

Será que estes quatro jovens são diferentes dos portugueses nascidos e criados em Portugal? Resultado de duas culturas, filhos de dois países, integrados em França mas sem abandonar a cultura portuguesa, os luso-descendentes são cada vez mais parecidos com

quaisquer jovens de 20 anos que vivam em Portugal.

A integração na União Europeia, a internacionalização das marcas, das músicas e dos programas de televisão, a globalização e a Internet, a facilidade em viajar encurtam as distâncias e aproximam pessoas que descobrem que afinal não são tão diferentes como pareciam à primeira vista. Porque os problemas e os medos são os mesmos, e as referências culturais também.

DOSSIER Guerra nos Balcãs

■ Anabela Fino

Armas proibidas usadas na Jugoslávia⁽⁴⁾

O problema do Kosovo serviu de pretexto para a NATO experimentar algumas das suas novas armas ou para testar a eficácia de outras que, pela polémica que suscitam, têm sido pouco utilizadas. Incluem-se no primeiro caso as famosas bombas de grafite, capazes de provocar curtos-circuitos sem destruir as instalações eléctricas, e no segundo caso as bombas revestidas com urânio empobrecido e as bombas de fragmentação.

Aparentemente, as bombas de grafite são o que se poderia chamar uma «arma limpa»: bloqueiam os sistemas sem os destruir, ou, como diria o porta-voz da NATO, Jamie Shea, dão ao seu possuidor o «botão» da energia eléctrica. Acontece no entanto que a questão de ligar ou desligar o «botão» implica com a vida de milhões de pessoas. No primeiro ataque com esta arma, a 2 de Maio último, mais de cinco milhões de cidadãos da Sérvia ficaram privados da satisfação das mais elementares necessidades. Os serviços mais afectados foram os dos hospitais: sem energia, as incubadoras das maternidades não funcionam, nem os sistemas de suporte de vida dos cuidados intensivos, nem os aparelhos dos cuidados intensivos, das hemodiálises, etc., etc., etc. É toda uma população civil a ser atacada, o que representa uma violação sem precedentes da Convenção de Genebra de 1949 e de 1977, bem como de todos os protocolos suplementares posteriormente acordados. Todos os países da Aliança subscreveram estas convenções.

De referir, a propósito, que a expressão «dano colateral» inventada pela NATO não é reconhecida pela lei internacional. Acresce ainda que, de acordo com os especialistas, as bombas de grafite, ao explodirem, deixam no ar um pó cancerígeno que não deixará de provocar os seus efeitos, a longo prazo, nas pessoas que o inalaram.

A morte lenta

Outra das armas usadas nesta guerra é a temível bomba de urânio empobrecido, que deixa atrás de si elevados níveis de radioactividade, cujas consequências se fazem sentir ao longo dos anos. Profusamente utilizadas no Iraque, durante a Guerra do Golfo, os seus efeitos continuam a ser objecto de estudo. Segundo o professor Douglas Rokke, cientista americano membro da comissão do Pentágono encarregue de estudar os efeitos deste tipo de munições, que participou durante anos

em investigações no Iraque, cerca de 38 000 iraquianos já morreram vítimas das radiações, enquanto desapareceram em flecha os casos de nascimentos de crianças com graves deficiências.

Um recente artigo da revista *New Scientist* denunciava a contaminação do Kosovo pela radioactividade dos milhares de bombas de urânio empobrecido lançados contra o território. A não ser efectuada uma descontaminação da região, necessariamente dispendiosa e demorada, todos os que fiquem

expostos às radiações correm risco de vida. A pressa dos aliados em fazer regressar os refugiados ao Kosovo, para não terem de enfrentar as consequências do Inverno em campos sem condições, pode significar, a médio prazo, uma condenação à morte.

Quanto às bombas de fragmentação, cuja utilização foi confirmada pelo próprio Ministério da Defesa britânico, têm a sinistra particularidade de continuarem a matar mesmo quando falham.

Cada bomba, que pesa cerca de 300 Kg, divide-se ao meio em pleno voo, pouco depois de lançada, e liberta a sua carga de pequenos explosivos – cerca de 150 –, do tamanho de uma laranja, altamente mortíferos. Segundo os especialistas, entre 5 a 30 por cento destes explosivos não chegam a explodir na altura do embate, mas nem por isso se perdem, já que continuam activos, rebentando quando são pisados.

Do ponto de vista militar, as bombas de fragmentação substituem com vantagem as minas antipessoal: produzem o mesmo efeito e não necessitam de ser enterradas no terreno, ou seja, como são lançadas de avião não exigem do atacante o domínio do território a atingir. Com este expediente, os países da NATO, e em particular os EUA, procuram contornar a convenção mundial que proíbe o uso de minas

antipessoal, que continuam a matar mesmo passado muito tempo de terminarem os conflitos e cujas principais vítimas são civis.

Na agressão contra a Jugoslávia, a aviação da NATO efectuou pelo menos 278 ataques com bombas de fragmentação. Mais de 150 depósitos, contendo cada um 240 bombas, foram despejados contra cidades no Kosovo e Metohija (Pristina, Urosevac, Djakovica, Prizren, entre outras), e por toda a República Federal da Jugoslávia. Pelo menos 87 civis perderam a vida nestes ataques, e 130 ficaram gravemente feridos, segundo as autoridades jugoslavas.

As consequências para o meio ambiente da utilização destas armas é outro aspecto que não pode ser ignorado. Para além dos perigos da radioactividade, há ainda a ter em conta que a destruição de refinarias, de indústrias químicas e outros produtos altamente tóxicos, de vastas áreas de florestas, representam uma catástrofe ambiental não apenas para a Jugoslávia mas para todo o continente europeu. Todas as convenções existentes sobre a matéria (protecção do ambiente, da camada de ozono, etc.) foram violadas. A factura será pesada e a Europa não a poderá ignorar.

Comentários

Intelectuais de todos os países e de todos os quadrantes políticos manifestaram nos últimos dois meses e meio as suas preocupações com a mudança qualitativa registada na cena política internacional com o ataque da NATO à Jugoslávia. Algumas dessas reflexões, de que aqui reproduzimos extractos de textos publicados no diário espanhol «El País», são um contributo para o debate que necessariamente terá de ser feito sobre a nova era que se abre no capítulo das relações entre os Estados. O futuro da ONU e do Conselho de Segurança, o recurso à força na regulamentação de conflitos, o domínio norte-americano na cena mundial, o papel dos povos na defesa da paz, são questões em aberto a exigir respostas urgentes.

A ilegalidade da guerra

«As pressões que enfraquecem a proibição do uso da força são

deploráveis, e os argumentos para legitimar o referido uso nessas circunstâncias são pouco convincentes e perigosos (...) As violações dos direitos humanos são demasiado comuns e, se fosse permitido resolvê-las mediante a utilização da força, não haveria lei capaz de proibir o uso da força por parte de praticamente de qualquer Estado contra qualquer outro. Creio que será preciso defender os direitos humanos e resolver outras injustiças por outros meios que sejam pacíficos, não abrindo as portas à agressão e destruindo o principal avanço do direito internacional, que é a ilegalidade da guerra e a proibição da força».

(Louis Henkin, professor emérito de direito internacional na Universidade de Colúmbia, Estados Unidos)

A diplomacia e as negociações nunca se esgotam

(...) «Foi durante o mandato de Ronald Reagan que começou a manifestar-se abertamente nos EUA o desafio às leis internacionais e à Carta das Nações Unidas. As máximas autoridades explicavam com uma clareza brutal que o Tribunal Internacional, a ONU e outros organismos tinham perdido importância porque já não seguiam as ordens dos Estados Unidos, como haviam feito nos primeiros anos do pós-guerra. Com Clinton, o desafio à ordem mundial alcançou tal dimensão que começa a

preocupar inclusive os analistas políticos mais próximos da linha dura. No último número do *Foreign Affairs*, a principal publicação do *establishment*, Samuel Huntington adverte que, aos olhos de grande parte do mundo (provavelmente à maior parte), os Estados Unidos «se estão a converter numa superpotência que não respeita a lei», «a principal ameaça externa contra as suas sociedades». Uma «teoria das relações internacionais» realista prevê, na sua opinião, que é possível que surjam coligações dispostas a contrariar essa superpotência. Portanto, há motivos pragmáticos para que os EUA reconsiderem a sua presente atitude. Os norte-americanos que gostariam que o seu país tivesse outra imagem poderiam pedir essa reconsideração por outros motivos não tão pragmáticos.

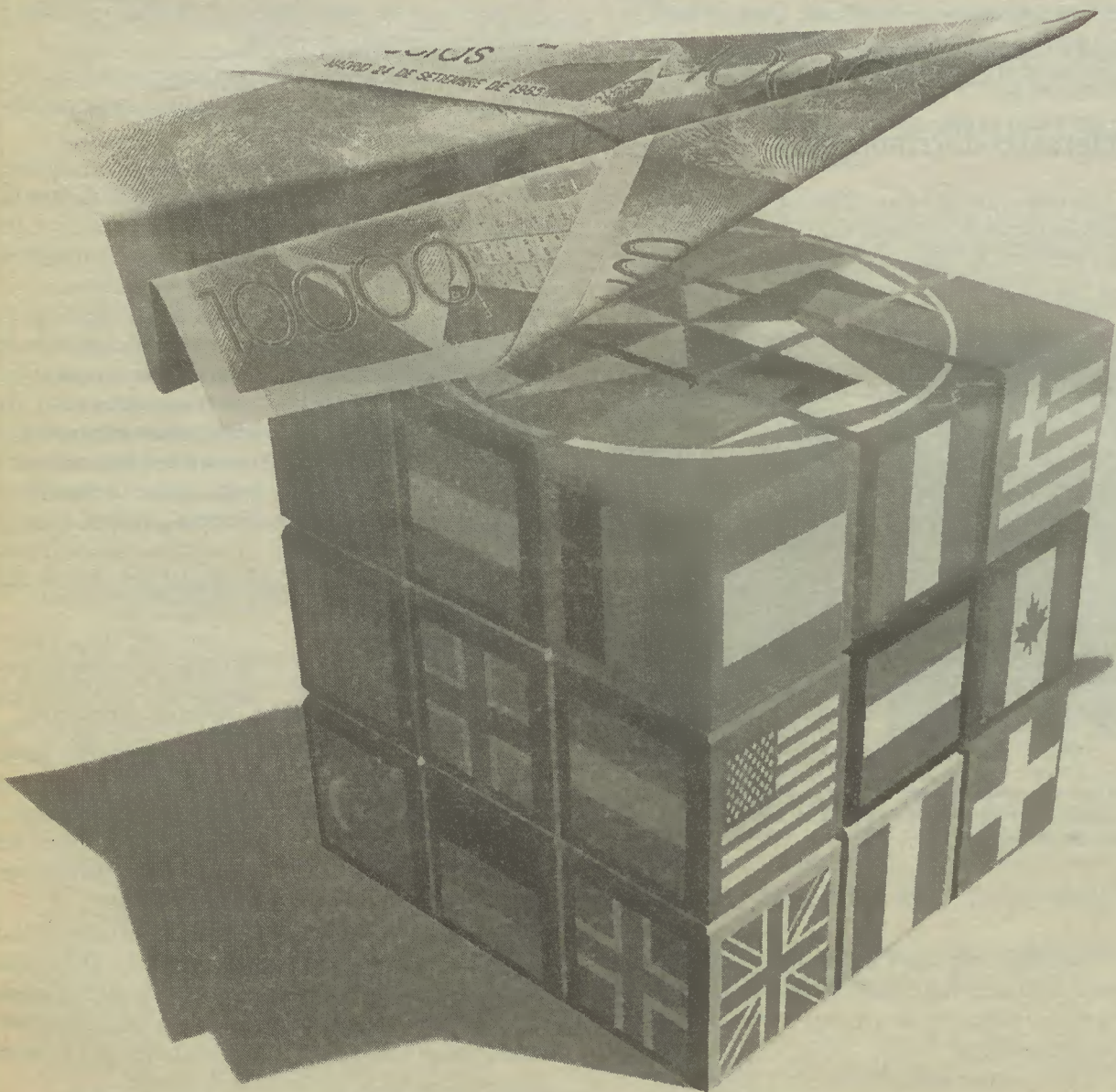
Como responde tudo isto à pergunta que fazer no Kosovo? Não responde. Os Estados Unidos escolheram um caminho que, como as próprias autoridades reconhecem, intensifica as atrocidades e a violência («previsivelmente», como disse Clark) e desferem um novo golpe na ordem internacional que, pelo menos, oferece aos fracos um grau limitado de protecção contra os Estados predadores. A longo prazo, as consequências são imprevisíveis.

Um argumento habitual é que tínhamos de fazer alguma coisa, que não podíamos permanecer inactivos enquanto prosseguiam as atrocidades. Isso não é verdade nunca. Existe sempre a opção de seguir o princípio hipocrático: «Em primeiro lugar, não provocar danos». Se não há forma de seguir esse princípio elementar, o melhor é não fazer nada. Há outras formas possíveis. A diplomacia e as negociações nunca se esgotam.»

(Noam Chomsky, professor de linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, Estados Unidos)

A crise que se segue

(...) «Tanto para os aliados como para os adversários, o ata-



Tem de haver esperança

■ Urbano Tavares Rodrigues



que à Sérvia é uma demonstração de força. Aos europeus demonstra-se, uma vez mais, que, apesar da sua falta de unidade e da sua debilidade, têm a sorte de contar com um parceiro tão avisado e benévolo. Aos russos diz-se que reconheçam que na sua situação actual não deveriam tentar actuar como uma grande potência. A mensagem para os outros, como os recalcitrantes chineses, é que os Estados Unidos toleram pouca oposição.

(...) O que já não é uma questão de fé é a ideia de que a NATO é uma aliança entre iguais. O comando político e militar da aliança não é predominantemente norte-americano; é exclusivamente norte-americano. Os porta-vozes de imprensa britânicos, os generais alemães e italianos e o secretário-geral espanhol da NATO parecem-se cada vez mais aos personagens secundários de um drama de Brecht: respondem aos desígnios de forças maiores do que eles, mas em si mesmos são praticamente irrelevantes.

(...) Não está muito claro por que razão agora que se acabou a guerra fria, os europeus se mostram mais submissos, e não menos, perante a vontade dos Estados Unidos.

É uma política que, a continuar no próximo século, pode conduzir à catástrofe global. A frágil estrutura da ordem internacional posterior à guerra fria ficou destruída. As frenéticas idas e vindas dos políticos apenas ocultam a sua total incapacidade para controlar os acontecimentos. A crise actual é uma crise menor se a compararmos com a que poderia estar para vir. A direita norte-americana está disposta a abrir uma nova guerra fria: com a China. (...) Que melhor maneira de dar crédito à ideia de poder ilimitado dos Estados Unidos do que preparar-se desde já para o grande confronto do próximo século? Aos europeus não se dará a opção de seguirem o seu próprio rumo, tal como não foram escutados em relação ao Kosovo.

(...) É improvável que da noite para o dia surge [nos EUA] um novo grupo de dirigentes, com

uma renovada devoção pela *res publica*. Em todo o caso, uma nova política exigiria uma árdua e dolorosa reeducação dos cidadãos norte-americanos, a quem se disse que o mundo, de Pristina a Pequim, gira em torno dos Estados Unidos.»

(Norman Birnbaum, professor no Centro de Leis da Universidade de Georgetown)

Os donos do mundo

(...) «Desde o começo dos anos noventa, havia muitos indícios de que os Estados Unidos já não desejavam que a ONU desempenhasse o seu papel: a não renovação do mandato de Butros-Gali, substituído pelo novo secretário-geral, Kofi Annan, considerado mais dócil; a assinatura dos acordos de Dayton sobre a Bósnia sob a égide americana e não das Nações Unidas; idem quanto aos acordos palestino-israelitas de Wye River; a decisão unilateral da bombardear o Iraque sem uma decisão da ONU...»

Tudo indica que os Estados Unidos não aceitam o freio inerente aos procedimentos legalistas das Nações Unidas. Damos-nos conta, assim, de que a existência desta, ao longo de todo o século (primeiro sob a forma da Sociedade das Nações), não era devida ao progresso da civilização como se acreditava mas à existência simultânea de potências comparáveis, em que nenhuma podia ganhar militarmente às restantes. Tal equilíbrio rompeu-se com o desaparecimento da União Soviética, e, pela primeira vez, uma «hiperpotência» domina tenebrosamente o mundo nas cinco esferas do poder: político, militar, económico, tecnológico e cultural. Os Estados Unidos não vêem por que terão de partilhar a sua soberania quando a podem exercer sem que ninguém (nem sequer as Nações Unidas) a questione.»

(Ignacio Ramonet, director de *Le Monde Diplomatique* e professor na Universidade Denis-Diderot, Paris)

No momento em que escrevo esta crónica está quase a acabar a guerra do tiro-ao-alvo nos Balcãs, um dos mais monstruosos crimes colectivos deste século, que o futuro há-de julgar. Porque neste semi-feriado de Junho que nos convida suavemente a fugir da cidade e da tristeza, da indignação, basta as últimas tropas sérvias saírem do Kosovo, permitindo a entrada gloriosa da NATO, e consumir-se-á a humilhação total de um povo e a destruição de um país europeu, que perdeu as suas vias de comunicação, as suas indústrias e fontes de energia, além de dezenas de milhares de vidas. Os grandes erros políticos, que os houve, de Milosevic e dos seus ministros ultranacionalistas, determinando a retirada da autonomia ao Kosovo e a proibição do ensino do albanês nas escolas, mais as violências do exército sérvio sobre civis no Kosovo durante a luta contra as forças do U.Ç.K., tudo isso, que é muito condenável, ter-se-ia resolvido por via política no quadro da ONU, não justificava o massacre sistemático e covarde da Sérvia, as cidades bombardeadas, a população civil dizimada, os hospitais destruídos, a confusão de valores generalizada, a sementeira dos ódios.

A Europa, humilhada pelos Estados Unidos, cujo modelo económico e civilizacional se impôs ao mundo, acabou por dar-se conta do «excesso» de barbárie que a NATO diariamente derramava sobre uma terra mártir.

Apesar da gigantesca operação mediática que conseguiu mistificar grande parte da opinião pública europeia, dando a este exercício cruel de morticínio, sem perda de vidas americanas, um aparato publicitário de falsa cruzada, na própria Alemanha, na Itália, na França e — é justo dizê-lo — quase desde o começo em Portugal, ergueram-se vozes cada vez mais fortes, fora e dentro do sistema, que acabaram por forçar a paz e evitar, pelo menos, o desastre absoluto, a redução da Sérvia a uma tocha ardente, a um cadáver nacional a apodrecer.

Foi uma vergonha o que se passou e que bem mostra o poder imenso dos meios de comunicação, quando ao serviço da força e esta ao serviço de uma mentira, enfeitada com bons sentimentos.

Vai agora a Europa gastar na reconstrução do Kosovo e da Jugoslávia (e não faltará nem fora nem dentro quem a domestique, para a americanizar) o dinheiro que fazia falta para o desenvolvimento dos países economicamente mais atrasados e para o bem-estar de populações já a braços com um desemprego brutal, com a redução de regalias sociais e com o ascenso da extrema-direita precisamente nacionalista e racista. Tanta contradição, tanta vitória do egoísmo e dos vendedores de armas!

Há quase dois meses, já com a guerra a estrondar sobre a Jugoslávia e os *yankees* a mandarem nos céus da Europa, estava eu na Universidade de Nápoles, onde fora convidado, juntamente com outros

intelectuais portugueses, a participar num colóquio sobre a obra de Soeiro Pereira Gomes.

Numa manhã muito azul de domingo visitámos as ruínas de Pompeia, a antiga cidade romana onde os fumos tóxicos do Vesúvio asfixiaram os patrícios e plebeus que ali moravam, antes que a lava, revestindo-lhes os corpos, imobilizando-os no último gesto que cumpriam, tarefa caseira ou acto de amor, assim os fixasse para sempre, patéticas estátuas do instante deradeiro.

Do majestoso pórtico ocidental olhei a perspectiva fabulosa das colunas decepadas do Forum, cuja brancura nos encaminha até ao cenário montanhoso em que se alteia o vulcão, terrível e sereno.

Já não recordo onde estive primeiro, atropelam-se-me na lembrança imagens da Casa do Fauno, do seu vestíbulo e do implúvio; os inquietantes frescos da Casa dos Vetti, alguns deles muito violentos e de um belíssimo colorido rosa, ocre, sépia, incrivelmente preservado após tantos séculos; as corridas de veados guiados por cupidos, a fúria de Hércules criança despedaçando as serpentes; a riqueza da casa de um novo-rico, chamada dos eros dourados, o Forum Triangular e a arquitectura fantástica do que resta do Teatro Grande, quase só o cenário e a plateia semi-circular.

Aves negras, muito brilhantes, no azul hialino da cúpula celeste devoravam a luz do sol. Abria-se, do lado do mar, o grande portal dos sonhos e das memórias. Consultei o guia, que falava um francês de Marselha, muito arrastado, e ele mostrou-me os lugares onde foram Herculano, que eu já havia visitado na juventude, e Cápuia, Sorrento, o Posilipo, os longes da ilha de Cápri. Era um dos espaços privilegiados da *virtus* romana. Ali Petrónio, caído em desgraça, abriu as veias e se deixou morrer, num banho perfumado com flores.

Pompeia desapareceu, há 2000 anos, na fronteira de duas eras da Humanidade: o mundo clássico, com o seu epicurismo estóico, ainda ligado à ideia do eterno retorno — e à minha volta rebentava a Primavera —, a uma idade primordial de perfeita harmonia entre o homem e a natureza, a um passado atemporal; e a era cristã, voltada para a eternidade, frente ao vazio budista, a que se opõe.

Para Octávio Paz, mexicano europeu e orientalista, há muitas semelhanças entre os mundos primitivos da bacia do Mediterrâneo, berço da Europa, e os da América Índia, que acreditavam na morte e ressurreição do tempo cíclico. Para os aztecas, os maias e os incas, o símbolo da era primordial era o jade, enquanto para os povos da Hélada era o ouro. A idade de ouro, a da paz e da comunhão humana, que os navegadores e os grandes viajantes queriam ver projectada no Incário, é um sonho recorrente, da Renascença ao Iluminismo.

Os marxistas, que não concebem a própria felicidade sem a felicidade dos outros, olham de frente a face radiante do

futuro. É o mito do homem novo. Mas o mito ruiu parcialmente antes do fim do século. Muitos dos que, como eu, continuam, sem desfalecimento, a luta contra o capitalismo global, por uma democracia socialista justa e humana, deixaram, no entanto de crer em paraíso e infinitude, contentam-se com o relativo, admitem que, após uma ou duas gerações de igualização e sincronia das liberdades, de democracia integral, possam regressar a ambição desenfreada, a corrupção, o desprezo pelo outro, essas grandes virtudes do chamado neoliberalismo que hoje governa o mundo.

Não esqueci ainda os momentos de pesado sofrimento — cárcere, isolamento, tortura — em que, dando o balanço à minha existência, a sentia justificada menos pela minha arte de escritor do que pelo facto de me integrar numa grande corrente de esperança e combate, que brilhava no rio da História, rumo à certeza de um mundo decente, sem exploração, sem novos escravos.

A certeza tornou-se apenas probabilidade e está adiada. O império do dinheiro, da violência e da hipocrisia que subjuga a Europa e a que Portugal não escapa é asfixiante. Mas o movimento de massas, em todo o mundo, não pode abrandar a sua luta. É o nosso posto. Nuvens escuras, que nem parecem de Junho, toldam esta outra manhã de derrota. Mas de muitas derrotas fazem-se vitórias. Que é a pós-modernidade no plano do que se aguarda da vida como esperança ou sentido?, qual o seu horizonte de expectativa? Tê-lo-á?, ou será o caos?

Neste momento, só lobbigo o consumo, o luxo inútil, o desejo do imediato, tudo o que faça esquecer a agonia da natureza, a explosão demográfica e a miséria, a dificuldade de ter emprego, a desconfiança de todas as receitas políticas...

E, contudo, o homem é cada vez mais senhor da árvore do saber. É verdade.

Como eram já verdade os milagres da tecnologia quando eu passei por Aden, no Iémen, há muitos anos, numa manhã ainda mais sombria do que esta (e havia em Portugal o fascismo); poucos dias antes vira no Paquistão, perto de Karachi, um areal de prata, não exactamente de prata, de mica, agora observava uma falésia do inferno (o do Dante deverá ser assim), ontem, hoje, aqui, em Aden, entre homens de turbante sujo, britando pedras enormes, suando muito, lianas de sangue vermelho apertando as nuvens e o vento de sebo, que se lhes escapava, em baixo o mar era muito salgado e morno, mas tínhamos nadado durante uma vida; crianças privadas de pão e de luz andavam à nossa volta, na praia, pedindo dólares; eu dei-lhes o que tinha, seria pouca coisa (se aquilo não era o inferno!...) e os pais escravos, os sísifos de Aden, deixaram por instantes os blocos de rocha com que se defrontavam e que pareciam a todo o momento poder esmagá-los e vieram apertar-me, apertar-nos as duas mãos com os seus dedos de febre, nodosos, as unhas famintas.

Ontem. Hoje. Tem de haver esperança, para lá de todas as lições de incerteza que a História nos dá. Tem de haver esperança.

Primeira vitória...

Os resultados das eleições do passado domingo para o Parlamento Europeu proporcionaram aos portugueses um espectáculo suplementar – o da vitória, sem excepções, das forças políticas que se apresentaram a escrutínio com um mínimo de hipóteses de recolher os favores do eleitorado. Começando pelo partido mais votado – o PS – foi divertido apreciar o *bouquet* de rosas entusiasmadas que perfumaram a noite eleitoral. Primeiro apareceu António José Seguro, muito atilado na sua pose de jovem estadista politicamente correcto, a assegurar-nos que o PS alcançara uma «vitória histórica», mote confirmado posteriormente nas intervenções de António Guterres e Mário Soares, ambos coroando a *boutade* com discursos apoteóticos a caminho das legislativas. Pois é. Só que a tal «vitória histórica», além de surgir numa votação em que apenas participou 40% do eleitorado, não só foi «calafetada» pela figura de Mário Soares atabalhoadamente amanhã numa lista cinzenta e num programa eleitoral inexistente, como ficou bastante abaixo das expectativas que a figura de Soares gerou nas hostes do

PONTOS CARDEAIS

PS, eternamente presas de um triunfalismo compulsivo. «Vitória histórica»?... Tá bem, «rosinha», se isso te dá muita alegria... De qualquer modo, nas legislativas a gente fala.

... segunda vitória

Quanto ao PSD, quem tenha ouvido os seus dirigentes e haja caído na esparrela de os levar à letra, neste momento deve estar convencido que o partido das setinhas ganhou estas últimas eleições. Seguindo as palavras e o raciocínio do próprio líder – ainda por cima proferidos quando tudo já estava consumado –, ficava-se na impressão de que Durão Barroso vira realizado o seu mais recôndito sonho eleitoral, tal a exuberância de cumprimentos e parabéns distribuídos «aos portugueses» e, em particular, «aos militantes social-democratas» pelos resultados obtidos. Só que, feitas as contas, o PSD desceu quase cinco pontos percentuais comparativamente às últimas eleições europeias, manteve com dificuldade a mesma

representação parlamentar, não descolou da quebra de influência eleitoral de que padece há anos e viu aprofundar-se o fosso que o separa de um ansiado regresso às prebendas do poder...

... terceira vitória

Um dos números mais hilariantes da noite havia de



PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Do meu diário

Poema triste

Saí de casa para ver a manhã ou seja: para ter a certeza de mim, ou qualquer coisa do género.

A manhã ficou a olhar-me muito séria.

– Não me digas (disse ela) não me digas que também te voltaste para os amanhã que choram...

Quem passava parou a olhar dois maluquinhos que riam perdidamente.

Pois se tanto lutámos por aquilo!

Fomos votar. Vínhamos de mãos dadas. No corredor da Assembleia havia uma câmara em nossa direcção.

– Se calhar é para o «Mundo VIP» disseste a gozar.

Maginem! Já não podem dois cidadãos pacatos estar felizes (quer dizer: mais felizes) só porque votaram!

Se alguém nos vir na TV, por acaso, saiba que ali estavam só felizes dois pacatos cidadãos.

Canção infantil no mundo cão

Fui ao Jardim da Celeste giroflé, giroflá vi à sombra de um cipreste uma osga a dizer «oxalá».

Fui ao Jardim da Celeste giroflé, giroflô vi, longe do vento agreste, um abutre a fazer tricô.

Fui ao Jardim da Celeste giroflá, giroflé vi um vendedor de peste montar tenda na TV.

Ah, foi assim foi assim naquela noite neste jardim.

Pra me dizer pra vos dizer

veio de longe a melodia de longe, onde ninguém volta

rasgou-se nas escarpas atravessou aicebergues queimou-se no mar de fogo enrouqueceu de chamar

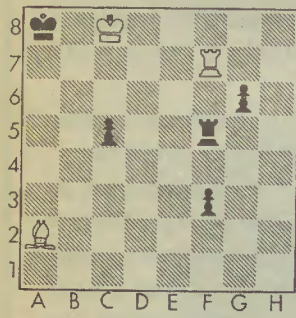
veio de longe a melodia veio só pra me dizer «bom dia».

XADREZ

DCCIX – 17 DE JUNHO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999X20

Por: Ladislav Prokes
1937

Pr.: [5]: Ps, ç5, f3, g6 - Tf5 - Ra8
Br.: [3]: Ba2 - Tf7 - Rç8



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1999X20 [L. P.]

1. Bd5 + 1, T:d5; 2. T:f3, Ra7; 3. Rç7, Ra6; 4. Rç6 e g.

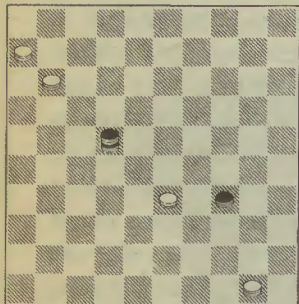
A. de M. M.

DAMAS

DCCIX – 17 DE JUNHO DE 1999
PROPOSIÇÃO Nº 1999D20

Por: Henri Chiland [F.], [Pp. 121 / Nº 218]
In CHILAND, H. «Secrets et merveilles du jeu de Dames», Paris, Stock, 1968

Pr.: [2]: (22)-34
Br.: [4]: 6-11-33-50



Branças jogam e ganham

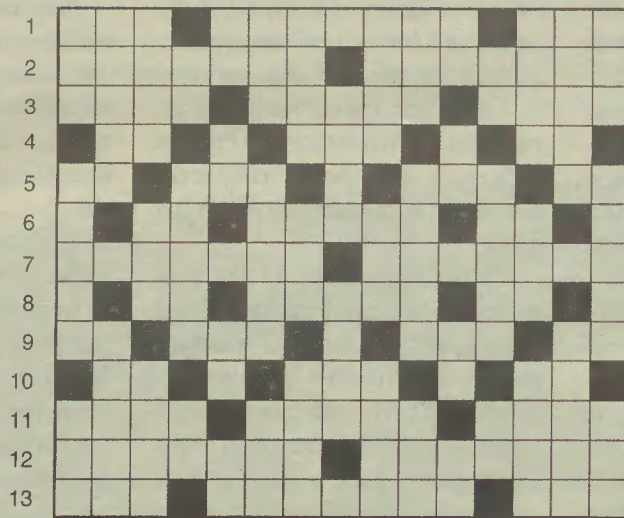
SOLUÇÃO DO Nº 1999D20 [H. Ch.]

1. 33-29 (34x23); 2. 9-1 = D, (22x3); 3. 1x34 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Profere orações; oficial do exército português, de patente imediatamente inferior à de tenente; carlinga do navio. 2 – Comer com rapidez e sofreguidão; pequeno instrumento musical de sopro de forma ovóide, feito de barro cozido e cujos sons se assemelham aos da flauta. 3 – Título dos descendentes de Mafoma (Maomet); possibilidade de correr perigo; vinho, como excipiente medicinal. 4 – Atmosfera; discursiva; avenida (abrev.). 5 – Também (ant.); lamentos; bolo chato e circular de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; modo (fig.). 6 – Índio (s. q.); pequena asa (pl.); cento e um romanos. 7 – Embutido de pequenas pedras ou de outras peças, formando determinado desenho; grade de canas ou de ripas, para sustentar pareiras ou outras plantas trepadeiras (pl.). 8 – Actínio (s. q.); cozinhar no forno; basta. 9 – Apelido; o sono infantil (pl.); iça; campeão. 10 – Perigosa; sapo do Amazonas; mil e cinco romanos. 11 – Actriz que interpreta comédias burlescas, empregando gestos; advertência; esmagava. 12 – Idolatrara; rua ladeada de álamos. 13 – Ribeira portuguesa; espécie de chouriço de carne do lombo (pl.); grande porção.

VERTICAIS: 1 – Composição poética de assunto elevado e destinada ao canto; antiga armadura para a cabeça (pl.); porém. 2 – Dirigir os remos; composto hidrocarbonato muito abundante nos vegetais, principalmente nos tubérculos, rizomas e sementes. 3 – Ajustar (ant.); sufixo nominal, de origem latina, existente em substantivos femininos; paixão. 4 – Suf. de agente; cabrito de um ano (pop.); aparência. 5 – Brisa; o seu valor é de 3,1416; conj. que indica alterativa ou incerteza; carta de jogar. 6 – A parte inferior do pão; saco largo e comprido muito usado como medida (pl.); altar cristão. 7 – De baixa temperatura; articulação das falanges dos dedos (p.); garantia. 8 – Senhoras (abrev.); vestimenta de mulher indiana. 9 – Cana ou vara com um bojo numa das extremidades, em que se enrola a estriça ou outra substância têxtil, para se fiar; fileira; trajam. 10 – Repetição de um som; guarnecera com asas; grita-se nas touradas. 11 – Sociedade Anónima (abrev.); Neptúlio (s. q.); Lítio (s. q.); aqueles. 12 – Acusada; respeito; dois mil romanos. 13 – Cada uma das peças curvas que formam a circunferência da roda de um veículo; abalada; importunar (fig.). 14 – Renova; sequioso. 15 – Formosa porcelana amarela fabricada na China, no séc. XVII; alegrias; principal rio da Suíça.

SOLUÇÃO: 11 – S.A.; Np; Lt.; as. 12 – Ré; acat; MM. 13 – Pna; idat; moer; 14 – Inova; ávido. 15 – Aal; rí; sos; Aar. Pr.: [2]: (22)-34 Br.: [4]: 6-11-33-50

vir, necessariamente, do PP e de Paulo Portas. Mostrando para que servia, afinal, o slogan de campanha «cortar a direito», o PP começou por apresentar um Luís Queiró luzindo suores de alívio por constatar que o PP, afinal, não se tinha «sumido num alçapão», como diria o conde de Abranhos, a que se seguiu um Paulo Portas decididamente «a cortar a direito» para atroar, num falsete impagável, que o PP «tinha renascido» e estava pronto para «mudar Portugal» (pelos vistos, uma obsessão recorrente da demagogia de todo este pessoal). Bom, só mesmo um «Paulinho das feiras» - como chamaram a Paulo Portas durante a campanha eleitoral – seria capaz de considerar um «renascimento» a vaporização de quase 100 mil votos, a descida de 12 para 8%, a perda de um mandato, de mais de um terço do eleitorado e do terceiro lugar partidário em relação às últimas eleições homólogas...

... e quarta vitória

Finalmente, tivemos a imensa alegria do Bloco de Esquerda a vitoriar um resultado igual ao de sempre – ou seja, sempre longe de eleger um único deputado, mesmo somando todos os movimentos políticos na frente eleitoral em que se constituiu este «Bloco». Todavia, isso não impediu que os seus responsáveis vissem no desaire, mais uma vez, o prenúncio da eleição não apenas de um deputado, mas de um grupo parlamentar inteiro, já nas próximas eleições legislativas. Pois...

AGENDA

Porto

OS ACTOS ELEITORAIS
E A SITUAÇÃO POLÍTICA

- Reunião de militantes da ORP -
Pavilhão do CT da Boavista
Sexta-feira, 18, às 21h30

Emigração/Europa

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS



França

Sector da Emigração do PCP

*Baile e convívio musical
em Nanterre (Região de Paris)
20, Rue de Paquerettes
Sábado, 19, a partir das 20e30*

*

*Encontro CDU da Suíça
Sábado, 19, às 14h, em Berna*

*

*Apresentação da lista de candidatos CDU
às próximas Eleições Legislativas,
seguinte-se almoço de confraternização
Mercado "La Villete" (porta de Paris)
Domingo, 20, a partir das 10e30*

Reuniões para apreciação
da Campanha e Resultados
das Eleições para o PE
e discussão da Campanha para a AR

● Em LISBOA

Hoje, dia 17

- Plenários de militantes do Sector da Função Pública de Lisboa e do Sector Público da ORL - às 18.30 horas, no Centro de Trabalho Vitória

- Plenário de militantes do Sector Intelectual de Lisboa - às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória

- Plenário de militantes dos Sectores de Serviços e de Empresas de Lisboa - às 19 horas, no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé

Sábado, dia 19

- Plenário de militantes da Zona Centro da Cidade de Lisboa, com a participação do camarada Francisco Lopes - às 15h, no Centro de Trabalho Vitória

Segunda-feira, dia 21

- Reunião do OD da Cidade de Lisboa - às 19 horas, no Centro de Trabalho Vitória

Quarta-feira, dia 23

- Plenários do Sector Sindical, com Jerónimo de Sousa, e do Sector de Seguros de Lisboa - ambos no Centro de Trabalho Vitória

Quinta-feira, dia 24

- Plenário da célula da CM Lisboa, com a participação de Luís Sá - às 19 h, no Centro de Trabalho Vitória

Sexta-feira, dia 25

- Plenário de militantes do Sector de Transportes de Lisboa - no Centro de Trabalho Vitória

● Em CASCAIS

- Reunião concelhia de Quadros, com a participação do camarada José Casanova - Sexta-feira, dia 18, às 20.45 horas, no Centro de Trabalho de Cascais.

● Em ODIVELAS

- Plenário concelhio de militantes, com a participação do camarada José Casanova - Hoje, quinta-feira, dia 17, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho de Odivelas

● Em OEIRAS

- Plenário de militantes do Sector de Empresas, com a participação do camarada Arménio Carlos - Sexta-feira, dia 18, a partir das 19.30 horas, no Centro de Trabalho de Algés

- Plenário concelhio de Quadros - Segunda-feira, dia 21, às 20.30 horas, no Centro de Trabalho de Algés

● Em PINHAL NOVO

- Plenário de militantes de Palmela - Sexta-feira, dia 18, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho de Pinhal Novo

● Em SCAVÉM

- Reunião plenária do Sector de Empresas dos concelhos de Loures e Odivelas, com a participação do camarada Alexandre Teixeira - Sexta-feira, dia 18, às 18 horas, no Centro de Trabalho de Sacavém

● No SEIXAL

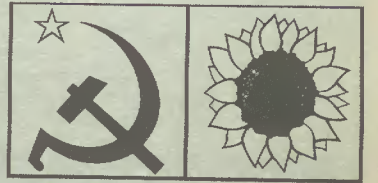
- Plenário concelhio de militantes - Sábado, 19, às 15 horas, na Soc. Fil. Timbre Seixalense

● Em SINTRA

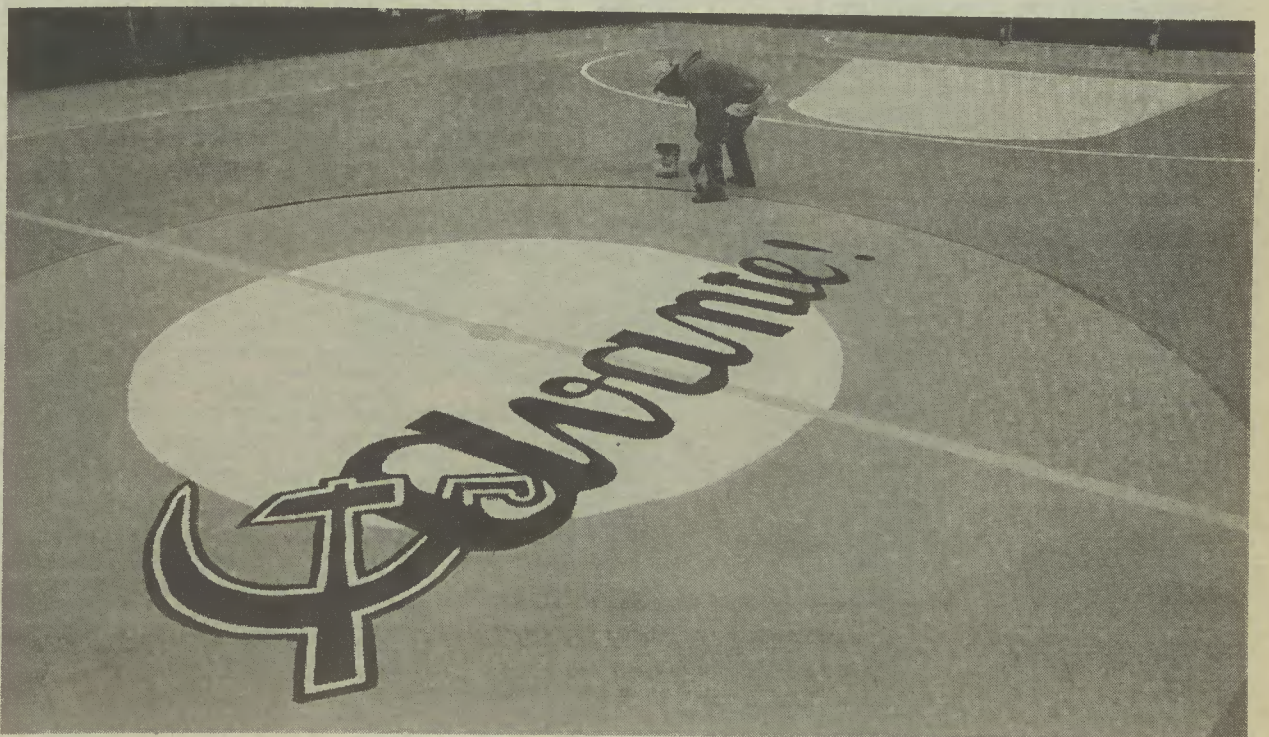
- Encontro concelhio de Quadros, com a participação do camarada António Andrez - Hoje, quinta-feira, dia 17, às 21.30 horas, no Centro Paroquial de Rio de Mouro.

● Em TORRES VEDRAS

- Plenário de militantes - Hoje, quinta-feira, dia 7, às 21.00 horas, no Centro de Trabalho de Torres Vedras



**Ajuda
a construir a Festa!
Jornadas de
trabalho
todos
os fins-de-semana
a partir
de 26 de Junho**



TELEVISÃO

Quinta, 17

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 18.55 País Regiões
 19.10 Ecoman
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 As Lições do Tonecas

Sexta, 18

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 18.55 País Regiões
 19.10 Ecoman
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Uma Casa em Fancicos

Sábado, 19

- RTP 1**
 08.00 Infantil/Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Top+
 15.05 Solteiros
 15.40 Estrada Viva
 16.20 Futebol: Final da Taça de Portugal
 19.10 Amigos
 20.00 Telejornal
 21.00 Santa Casa
 22.30 Sexto Sentido
 23.10 Nash Bridges
 00.10 24 Horas
 00.50 Jovens Demais para Morrer (de Robert Markowitz, EUA/1990, com Juliette Lewis, Michael Tucker, Brad Pitt, Michael O' Keefe. Telefilme / Dramático)
 02.40 Forças Especiais e Ferro e Fogo (de Robert Markowitz, EUA/1990, com Thomas Ian Griffith, Charlotte Lewis. Acção)

- RTP 2**
 09.00 Universidade Aberta
 11.30 Aventuras Espaciais
 12.00 Contos Assombrosos
 13.20 Dinheiro Vivo
 14.00 Bibliotecas
 15.00 Desporto 2
 18.25 2001
 19.00 Desporto 2
 20.35 Departamento de Homicídios
 21.40 Ugh
 22.00 Jornal 2

Domingo, 20

- RTP 1**
 08.00 Infantil / Juvenil
 10.30 Atletismo: Corrida de S. João
 11.30 Infantil / Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Made in Portugal
 15.05 Saber & Fazer
 15.40 20 Mil Léguas Submarinas
 18.00 Ferro e Fogo
 19.05 Solteiros
 20.00 Telejornal
 21.15 Jet Sete
 21.50 Atlântico
 23.00 Pássaros Feridos (2ª Série)
 24.00 24 Horas
 00.40 Perigo Iminente

- RTP 2**
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa Dominical
 11.20 Quem Sai aos Seus
 11.45 Excentricidades
 12.20 Heróis em Acção
 13.10 A Europa de Comboio
 14.00 Jornal de África
 14.30 Rotações
 15.00 Desporto 2
 18.40 Ladrão que Rouba Ladrão
 20.05 Artes e Letras «Herbert von Karajan»
 21.05 A História de Tom Jones Enjeitado
 22.00 Jornal 2
 22.35 Horizontes da Memória
 23.10 Amor Sem Barreiras («West Side Story», de Robert Wise

Segunda, 21

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 18.55 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Nós, os Ricos
 21.35 Dave, Presidente por um Dia (de Ivan Reitman, EUA/1993, com Kevin Kline, Sigourney Weaver, Frank Langella, Kevin Dunn. Ver Destaque)
 23.40 Guerra Fria
 00.40 24 Horas
 01.45 Máquinas
 02.15 NBA

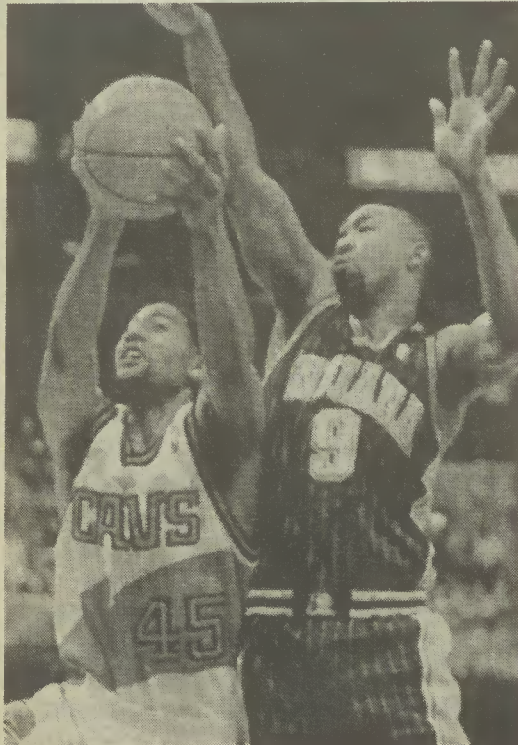
- RTP 2**
 14.00 Informação Gestual
 15.45 Rumo ao Sul
 16.35 Uma Janela sobre a Natureza
 17.30 Madeira
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.30 A Ponte de Brooklyn
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate

Terça, 22

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 18.45 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Cromos de Portugal
 21.45 Herman 99

Quarta, 23

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.40 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Nas Asas do Destino
 15.40 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País, País
 18.45 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Docas
 22.15 Diário de Maria



NBA em final de campeonato: ao fim do dia na RTP1

- 21.45 Grande Entrevista
 23.15 Miguel Ângelo ao Vivo
 00.45 24 Horas
 01.35 Telefone Vermelho (de Kenneth Fink, EUA/1997, com Amy Pietz, Gail O' Grady, Michael Riley. Telefilme / Dramático)

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Terra Selvagem
 16.30 Uma Janela sobre a Natureza
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.10 Civilizações do Passado
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 O Grande Amor da Minha Vida (de Leo McCarey, EUA/1957, com Cary Grant, Deborah Kerr, Neva Patterson. Ver Destaque)

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Você Decide
 15.00 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
 21.40 Suave Veneno
 22.50 Ponto de Encontro
 24.00 Morto a Tiro (de John Frankenheimer, EUA/1989, com Don Johnson, Penelope Ann Miller, William Forsythe, Bob Balaban. Policial)
 02.15 Último Jornal
 02.50 O Guerreiro da Floresta (de Aaron Norris, EUA/1995, com Chuck Norris, Terry Kiser, Max Gail. Acção)
 03.55 Vibrações

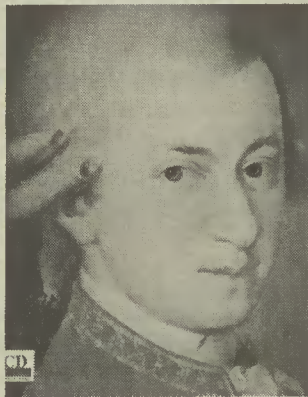
- TVI**
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.05 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 A Patrulha do Tempo
 19.00 Asas nos Pés
 20.00 Nightman
 21.15 Directo XXI
 22.00 Em Legítima Defesa
 24.00 O Homem dos Meus Sonhos (de Martin Klotzner, EUA/1997, com Lysette Anthony, William Moses. Drama)
 02.00 Terra: O Conflito Final
 03.00 Competente e Descarada
 03.30 Desporto

- 22.00 Longa-metragem
 23.30 Anúncios de Graça
 00.15 24 Horas
 01.05 NBA

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 O Caminho das Estrelas
 16.40 Uma Janela sobre a Natureza
 17.35 Euronews
 18.00 Programa Religioso
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.05 A História da Terra
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Carlos Cruz (Entrevista)
 23.50 Uma Pistola
 00.45 Máscaras da Música

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 16.00 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Um Sarilho Chamado Marina
 21.40 Suave Veneno
 22.50 Ponto de Encontro
 24.00 Morto a Tiro (de John Frankenheimer, EUA/1989, com Don Johnson, Penelope Ann Miller, William Forsythe, Bob Balaban. Policial)
 02.15 Último Jornal
 02.50 O Guerreiro da Floresta (de Aaron Norris, EUA/1995, com Chuck Norris, Terry Kiser, Max Gail. Acção)
 03.55 Vibrações

- TVI**
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.05 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Asas nos Pés
 20.00 Nightman
 21.15 Directo XXI
 22.00 Os Reis da Música Nacional
 24.00 Gente como Nós
 03.15 Competente e Descarada



"Don Giovanni", a ópera de Mozart, uma obra-prima para ver e ouvir quarta-feira à noite na RTP2

"Tom Jones", onde é possível "espreitar" a Inglaterra do Séc. VIII como a retratou no seu romance homónimo o americano Henry Fielding

- 22.35 O Lugar da História
 23.35 Allô, Allô!
 00.05 Liga de Cavalheiros
 00.35 Absolutamente Fabulosas
 01.05 Anjos Caidos (de Wong Kar-Wai, Hong-Kong/1995, com Leon Ming, Takeshi Kaneshiro, Charlie Young. Acção)

- SIC**
 08.00 Buérré
 11.55 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Baja Telecel
 15.00 O Seu Alibi Perfeito (de Bruce Beresford, EUA/1989, com Tom Selleck, Paulina Porizkova, William Daniels, James Farentino. Mistério / Comédia)
 17.00 Big Show Sic
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Mundo VIP
 22.00 Pequenos e Terríveis
 23.10 Mulher
 00.10 Afrodisia
 00.45 Batalha para Além das Estrelas (de Jimmy T. Murakami, EUA/1980, com Richard Thomas, John Saxon, Robert Vaughn. Ficção Científica / Comédia)
 03.00 Último Jornal
 03.35 Portugal Radical

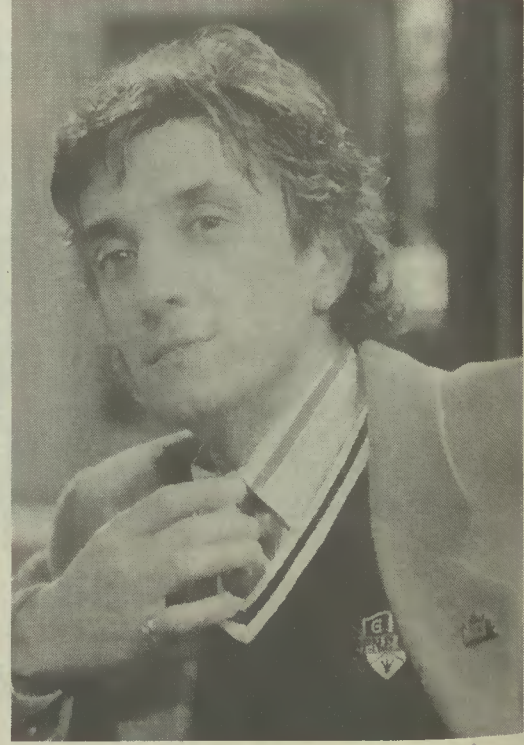
- TVI**
 09.00 A Fúria do Destino
 10.00 Animação
 12.20 Top Rock
 13.30 Contra-Ataque
 15.00 Cavaleiros da Tempestade (Gr.Br./1994, com Bob Hopkins, Michael Horse, Kim Dawson, Morgan Brittany. Drama)
 17.00 Nick e Jane (de Rich Mauro, EUA/1997, com Dana Wheeler-Nicholson, James McCaffrey. Drama)
 19.00 Colégio Brasil
 21.00 Directo XXI
 22.00 O Segredo das Estrelas
 23.00 Vítima de Violação (de Don Ohlmeyer, EUA/1991, com Annabeth Gish, John Terlesky, Kevin Dillon. Drama)
 00.50 Tango Feroz (EUA/1993, com Aldo Bortnik, M. Pineyro, F. Alfredo Mayo. Biográfico / Musical)
 02.45 Casos de Arquivo



- e Jerome Robbins, EUA/1961, com Natalie Wood, Richard Beymer, George Chakiris, Rita Moreno. Ver Destaque)

- SIC**
 08.00 Buérré
 12.00 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Vip
 15.50 Rex, O Cão Policia
 17.50 A Cor do Dinheiro (de Martin Scorsese, EUA/1986, com Paul Newman, Tom Cruise, Mary Elizabeth Mastrantonio. Ver Destaque)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 O Fura-Vidas (de Paul Newman, Tom Cruise, Mary Elizabeth Mastrantonio. Ver Destaque)
 21.30 Cantigas da Rua
 22.30 Hilda Furacão
 23.30 A Casa dos Espíritos (de Bille August, Din./Ale./Port./EUA/1993, com Jeremy Irons, Meryl Streep, Glenn Close, Winona Ryder, Antonio Banderas. Melodrama)
 02.15 Último Jornal
 03.20 Portugal Radical

- TVI**
 09.00 Animação
 11.00 Programa Religioso
 11.10 Missa
 13.05 Os Últimos Paraísos na Terra
 14.00 Os Gordos
 14.40 Rei Pescador (de Terry Gilliam, EUA/1991, com Jeff Bridges, Mercedes Ruehl, Robin Williams, Amanda Plummer. Comédia / Fantasia)
 17.00 Uma Cama para Dois (de Mel Damski, EUA/1989, com Patrick Dempsey, Helen Slater, Dan Schneider. Comédia Romântica)
 19.00 Colégio Brasil
 21.00 Directo XXI
 22.00 Causa Justa
 23.00 A Lotaria (de Alan Landsburg e Lee Caplin, EUA/1996, com Dan Cortese, Keri Russell, William Daniels. Drama)
 00.50 Nem Sangue nem Arena (Méx./1956, com Mario Moreno, Susana Gingar. Comédia)



Miguel Guilherme, protagonista da série «Fura-Vidas»

- 01.05 Dharma e Greg
 01.35 24 Horas
 02.00 Seaquest, Brigada Submarina

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Derrick
 16.30 Uma Janela sobre a Natureza
 17.40 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.15 Ituri, um Espaço no Coração de África
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Ler para Crer
 23.50 Firefox (de Clint Eastwood, EUA/1982, com Clint Eastwood, Freddie Jones, David Huffman, Warren Clarke, Ronald Lacey. Espionagem / Acção)

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 16.00 Fátima Lopes
 17.55 No Sofá Vermelho
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Médico de Família
 22.10 Suave Veneno
 23.30 Casos de Polícia
 24.00 Cidade Escaldante
 01.00 Último Jornal
 01.35 Balada de Nova Iorque
 02.40 Portugal Radical
 03.10 Vibrações

- TVI**
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Asas nos Pés
 20.00 Nightman
 21.00 Directo XXI
 21.40 Marcês Vivas
 22.40 Conspiração de Morte (de D. J. Caruso, EUA, com Eriq La Salle, Tiuis Welliver, Sheila Kelley. Drama)
 00.50 Sombras na Tempestade (de Terrel Tannen, EUA, com Ned Beatty, Mia Sara. Drama)
 03.10 Competente e Descarada
 03.45 Desporto

- 23.30 Reckles
 00.35 24 Horas
 01.40 NBA

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 O Caminho das Estrelas
 16.40 Nascer Selvagem
 17.35 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.15 Cometas e Asteróides
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Sinais do Tempo ou Zoom
 23.45 Ópera: «Don Giovanni»

- SIC**
 08.00 Buérré
 10.00 Sic 10 Horas
 12.00 Zázá
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Você Decide
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Meu Bem Quer
 19.00 Andando nas Nuvens
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.10 Suave Veneno
 23.20 O Felício (de Andrew Fleming, EUA/1996, com Robin Tunney, Neve Campbell, Assumpta Serna, Rachel True. Terror)
 01.20 Último Jornal
 01.55 Médicos Sem Fronteiras
 03.25 Vibrações

- TVI**
 09.00 A Fúria do Destino
 09.55 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.00 Pérola Negra
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Samantha
 16.00 Animação
 18.00 Robocop
 19.00 Asas nos Pés
 20.00 Nightman
 21.00 Directo XXI
 21.35 Quero Justiça!
 22.35 Um Demónio Vestido de Azul (de Carl Franklin, EUA/1995, com Denzel Washington, Jennifer Beals, Tom Sizemore. Ver Destaque)
 00.50 O Corvo
 02.15 Competente e Descarada
 02.45 Casos de Arquivo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Grande Amor da Minha Vida

(Quinta, 22.50, RTP2)

Ainda na semana passada aqui nos referíamos de passagem à primeira versão de **Leo McCarey** do argumento de *An Affair to Remember* (então a propósito de um *remake* que foi realizado nos anos 90 por **Glenn Gordon Caron**) e já hoje, passados oito dias, de novo avançamos mais detalhes sobre esse filme, já que, por coincidência, ele vai ser transmitido pela RTP 2. Realizada em 1957, nesta história de arrebatamentos e separações amorosas, são **Deborah Kerr** e **Cary Grant** que, desta vez, desempenham os principais papéis, considerando a crítica que estes dois artistas, através de uma interpretação a um tempo mais divertida e mais sensível, alcançam a composição de personagens mais credíveis e consistentes. Pelo contrário, é bem verdade que a esplêndida fotografia a preto-e-branco do «original» que o mesmo **Leo McCarey** realizara em 1938 com **Charles Boyer** e **Irene Dunne** resultava bem melhor do que esta versão a cores, conferindo ao ambiente da história uma maior pureza das imagens e um jogo de luz mais contrastado. De qualquer modo, ficou inesquecível nesta segunda versão a cena de antologia em que o «amor louco» se reaviva, numa noite de Natal, através de um subtil jogo de palavras, olhares e tensões que acaba por se resumir na reconciliação final.

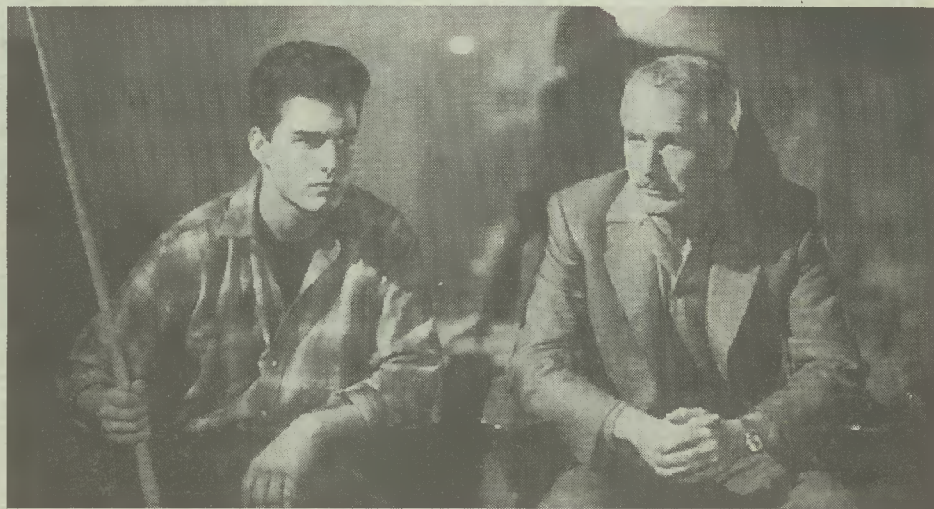
L.A. Confidencial

(Quinta, 23.30, SIC)

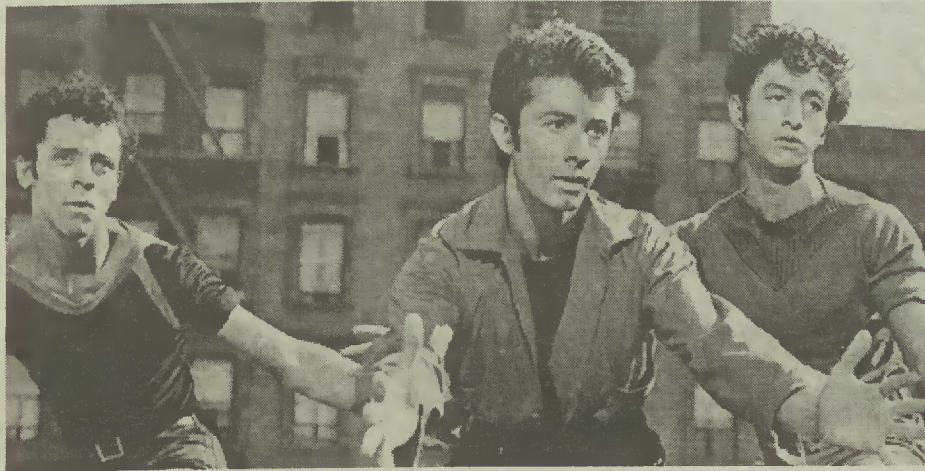
Situado em Los Angeles em meados nos anos 50, este filme de **Curtis Hanson** debruça-se sobre uma história de corrupção no seio da polícia local, seguindo o percurso de três diferentes detectives que (com «pruridos éticos» e formas de actuação também com-



Cartaz de «L.A. Confidencial», filme de Curtis Hanson



Uma sequência de «A Cor do Dinheiro», de Martin Scorsese



Um dos bailados mais conhecidos de «West Side Story», de Robert Wise-Jerome Robbins

gráfico, é o do corte para o plano geral em panorâmica descendente, associado na banda sonora ao estouro da tacada inicial (de todas as mesas!) no amplo salão de bilhar do torneio de Atlantic City.

Amor Sem Barreiras

(Domingo, 23.10, RTP2)

Na região de *West Side*, em Nova Iorque, dois bandos de rua rivais afrontam-se constantemente – os *Jets*, americanos brancos, comandados por *Riff*, e os *Sharks*, imigrantes porto-riquenhos, chefiados por *Bernardo*. No meio destes confrontos, *Tony* cruza-se num baile com *Maria* e ambos se apaixonam, tornando os confrontos ainda mais graves. Eis, em traços breves e genéricos, alguns dos indícios de uma história de amor em meio de uma fortíssima rivalidade, a qual, evidentemente inspirada em *Romeu e Julieta* de **Shakespeare** e transposta para os anos 60, serviu de argumento a um brilhante filme de **Robert Wise** (com música de **Leonard Bernstein** e coreografia e encenação dos bailados por **Jerome Robbins**) que constituiu uma ruptura completa

nos esquemas habituais do *musical* norte-americano, tanto na sua versão teatral como cinematográfica. Mesmo com o senão das cenas de amor, já na altura xaroposas e algo insuportáveis, *West Side Story* continua, ainda hoje, um clássico do cinema.

Dave, Presidente por um Dia

(Segunda, 21.35, RTP1)

O pacato gerente de uma agência de empregos tem uma pequena particularidade: é igualzinho ao Presidente dos EUA. Por isso, ele é contratado pelo pessoal de segurança da Casa Branca para substituir o Presidente, por exemplo quando este vai encontrar-se, furtivamente, com uma amante... Mas eis que o Presidente é acometido por um ataque cardíaco e o nosso pacato cidadão é então forçado a fazer-se passar algum tempo pela sua pessoa, coisa que faz com elevada competência e zelo e pode ser confirmada a todos os níveis e por todos os que o rodeiam, incluindo... a Primeira Dama! Uma comédia que se diz irresistível e bem representada por **Kevin Kline** e ainda por... **Sigourney Weaver**.

Silvia Scarlet

(Segunda, 02.15, SIC)

Recorda-nos a SIC, na apresentação deste brilhante filme incluído no seu ciclo *Os Filmes do*

Século, que «mesmo na mais despreziosa das visões, os 50 anos de filmes de (George) Cukor foram 50 anos de produção de um extraordinário «divertimento de gosto» (de muitíssimo bom gosto, diga-se), em que sobretudo avulta a sensibilidade dos retratos de mulher e a lucidez com que tratou os

ínvios caminhos que ligam a verdade, a mentira e a representação. Exemplo: a história de ilusão e ambiguidade sexual, chamada *Silvia Scarlet*, filme de uma rapariga (Katharine Hepburn, muito ligada a Cukor, sobretudo nos filmes com Spencer Tracy), que se faz passar por um rapaz. Ou de como Hepburn e Cary Grant atravessam o mais ligeiro e o mais indecifrável da sexualidade e do modo de a representar.» A não perder.

Um Demónio Vestido de Azul

(Quarta, 22.35, TVI)

Mais uma vez Los Angeles (e, agora, os anos 40) a servirem de pano de fundo a uma história de crime e mistério na qual um cidadão negro, acabada a II Guerra Mundial, busca emprego. É então que, num bar de um amigo, ele é abordado por um homem que procura alguém capaz de descobrir uma mulher cujo paradeiro se diz estar relacionado com os locais onde habita a comunidade afro-americana da cidade. E é aqui que começa o seu envolvimento numa história brutal de crime e corrupção política, à boa maneira do filme negro clássico. Boas referências, a confirmar.

CABO & SATÉLITE

Crime e Justiça

A resolução, nas condições actuais da nossa sociedade, dos problemas relacionados com o aumento da delinquência, a segurança dos cidadãos e o funcionamento do sistema judicial é uma questão que está a levantar discussões sérias em vários países do Mundo. O canal franco-alemão **Arte** dedica a sua noite temática a este problema com uma emissão que decorrerá a partir das 19.40 e cujos diferentes módulos são os seguintes: às 19.45, o documentário «Prevenção ou Repressão?», uma abordagem comparativa das estratégias aplicadas em França, na Alemanha, na Grã-Bretanha e nos Países-Baixos; às 21.05, «Contra o Crime Organizado» debruça-se sobre os novos meios de investigação - escutas telefónicas, vigilância vídeo, informadores - e as contradições em relação à protecção das liberdades individuais; por último, às 22.10, «Do Tribunal à Prisão» dá-nos conta das opiniões de cidadãos dos mesmos

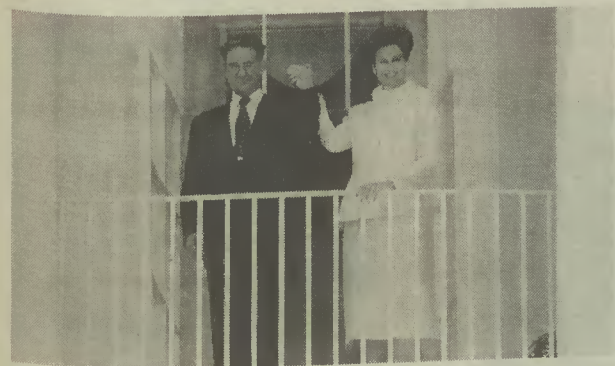
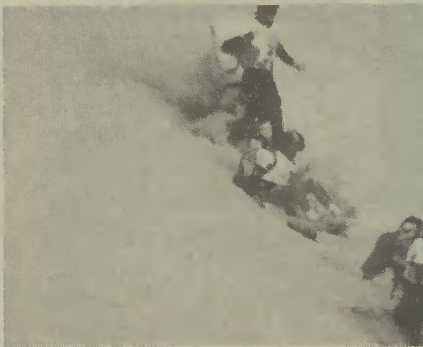
quatro países a propósito do funcionamento da Justiça. Entre estes três documentários, será realizado um debate em estúdio, com a participação de especialistas. (Arte, quinta-feira, entre as 19.40 e as 01.00)

Miss Marple na BBC Prime

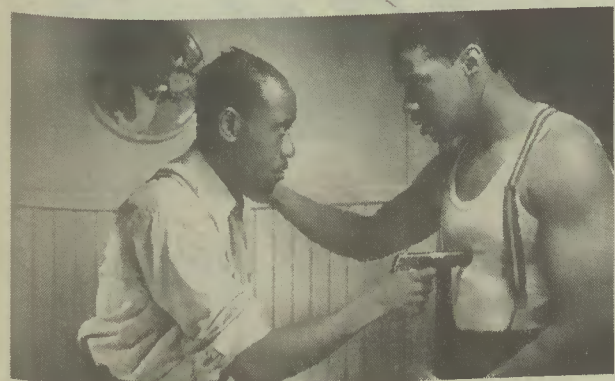
A propósito de crime, mas agora felizmente na ficção, com a qualidade a que sempre nos habituou o serviço público britânico, vai para o ar na **BBC Prime** mais um episódio das histórias policiais que, escritas por **Agatha Christie** (na foto) e magnificamente adaptadas à televisão, são neste caso protagonizadas pela imparável **Miss Marple**, hoje resolvendo o caso «The Mirror Cracked from Side to Side». (BBC Prime, quinta-feira, das 22 às 24 horas)

Eco-Challenge em Marrocos

Como é habitual todos os anos, concorrentes de diversos países, defrontaram-se desportivamente num conjunto de provas destinadas à conquista do troféu **Eco-Challenge**. Realizado desta vez em Marrocos, os concorrentes (55 equipas de 4 elementos cada, pertencentes a 27 países) tiveram de percorrer mais de 480 quilómetros, enfrentando um ambiente inóspito como é o dos desertos do Norte de África. E o canal **Discovery** realizou uma espectacular mini-série documental que será transmitida em duas partes, respectivamente no domingo 20 e na segunda-feira 21, sempre às 21, antecedida na primeira das emissões por um «especial» que vai para o ar uma hora antes. A não perder, pelos amantes da natureza e da aventura. (Discovery, domingo e segunda, respectivamente das 20 às 23 horas e das 21 às 23 horas)



Kevin Kline e Sigourney Weaver, em «Dave, Presidente por um Dia», de Ivan Reitman



Um fotograma de «Um Demónio Vestido de Azul», com Don Chadle e Denzel Washington

pletamente diversas) investigam sucessivamente um caso de conspiração ligado a uma luxuosa recepção... Com **Kim Basinger** e **Kevin Spacey** nos principais papéis, diz-se que esta é uma clara homenagem ao filme negro clássico. A confirmar.

A Cor do Dinheiro

(Domingo, 17.50, SIC)

Antigo campeão de bilhar, **Eddie Felson** (**Paul Newman**) encontra casualmente num bar **Vincent** (**Tom Cruise**), um amador de bilhar extremamente dotado. E decide propor-lhe retomar o papel de jogador profissional que ele fora há anos, na sua juventude, mas **Vincent** está mais interessado no bilhar, como hobby e prazer pessoal, do que por dinheiro, e por isso rompem a sua ligação. Lembrando-se do passado, **Eddie** decide então voltar a jogar e acaba por defrontar **Vincent** num grande torneio... Brilhante sequela de *The Hustler*, essa obra notável de **Robert Rossen** (1961), o filme de **Scorsese** retoma a personagem também nele interpretada por **Paul Newman** (agora 25 anos mais velho) que agora se revê no talento natural de **Vincent**. Mas aqui, ao contrário do filme negro de **Rossen**, **Scorsese** reflecte sobre o próprio jogo, a personalidade dos jogadores e os seus meandros, num filme plasticamente brilhante e cujo mais fabuloso momento, do ponto de vista cinemato-

Por dentro da canção «pimba»

Em plena situação já de naufrágio, a gestão de programas da TVI lançou mão do cantiguismo dito «pimba» para conquistar audiências que permitam à estação manter-se à difícil tona de água. Fê-lo sem quaisquer escrúpulos ou problemas de consciência, nem parece, aliás, que José Eduardo Moniz seja homem para grandes pruridos desse tipo, mas em verdade não haveria grandes motivos para isso: o «pimbismo» é muitíssimo democrático, pois apenas acata o que parece ser o gosto maioritário do público e, para mais, está muito de acordo com as sagradas leis do deus Mercado que mandam vender ao consumidor a droga que ele procura.

Assim nasceu nas estratégicas noites das sextas-feiras a rubrica «Os Reis da Música Nacional», título aliás curioso porque tem um travo de monarquia mítica, género conto de fadas, e conotação com um entendimento dos valores «nacionais», e não talvez mais simplesmente portugueses, que é capaz de cair bem em ouvidos nacionalistas eventualmente sensíveis à saudade da «Assembleia Nacional», da Emissora Nacional, de outras instituições nacionais.

Na verdade, só por um excesso seria possível censurar com grande aspereza a TVI por ter recorrido ao apoio do Universo Pimba, passe por agora o exagero que esta expressão contém, numa situação que lhe era de vida ou de morte: a canção pimba, que aliás não é mais que a versão actual da canção medíocre de sempre e cujas fronteiras estão longe de serem nítidas, tem sido bem acolhida por todo o lado, com natural destaque para a RTP1 e para a incomparável promoção que resulta do «Made in Portugal». Acresce que a música pimba tem merecido referências muito compreensivas, se não simpáticas, por parte de homens cuja cultura, incluindo a musical, e o espírito progressista são indiscutíveis e indiscutidos, o que por vezes impressiona até ao desconcerto. Tudo isto aconselha a que avancemos com cautelas neste terreno mais difícil do que parecia.

Enganar, embalar

Por muito que já se vá sabendo que é de pouco rigor separar forma e conteúdo, bem como a música e as palavras no caso de uma canção, é quase inevitável que o façamos, como que por facilidade de ordem prática, quando sobre canções se queira discorrer um pouco. Assim, não será excessiva audácia dizer que a pobreza musical do cançonetismo pimba é sua característica e uma das razões por que é rejeitado por quem ambiciona para a canção mais do que sol-e-dó dançável. Porém, parece certo que são as palavras que mais determinam essa mesmíssima rejeição, convindo aqui lembrar que a cantiga rigorosamente pimba tem directa relação com uma brejeirice nos casos mais «hard» vizinha da obscenidade, como é

documentado pelo repertório de Quim Barreiros, que por ele bem merece o cognome possível de Rei do Lixo. Nestes casos, a rejeição do pimba justificar-se-á pela recusa em aceitar o avacalhamento do sexo até nível da anedota com pejoração da sensualidade, o que é uma outra face do puritanismo hipócrita.

Trata-se, como bem se entende, de uma forma de falsificar a vida e de agredir a sua legitimidade. Porém, falsificação da vida é também a modalidade «soft» da canção pimba, agora a mais corrente: aquela vasta área a que talvez pudéssemos chamar a Galáxia Ágata

cultiva o que afinal não é mais que a reedição actualizada do cançonetismo convencional e melado que já há décadas era versão musicada da subliteratura de cordel. Chamaram-lhe então nacional-cançonetismo

para que ficasse denunciada a sua função coadjuvante e afluente da modalidade de nacional-socialismo que nos tiranizava. Contudo, integrada na função política estava a viciação de natureza cultural que falsificava o real e produzia efeitos analgésicos e soporíferos. Neste sentido, a canção pimba é, ironicamente, uma canção de embalar. É também isso, é talvez sobretudo isso, que se rejeita na corrente mais

TVISTO

■ Correia da Fonseca

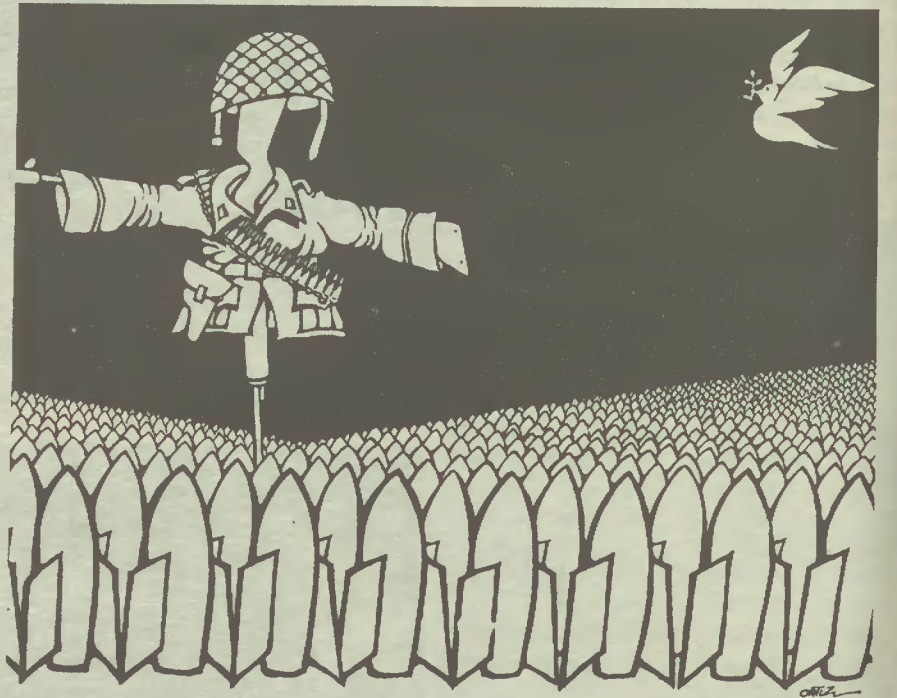


branda do pimbismo dominante em várias zonas do actual cançonetismo português e agora entronizado em «Os Reis da Música Nacional», da TVI.

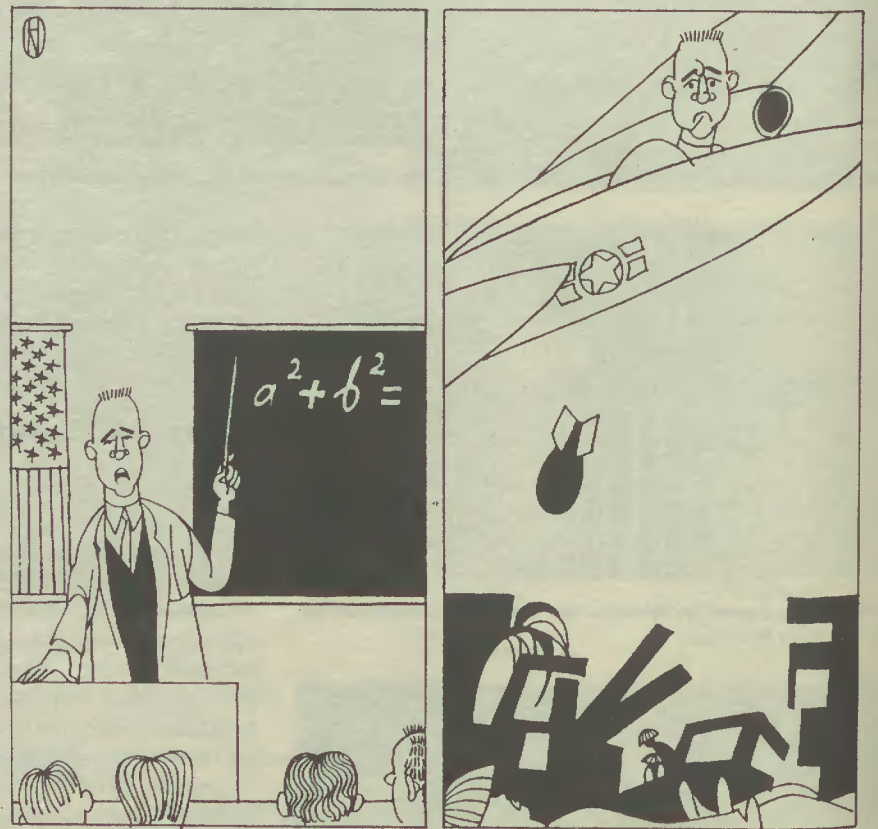
Entenda-se: não é que Emanuel, Ágata, Ruth Marlene, Mónica Sintra e homólogos tenham propósitos ou sequer sonhos de natureza política: o que eles querem é ganhar a sua vida menos mal, o que é natural e legítimo. Tão-pouco lhes passará pelas cabeças terem o menor resquício de acção anticultural, nem esse é território que lhes interesse. Não obstante, só por extrema ingenuidade poderia supor-se que um produto musical, mesmo menor, não teria significado e efeito cultural, ou que um *mass media* como a canção também é poderia ser vazio de autêntica informação ideológica. Aliás, com inteira percepção disso ou não, tem forçoso significado a óbvia simpatia com que a canção pimba é encarada pelos que dominam os grandes meios de comunicação. O caso é que eles não são parvos nem distraídos. Façamos a nós próprios o favor de também não o sermos.

Cartoons

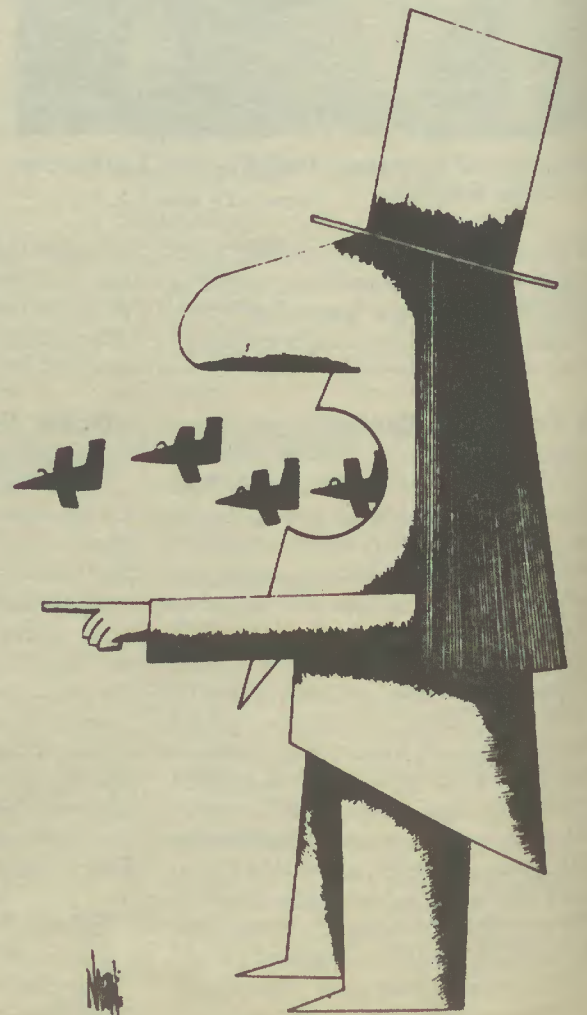
Sementes da guerra



CARLOS ORTIZ ARGENTINA



HARALD KRETZCHAR
ALEMANHA



ROGÉRIO
NARANJO
MÉXICO

ESCAPARATE

TEATRO

Primeira Mostra de Teatro no Algarve

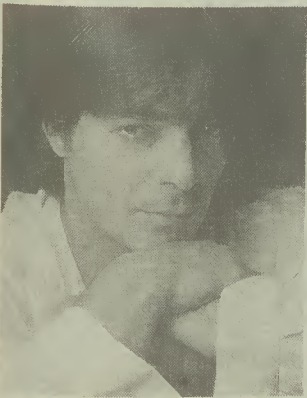
Com a participação de numerosos grupos e companhias teatrais da região, começa hoje e prossegue até dia 27 de Junho, no Centro Cultural António Aleixo (Vila Real de Santo António), a I Mostra de Teatro do Algarve, numa organização da Câmara Municipal daquela cidade com o apoio da Delegação Regional da Cultura do Algarve (Ministério da Cultura). Com uma única excepção, neste primeiro festival participarão os seguintes grupos

de teatro algarvios: SIN - Cera (Faro), Grupo Cénico 4 Ventos (Albufeira), Acta, Teatro da Vila (Olhão), Teatro Análise (Loulé), Centro Dramático do Algarve, Teatro Experimental (Lagos), Teatro Meridional (grupo convidado), Teatro ao Largo (Vila Nova de Milfontes), Teatro Lethes (Faro), Grupo de Teatro «O Apeadeiro» e Grupo de Teatro «António Aleixo» (grupos convidados de Vila Real de Santo António).

BAILADO

Flamenco em Lisboa

«O Flamenco é um sentimento profundo. Um modo de viver, a partir do qual cada um o sente e o interpreta. Não é uma manifestação histórica de uma determinada etnia, mas sim uma emoção universal que reside em todos os povos... Palavra, música, dança... reunidas, são parte de um todo indivisível. Um conjunto envolvido pela luz e pela cor que guarda no seu interior esse sentimento profundo e inesgotável. É a necessidade de transmiti-lo e de dar saída a essa inquietude que transborda... Por isso existe o Ballet Flamenco Antonio Canales.» É assim, com alguma novidade pelo meio, que é descrito no seu programa de apresentação o flamenco e é anunciado o Ballet Flamenco António Canales, um dos grupos mais espectaculares nesta área do bailado e do canto de raiz tradicional.



É este espectáculo que poderá ser visto a partir de hoje e até segunda-feira, sempre às 21.30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. A não perder!



Lisboa em Festa(s)

Subordinadas ao lema genérico «Descobertas sem Fim!», continuam a desdobrar-se por vários locais de Lisboa as Festas de Lisboa deste ano. Nas palavras de António Abreu, vereador do Pelouro da Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos da Câmara Municipal de Lisboa que está na base deste evento, «a festa urbana neste final de milénio tão apostado na interactividade virtual e, conseqüentemente, no individualismo, deve tornar-se, cada vez mais, num momento solidário de encontro e partilha entre todos. As raízes e o que elas potencializam constituem um património que importa preservar e valorizar de forma a manter viva esta forma de viver a cidade.».

Assim, cada uma das vertentes temáticas das Festas deste ano - «Sons e cores da nossa terra», «Músicas do mundo», «Eternas melodias» ou «O grande palco das Festas» - foi atribuída a um espaço concreto da capital, respectivamente, a Praça D. Luís I, o Largo de S. Paulo, a Praça do Município ou a Praça do Comércio. De entre as centenas de realizações artísticas e culturais que animarão estes espaços, só uma ínfima parte cabe aqui (literalmente) destacar, como, por exemplo, já amanhã, na Praça do Comércio, pelas 22 horas, a actuação dos «Metalvoice» com o seu espectáculo «Especie II - Memória Viva», um grupo de actores-músicos que associam à parada poética e teatral uma música composta por sonoridades e ritmos actuais; ou, ainda, no mesmo local, de hoje a oito dias ou na sexta-feira 25,

dois espectáculos de características inteiramente diferentes - no primeiro caso, «Rock n' Revolução», com os grupos The Wingers (Irlanda), Aztlán Underground (Los Angeles, EUA), Fermin Muguruza & Banda (País Basco, Espanha) e Billy Bragg & The Blokes (Inglaterra), que vêm juntar-se a grupos e músicos portugueses tão diversos como Flak, Jorge Palma, Luís Varatojo ou João Aguardela, e, no segundo caso, «Festa a Três Vozes», com as cantoras líricas Lia Altavilla, Ana Paula Russo e Ana Ferraz e a Orquestra do Norte, sob a direcção de José Ferreira Lobo, antecedendo o fogo de artifício final às 24 horas.

Mas até lá, que dizer dos arraiais espalhados pelos bairros da cidade, e dos inúmeros espectáculos de folclore, bandas filarmónicas e fado que animarão a Praça do Município ou dos espectáculos da melhor música popular de todo o mundo que a programação «Multimúsicas» trará à Praça de S. Paulo, com as actuações de conhecidos grupos de Espanha, França, Argélia, Guiné-Bissau, Inglaterra, Itália, Finlândia, Irlanda e, naturalmente, Portugal, entre outros, para já não falar do reencontro das gentes de todo o país, vivendo e labutando em Lisboa, com a música das suas terras, representadas por filarmónicas, ranchos folclóricos, grupos etnográficos e teatrais, que diariamente acontecerá na Praça D. Luís I?

Enfim, em Lisboa '99, umas Festas de Lisboa, verdadeiramente para todos os gostos!

LIVROS

Domingos Carvalho

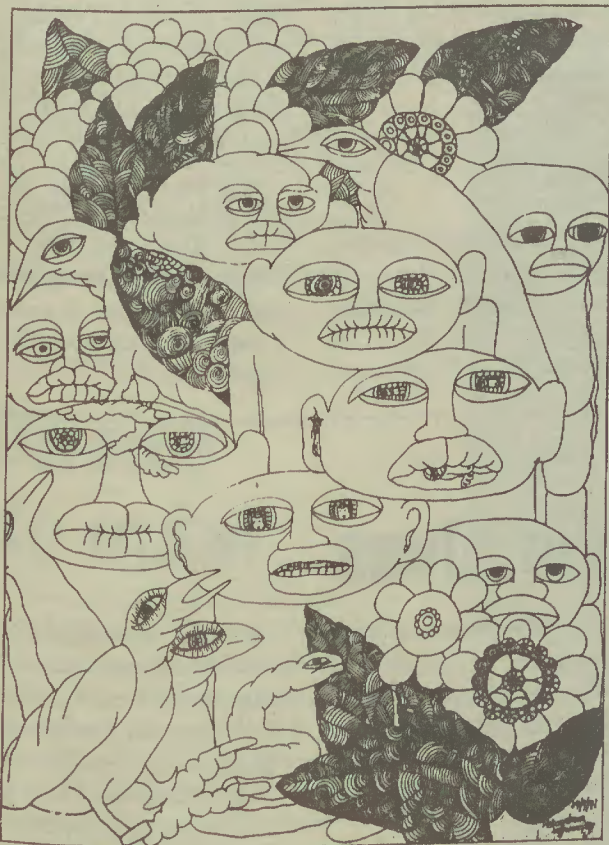
POEMAS DE BOCA ABERTA



Poemas de Boca Aberta

«Quem roubou a bolota ao senhor dos Casais?» Este um verso que repescámos no livro de poemas que Domingos Carvalho deu agora à estampa através da editorial Escritor. Poemas de Boca Aberta lhe chamou este escritor de muitas obras e de variados interesses e de quem já nesta coluna recenseámos alguns livros. Esses interesses já o levaram pelos caminhos da história ou do sistematizar experiências do mutualismo português ou, ainda, pela estrada larga da ficção. Mas é na poesia que os talentos de Domingos Carvalho mais se exprimem. Uma poesia feita as mais das vezes de memórias da realidade, onde o lirismo surge para libertar ideias. Como quem abre a boca e livremente diz das amarguras, das alegrias e das aspirações do povo mais miúdo e digno, junto de quem o autor vive e com quem convive e partilha das emoções e das ambições. O Alentejo à beira do Sado que o viu crescer transparece nas palavras alinhadas em versos. Como lhe transparece nas ideias as opções tomadas ao longo de uma vida de activista social e político, de dirigente cooperativista, de antifascista militante.

EXPOSIÇÕES



Malangatana

Colectiva Lusófona

Foi antontem inaugurada na Galeria Municipal «Gymnásio» (R. da Misericórdia, ao Chiado) uma exposição colectiva lusófona, subordinada ao título genérico «Afinidades» e que se realizará até 20 de Julho. Nesta exposição estarão presentes trabalhos dos artistas Miguel Petchokovsky (Angola), Saulo Silveira (Brasil), Kiki Lima (Cabo Verde), António Aly Silva (Guiné-Bissau), Mio U Kit (Macau), Malangatana (Moçambique), Clotilde Fava (Portugal), Ismael Sequeira (S. Tomé e Príncipe) e um quadro recentemente pintado na prisão de Jacarta por Xanana Gusmão (Timor-Leste).

Fotografia e Poesia

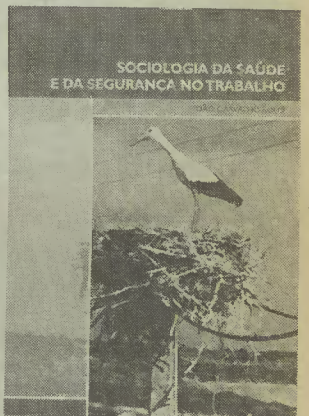
Na galeria «L' Acropole Rouge» (Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Amadora), é inaugurada no próximo sábado uma exposição fotográfica e poética de Nuno Miguel Dias, intitulada «Abril Sem Abril, Lisboa, Fado, Meu Amor». Esta exposição estará patente ao público de segunda a sexta-feira, das 21 às 24 horas, e aos sábados e domingos, das 18 às 24 horas.

FESTIVAL

Folclore em Santiago do Cacém

Aproveitando para comemorar o 8.º aniversário de Vila Nova de Santo André, realiza-se nesta localidade, no próximo sábado 19, o 2.º Festival Nacional de Folclore de Santiago do Cacém. Neste Festival, cujo programa começará às 17 horas, com a recepção aos ranchos participantes, terá um jantar às 19 horas, um desfile dos ranchos pela Rua do Passeio das Barcas às 20 horas, culminando

com a abertura às 21.30, participarão os seguintes ranchos e grupos folclóricos: S. Clemente de Sande (Guimarães), «Os Ceifeiros» de Odivelas (Ferreira do Alentejo), Santo António de Azenilha (Vila Real de S.º António), Fernando Pó (Setúbal), Santa Eulália de Beiriz (Póvoa de Varzim), Juventude Atalaiense (Montijo) e Ninho de Uma Aldeia (S. Bartolomeu da Serra).



Sociologia da Saúde e da Segurança no Trabalho

E como nem só de poesia vivem os leitores, aqui vai, para meditar, um trabalho de João Carvalho Rolo. Trata-se de um estudo sociológico que, como afirma o autor, visa «contribuir para que, no Mundo do Trabalho, se possa viver feliz, com Saúde e Segurança». Ambição grande para qualquer escrito. Mas não é esse o objectivo de muitos? Aqui se escreve não apenas sobre a verificação da realidade mas sobre a realidade vivida, pois que o estudo deste sociólogo parte da experiência e da observação do mundo do trabalho que no planeta regista mais de um milhão de mortes por ano em resultado de acidentes profissionais, encontrando-se o nosso país em lugar destacado nessa lista bem negra. O autor, que nasceu na Guarda e vive e trabalha em Setúbal, é licenciado em Sociologia pelo ISCTE, e exerce as funções de coordenador do Grupo de Actividade Recursos Humanos da SLE (grupo EDP).

ATALHE DE FOICE

A ideia

No sábado transacto, o cronista do *Diário de Notícias* Ricardo Leite Pinto surgiu com um texto intitulado «A vitória da ingerência humanitária». Nele, as asserções expendidas resumiram, quase matricialmente, algumas ideias sobre a «nova ordem internacional» que andam por aí fazendo caminho desde que a NATO se declarou vencedora da «guerra humanitária» com que agrediu a Jugoslávia.

Mondando-se-lhe a retórica, atamancada com referências históricas escolhidas a dedo, o raciocínio do cronista Leite Pinto emerge numa simplicidade assustadora.

Primeiro, lamenta que os seres humanos tenham vivido «durante largos anos sobre o domínio exclusivo dos Estados», resultando daí que «massacres, torturas, genocídios, tudo ficava ao abrigo da intervenção externa em razão da onnipotente figura da soberania estadual».

Identificado este sofrimento da Humanidade, o cronista invoca René Cassin, segundo ele, «um dos pais da Declaração Universal dos Direitos do Homem», que «pelo menos desde 1947 vinha pugnando pela consolidação de um verdadeiro direito de ingerência que, assente na identidade transnacional da pessoa humana, permitisse perseguir e punir os crimes contra a humanidade onde quer que eles se verificassem».

Assim estribado, Leite Pinto exulta e conclui: «Uma ideia tão generosa como esta, que começa agora a ver a luz do dia e que passa da teoria à prática, bem merece ser enaltecida. Trata-se, no fundo, de fazer com que todas as pessoas do planeta fiquem na protecção directa e imediata da comunidade internacional». Ou seja: em nome da «identidade transnacional da pessoa humana», a «comunidade internacional» pode e deve, a partir de agora, «perseguir e punir os crimes contra a humanidade onde quer que eles se verifiquem».

Ficam por saber várias coisas essenciais.

Por exemplo, quem é «a comunidade internacional» e quem a autoriza a agir.

Ou quem localiza, identifica e prova «os crimes contra a humanidade» e com que direito os julga e os condena liminarmente à punição.

Basta olharmos para a amostra de «ideia generosa» com que a NATO «protegeu a pessoa humana» na Jugoslávia; para verificarmos quão sinistras já são as respostas a estas perguntas.

Por um lado, quem decidiu a agressão à Jugoslávia não foi a «comunidade internacional», que engloba todos os países e povos do mundo, nem sequer a NATO no seu conjunto: foi quem tem o poder e nela manda.

Por outro, caem por terra os «crimes contra a humanidade» como álibi para a NATO se transformar no carrasco da Jugoslávia, quando continuam impunes os genocídios dos timorenses pela ditadura de Jacarta, dos curdos pelo regime turco, dos sérvios pela Croácia, dos índios da América Latina por regimes brutais, de povos africanos por ditadores sanguinários, etc., etc., etc.

Finalmente, os aliados da NATO não só estão longe de corporizarem a «comunidade internacional» como, efectivamente, agiram contra a organização que, melhor ou pior, a representa — a Organização das Nações Unidas.

Nesta «ideia generosa» que, para gáudio do cronista Pinto, «começa agora a ver a luz do dia», o que já ficou claro é que os EUA e adjacências estão a fazer regredir a Humanidade para a barbárie da lei do mais forte.

A mesma que neste século desembocou em duas Guerras Mundiais, a primeira desencadeada em nome da tal «comunidade internacional» e a segunda já com alguém a arrogar-se o direito de se sobrepor a ela. Esse alguém foi o nazi-fascismo das potências do Eixo.

■ Henrique Custódio

Eleições Legislativas CDU apresenta candidatos

O ano político em curso é demasiado intenso para que a actividade da CDU possa abrandar. Feita, pois, uma primeira análise aos resultados das eleições para o Parlamento Europeu, apenas há quatro dias realizadas, as Coordenadoras Distritais da CDU começam a apresentar os cabeças de lista pelos respectivos círculos eleitorais para as eleições legislativas de Outubro.

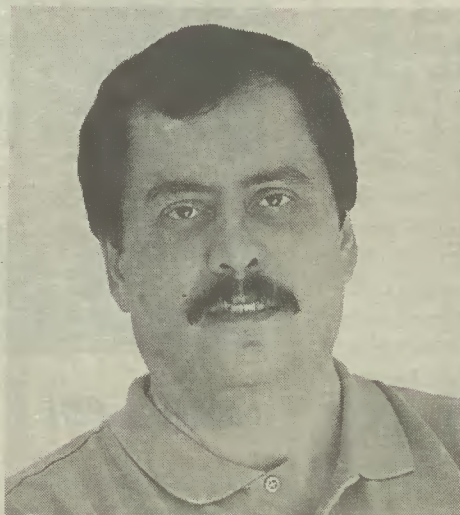
Ontem, em Coimbra, num hotel da cidade, a CDU apresentou o seu primeiro candidato pelo Círculo Eleitoral do distrito, Mário Oliveira Nogueira, numa Sessão Pública presidida por Luísa Veiga, em que estiveram presentes destacadas personalidades empenhadas na eleição de um deputado da CDU por Coimbra.

Mário de Oliveira Nogueira, de 41 anos de idade, natural de Tomar e membro do PCP, é professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico em Coimbra, onde reside há 24 anos, foi a pessoa escolhida para encabeçar a lista.

Enquanto professor e dirigente sindical, coordena o Sindicato dos Professores da Região Centro e é membro do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da FENPROF. Integra o Conselho Nacional da CGTP-IN e da sua Comissão de Educação e é membro do «Bureau Exécutif» do Comité Sindical Europeu de Educação e do Comité Regional Europeu da Internacional de Educação. Dirige, ainda, a revista «Região Centro Informação».

Mário Nogueira tem, entretanto, integrado importantes movimentos de opinião e é autor de diversas comunicações em inúmeros Congressos, Conferências, Fóruns e Colóquios no país e no estrangeiro. É, ainda, Director Desportivo do sector de competição da Secção de Patinagem da Associação Académica de Coimbra.

Em declaração proferida durante a sessão, Mário Nogueira afirmou ter aceiteado o «desafio» que lhe foi lançado pela CDU porque considera importante que o distrito de Coimbra «passe a ser protagonista e não apenas uma lenda»,



Mário Oliveira Nogueira



Francisco Manuel de Almeida

O primeiro candidato da CDU pelo círculo eleitoral de Coimbra está convencido, quer pelas iniciativas realizadas quer pelos contactos estabelecidos, que esta mensagem pode chegar às pessoas. Aliás, a população conhece o trabalho da coligação que, mesmo sem a representação de Coimbra na Assembleia da República, nunca esqueceu o distrito e, pelo contrário, apresentou diversas propostas para o seu desenvolvimento.

Em todas as eleições desde 1995, designadamente nas que há dias se realizaram para o Par-

Círculo Eleitoral de Viseu, Francisco Manuel de Almeida.

Com uma conferência de imprensa que decorreu no Rossio de Viseu e foi seguida de distribuição à população viseense de um documento de apresentação do candidato, a CDU marcou, assim, no distrito o momento de partida para a grande batalha eleitoral que agora se inicia.

Nascido em Campia, concelho de Vouzela, Francisco Manuel de Almeida é professor, tem 40 anos de idade e integra a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP.

já que os deputados eleitos pelo PS e pelo PSD têm-se revelado «mais interessados em utilizar o seu mandato na legitimação de opções governativas» do que em assumirem-se como «porta-vozes» do povo que os elegeu, das suas preocupações e problemas.

Assim, o distrito tem sido relegado «para um plano secundário» em todas as áreas. Possui, no entanto, «dinâmicas e potencialidades» que a CDU pretende que sejam aproveitadas e desenvolvidas, para o que tem propostas concretas.

lamento Europeu, a CDU tem colhido, no distrito, a adesão de inúmeros jovens e crescido em número de votos. Essa uma das razões por que Mário Nogueira está confiante na sua eleição como deputado da coligação nas próximas legislativas.

Viseu

Também numa iniciativa pública, realizada ontem ao fim da tarde, foi apresentado o primeiro candidato da lista da CDU à Assembleia da República pelo

Membro da Direcção do Sindicato dos Professores da Região Centro, do Conselho Nacional e do Secretariado Nacional da FENPROF e da Direcção da PROF - Associação de Professores de Viseu, é ainda dinamizador do Movimento que promoveu a petição «Pela Criação da Universidade Pública de Viseu».

A eleição de Francisco Manuel de Almeida pela CDU no Círculo Eleitoral de Viseu é, pois, o grande objectivo pelo qual se batem, a partir de agora, os comunistas e outros democratas deste distrito.

Loures

A demissão de Demétrio Alves

Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures eleito pela CDU, renunciou ao seu mandato, na terça-feira passada, na sequência da promulgação pelo Presidente da República da lei que estabelece o regime de instalação dos novos municípios, há semanas aprovada, delegando em Adão Barata a missão de presidir aos destinos do município.

Embora admitindo o «pouco espaço» que o Presidente da República já tinha para qualquer intervenção correctiva, Demétrio Alves desaprova a promulgação de uma lei que «é o culminar de um circuito político-institucional recheado de deliberações infelizes, inconstitucionais e contrários à autonomia local e à legitimidade democrática dos eleitos autárquicos».

Aliás, «a ANMP, a ANAFRE e prestigiados constitucionalistas, para não falar da Câmara Muni-

cipal e da Assembleia Municipal de Loures, foram unânimes em classificar o diploma como portador de graves ilegalidades e inconstitucionalidades».

A sua discordância, sublinha, diz respeito à instalação e não à criação do novo município de Odivelas, tendo decidido renunciar ao cargo por concluir que «não poderia cumprir, em toda a desejada extensão e qualidade», o mandato que os eleitores do concelho de Loures e Odivelas lhe conferiram. A verdade é que, continuando embora a deter toda a legitimidade para o seu exercício, «a amputação de meios, competências e de responsabilidades foi realizada de uma forma completamente inaceitável».

Esta decisão, como Demétrio Alves faz questão de reafirmar, «é pessoal», não envolve «responsabilidades para nenhuma entidade política ou partidária»,

não significa «nenhum ataque aos órgãos de soberania», nem «determina qualquer instabilidade político-institucional a nível da autarquia», cuja gestão passa a ser garantida pelo engenheiro Adão Barata.

Concelhia do PCP solidária com Demétrio Alves

Também a Direcção Concelhia de Loures do PCP se manifesta em desacordo «com a essência e a forma» da lei agora promulgada, apesar de ter sido a primeira força política a propor a criação do concelho de Odivelas. Porém, tudo fará para que a instalação do novo município «constitua um avanço na evolução administrativa do referido território» e no sentido de «assegurar a gestão sustentada dos dois municípios».

Entretanto, a Concelhia do PCP considera que, «pelo empenho e competência» evidenciados no desempenho das suas funções, «Demétrio Alves é uma referência sólida do trabalho da CDU» no município de Loures, ficando o seu contributo pessoal como «um registo politicamente relevante na história do Poder Local deste concelho». E, entendendo, embora, as razões apresentadas para a sua demissão, reafirma a sua determinação de «prosseguir a linha de acção sufragada maioritariamente em diversas eleições, com vista ao desenvolvimento de Loures e à promoção da qualidade de vida da população do concelho».

